

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE LETRAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

A TEIA DO DISCURSO:

ALGUNS ASPECTOS DA ALTERIDADE NA LINGUAGEM

JOSELINE TATIANA BOTH

Porto Alegre

2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE LETRAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**A TEIA DO DISCURSO: ALGUNS ASPECTOS DA ALTERIDADE
NA LINGUAGEM**

JOSELINE TATIANA BOTH

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Letras, do Programa de Pós-Graduação em Letras, na área de concentração Linguística Aplicada, da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr. Leci Borges Barbisan

Data da Defesa: 31/03/2011

Instituição depositária:
Biblioteca Central Irmão José Otão
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre
2011

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem não o vemos nunca inventando-a.

Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro.

É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem nos ensina a própria definição do homem.

Émile Benveniste

*A todos os Outros que me constituem e me
significam. Minha família, meus amigos.*

AGRADECIMENTOS

À coordenação, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS.

A CAPES, pela bolsa de estudos concedida que possibilitou o prosseguimento de meus estudos e o desenvolvimento deste trabalho.

À professora Leci Borges Barbisan, com quem aprendi, entre tantas coisas, o valor da linguagem. Obrigada pelas lições de vida, de pesquisa e de estudo.

Aos colegas e amigos integrantes do Núcleo de Estudos do Discurso, pelas parcerias, pelas discussões, pela partilha de momentos muito significativos.

Às minhas amigas, companheiras imprescindíveis nesta caminhada, que me apoiaram, compartilharam saberes, refletiram comigo: Cláudia Redecker Schwabe, Cristina Rörig, Ione B. Schwengber Siqueira, Josiane Paula da Luz, Marileda Borba, Paula Dreyer Ortmann.

À direção, aos colegas e amigos do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, campus Venâncio Aires, que auxiliaram na efetivação deste trabalho.

Ao Beto, companheiro de todos os momentos, que foi aquele apoio essencial em todos esses anos.

A minha família: meu pai, Olívio, e minha mãe, Julita; minhas irmãs Janice e Janete; meus cunhados, Gerson e João; meus sobrinhos Cathê, Carol, Gabriel e Lucas. A vocês devo tudo que sou, foi com vocês que aprendi as lições importantes da humildade, da generosidade, do respeito e da solidariedade.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é tratar da temática da alteridade, analisando como ela se constitui no discurso, especialmente a partir da relação entre diferentes vozes que intervêm na construção do sentido. Partindo do pressuposto de que a linguagem é permeada, da língua até a fala, pela alteridade, fundamentamos nosso olhar na Teoria da Argumentação na Língua, utilizando principalmente os conceitos da sua forma mais atual, a Teoria dos Blocos Semânticos, desenvolvida por Marion Carel e Oswald Ducrot. A opção pela abordagem teórica deve-se ao fato de que a teoria parte de Saussure, da noção de valor, e de Benveniste, inscrevendo-se no âmbito das teorias enunciativas e, por isso, permitindo analisar a linguagem em uso. Sob essa perspectiva, a argumentação está inscrita na língua, e é expressa nos discursos sob a forma de encadeamentos argumentativos. Parte importante na construção do sentido argumentativo é a relação entre diferentes vozes que o integram, aspecto analisado no *corpus* formado por seis discursos, escritos em língua portuguesa. Os resultados evidenciam que a alteridade é inerente à linguagem e, portanto à produção de sentidos no discurso. Este tem seu tema construído, em termos enunciativos, pela comparação entre pontos de vista.

Palavras-chave: Alteridade; Argumentação; Discurso; Polifonia; Sentido; Bloco Semântico.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es tratar de la temática de la alteridad, a partir del análisis de como ella se constituye en el discurso, especialmente por la relación entre diferentes voces que intervienen en la construcción del sentido. Partiendo del presupuesto de que el lenguaje es permeado, desde la lengua hasta el habla, por la alteridad, fundamentamos nuestra visión en la Teoría de la Argumentación en la Lengua, utilizando principalmente los conceptos de su forma más actual, la Teoría de los Bloques Semánticos, desarrollada por Marion Carel e Oswald Ducrot. La opción por el abordaje teórico debe-se al hecho de que la teoría de Saussure, e su noción de valor, e de Benveniste, inscribiendo-se en el ámbito de las teorías enunciativas y, por eso, permitiendo analizar el lenguaje en uso. Por esta perspectiva, la argumentación está inscrita en la lengua, e es expresada en los discursos bajo la forma de encadenamientos argumentativos. Parte importante en la construcción del sentido argumentativo es la relación entre diferentes voces que lo integran, aspecto analizado en el *corpus* compuesto por seis discursos de géneros diversos, escritos en lengua portuguesa. Los resultados evidencian que la alteridad, es inherente al lenguaje y, por lo tanto a la producción de sentidos en el discurso. Este tiene su tema construido, en términos enunciativos, por la oposición entre puntos de vista.

Palabras-clave: Alteridad; Argumentación; Discurso; Polifonía; Sentido; Bloque Semántico.

LISTA DE ABREVIATURAS

A – Argumento

AE – Argumentação externa

AI – Argumentação interna

ANL – Teoria da Argumentação na Língua

BS – Bloco Semântico

C – Conclusão

CON - Conector

DC – Donc

E – Enunciador

L – Locutor

MD – Modificador desrealizante

MR – Modificador realizante

NEG – Negação, não

PT – Pourtant

SE – Sujeito empírico

TBS – Teoria dos Blocos Semânticos

T – Tempo (momentos que evidenciam passagem do tempo: t0, t1, t2,)

X – Segmento suporte do encadeamento

Y – Segmento aporte do encadeamento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 Repensando a alteridade: de Saussure a Benveniste e Ducrot	16
1.1 Saussure – a base para a relação de alteridade no estudo do sentido.....	19
1.2 Émile Benveniste – enfocando a relação eu-Tu no estudo do sentido.....	24
1.3 A Semântica Argumentativa: relendo o estruturalismo e a enunciação	30
2 A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA – UMA TEORIA DA ALTERIDADE.....	40
2.1 Ducrot e sua leitura de Saussure.....	41
2.1.1 O início do percurso da ANL: em busca de uma semântica sintagmática	42
2.1.2 A Teoria dos Blocos Semânticos – uma semântica sintagmática e essencialmente linguística.....	47
2.1.2.1 A classificação do léxico no contexto de uma semântica sintagmática.....	54
2.2 Ducrot e sua leitura de Benveniste	58
2.2.1 Níveis de realização linguística.....	61
2.2.1.1 Frase e enunciado	62
2.2.1.2 Texto e discurso	63
2.2.1.3 Significação e sentido.....	64
3 A RELAÇÃO ENTRE DISCURSOS - UMA DAS FACES DA ALTERIDADE NA LINGUAGEM.....	66
3.1 A alteridade na linguagem – algumas perspectivas enunciativas.....	67
3.2 A alteridade pelo viés da relação entre discursos na ANL	71
3.2.1 A perspectiva inicial da polifonia	72
3.2.2 A polifonia no contexto da TBS	77
3.2.3 Algumas questões sobre a atualização da polifonia ainda no contexto da TBS	83
4 METODOLOGIA E ANÁLISES.....	87
4.1 Análise 1:	89
4.2 Análise 2	94
4.3 Análise 3	99

4.4 Análise 4	112
4.5 Análise 5	123
4.6 Análise 6	136
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	141
5.1 O encontro com a alteridade no discurso	141
5.2 A relação entre aspectos do mesmo bloco semântico	145
5.3 Algumas formas de introdução do discurso do outro.....	150
5.4 Por uma semântica sintagmática e também paradigmática.....	152
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
REFERÊNCIAS.....	157
CURRICULUM LATTES	161

INTRODUÇÃO

Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovadloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando. Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto o seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: - Me ajuda a olhar!
(Eduardo Galeano, A função da arte, Livro dos Abraços)

Essa pode ser uma bela metáfora não apenas para a função da arte, mas, e quem sabe, especialmente, para a principal função da linguagem. Esta exerce o mágico e imensurável papel de nos ajudar a olhar para o mundo, para o outro e, especialmente, para nós mesmos. Por meio dela, conseguimos atribuir sentidos ao que somos e ao que nos cerca. É também por meio de alguém que usa a linguagem que conhecemos o mundo, a realidade, ou melhor, construímos um mundo, uma realidade.

Infelizmente, nem todos conseguem desvendar os mistérios e encantos que constituem a (sua) linguagem. A grande maioria está, inclusive, distante de uma leitura minimamente proficiente e, assim, da compreensão de aspectos básicos envolvidos na questão. Apesar de termos ingressado há alguns anos na área de Letras e, portanto, lidarmos com aspectos relacionadas à língua há um certo tempo, é necessário dizer que esse universo ainda está, em muitos aspectos, por ser descoberto e explorado. Apenas iniciamos o longo percurso de tentar compreender um pouco sobre a natureza da linguagem.

Este trabalho encontra-se fortemente ligado a essa busca. Ela teve início no Curso de Letras da Universidade de Santa Cruz do Sul, quando tivemos a oportunidade de começar a conhecer algumas faces da linguagem, e, especialmente, com as dificuldades, questionamentos e desafios que se apresentavam nas salas de aula de Ensino Fundamental e Médio no município

de Venâncio Aires. A busca tomou forma e tornou-se mais significativa nas aulas relativas ao texto e ao discurso dos cursos de mestrado e doutorado na PUCRS, nas discussões do grupo de pesquisas vinculado ao Núcleo de Estudos do Discurso, coordenado pela professora Leci Borges Barbisan, quando realmente pudemos deparar-nos com a imensidão e com a profunda beleza da linguagem. Foi só aí que percebemos quão longo seria esse caminho e que ele seria trilhado por muito tempo, com auxílio de pessoas entendidas em “olhar”.

Aos poucos fomos descobrindo que a linguagem permeia toda nossa vida – da beleza da poesia ao mais singelo e solitário pensamento. E mais, ela não é algo inventado artificialmente, mas é o que nos torna de fato homens, como afirmou Benveniste. Assim como o universo, a vida, os seres vivos – animais e plantas –, a linguagem é um complexo sistema de relações. Todos os elementos funcionam em solidariedade, ou seja, se organizam e se constituem em relação com os outros. Nada está fechado em si mesmo, ao contrário, tudo se constitui por essa relação. A Biologia ensina-nos, há alguns anos, esta lição fundamental que Saussure tão bem havia explicado em seus cursos, falando sobre a linguagem.

Na natureza, todos os elementos fazem parte de um sistema maior que os compreende, os interliga. É impossível isolá-los para buscar compreendê-los. Explicando a ideia de relações, numa visão sistêmica, (também chamada de holística ou ecológica), o físico Fritjof Capra, em seu livro *A teia da vida – uma nova compreensão científica dos sistemas vivos* (1996), afirma:

(...) quando vemos uma rede de relações entre folhas, ramos, galhos e tronco, chamamos a isso de "árvore". Ao desenhar a figura de uma árvore, a maioria de nós não fará as raízes. No entanto, as raízes de uma árvore são, com frequência, tão notórias quanto as partes que vemos. Além disso, numa floresta, as raízes de todas as árvores estão interligadas e formam uma densa rede subterrânea na qual não há fronteiras precisas entre uma árvore e outra. Em resumo, o que chamamos de árvore depende de nossas percepções (CAPRA, 1996, p. 48).

A partir dessa perspectiva, podemos perceber que o outro está na constituição de (praticamente) tudo, já que a compreensão da realidade está inserida numa ampla rede de relações. Ao estudarmos um fenômeno, o que fazemos é escolher uma forma de perceber essas relações, um modo de ver, o que também pressupõe uma ideia de ciência e de pesquisa como um modo de olhar a realidade, apenas, e não como algo passível de objetividade.

Apesar dessa possibilidade de entendimento da própria vida de modo bem amplo, o homem parece ainda não estar totalmente convencido de que a alteridade está na sua essência; ainda não aprendeu a reconhecer o diferente, o outro. Não aprendeu com a harmonia vista na natureza, nem a perceber que só “é” por oposição (comparação) ao outro. Não fosse assim, não teríamos tantas tragédias, como as mortes provocadas pelo nazismo no ontem e pelo desprezo aos homossexuais, por exemplo, no hoje.

A linguagem, sistema vivo, é considerada neste trabalho como constituída pela alteridade. Acorados na perspectiva linguística e enunciativa da Teoria da Argumentação na Língua (ANL), teoria que percebe a linguagem como essencialmente interativa e argumentativa, entendemos que esta precisa, em diferentes aspectos, do outro para ter sentido. O uso é um outro em relação à língua, a forma também o é em relação ao sentido, para citarmos alguns aspectos. Por essa teoria, temos que a linguagem assume sentido quando colocada em funcionamento por um locutor (eu) para um interlocutor (tu).

Entendendo a linguagem como um objeto heterogêneo, temos como principal objetivo, neste estudo, desvendar alguns aspectos da relação de alteridade na constituição de discursos. Partindo de Saussure e da noção de valor, Oswald Ducrot produz sua teoria percebendo a relação entre os elementos linguísticos como construtora de sentido e afirmando produzir uma teoria da alteridade. Com os conceitos de encadeamento argumentativo e, atualmente, bloco semântico, o autor propõe uma semântica ancorada na língua enquanto sistema de relações.

Pretendemos focar aspectos desse sistema de relações, que está no cerne da teoria, compreendendo-os à luz da alteridade. Para o nosso trabalho,

além de discutirmos os conceitos sob essa perspectiva, buscando analisar de fato onde está a alteridade na ANL, definimos uma forma de relação a ser enfocada de modo especial¹ – a que vincula as diversas vozes que o locutor põe em cena para firmar seu ponto de vista. Assim, buscamos respostas a alguns questionamentos: Como a alteridade produz a construção do sentido de discursos? Como e com que função o locutor convoca outras vozes para integrar o seu discurso? Em que medida estas se relacionam com o ponto de vista que ele assume?

Procurando responder a essas perguntas, discutimos, no primeiro capítulo, as bases da Teoria da Argumentação na Língua, a saber, o Estruturalismo e a Enunciação, enfocando especialmente como ambas estão fundamentadas na noção de alteridade. Em Saussure, evidenciamos as questões de língua e fala, a noção de sistema e de valor, conceitos que permitem a construção de teorias semânticas. Em Benveniste, priorizamos a efetivação da relação entre língua e fala, por meio da noção de enunciação, a qual está fundamentada em outra relação – entre um locutor (eu) e um interlocutor (tu). No final do capítulo, abordamos alguns reflexos mais gerais dessas duas perspectivas na construção da ANL.

No segundo capítulo, discorreremos de forma mais detalhada sobre a influência de Saussure e de Benveniste na construção dos conceitos e no desenvolvimento da ANL. Visamos focar o caminho percorrido por Oswald Ducrot no sentido de chegarmos mais próximo de uma semântica linguística, a partir da análise do uso da língua e das relações que norteiam a construção de sentidos das entidades linguísticas.

Na sequência, tratamos da alteridade sob a perspectiva da relação entre diferentes vozes e/ou discursos que compõem o discurso do locutor. Situamos, brevemente, a ANL, em meio a outras teorias semântico-enunciativas pautadas

¹ Chegamos a essa delimitação apenas depois de um longo percurso por outros modos de relação que compõem o discurso. Iniciamos este trabalho com o intuito de analisarmos a relação entre encadeamentos argumentativos em textos de crianças, temática que se mostrou bastante ampla e, por isso, foi sendo recortada.

na alteridade e resgatamos o modo de perceber as vozes que constituem os discursos sempre heterogêneos. Essa retomada permite a realização do quarto capítulo, no qual analisamos discursos com o intuito de percebermos como o ponto de vista do locutor é construído e como ele põe em cena outros discursos para argumentar. O corpus é constituído por seis discursos partindo do pressuposto de que todo discurso é composto, em maior ou menor grau, por diferentes vozes, e pela argumentação. As questões norteadoras deste trabalho são retomadas nas discussões dos resultados, onde discutimos como o discurso, como entidade linguística, está pautado na alteridade.

1 REPENSANDO A ALTERIDADE: DE SAUSSURE A BENVENISTE E DUCROT

“No princípio era o Verbo.” (João 1.1)

Em meio a muitas teorias que tratam da linguagem enquanto um campo homogêneo, no qual os sentidos se produzem de forma linear e monofônica, adotamos, neste trabalho, uma perspectiva teórica que fundamenta seu sentido na alteridade – a Semântica Argumentativa, de Oswald Ducrot e colaboradores.

Apesar de antigo, o tema da alteridade foi por muito tempo tratado como secundário até mesmo nos estudos filosóficos. De forma bastante geral, podemos dizer que esses tinham como principal foco o ser, o eu em si mesmo, a subjetividade. Pensadores como Levinas, entre outros, passaram a compreender o sentido da subjetividade na confluência com o da alteridade implicando assim uma intersubjetividade (PELIZZOLI, 2002). Em meio a culturas que se mostravam dominantes primando pelo ser e pelo ter, era (e continua sendo) mais do que urgente repensar o eu a partir do outro. Buscava-se, desse modo, encontrar uma fundamentação filosófica e ética para a questão do sujeito em meio aos impasses decorrentes do modelo de sociedade vigente na atualidade.

Levinas², pensador de origem lituana e de família judaica, que tem a alteridade como foco central de seu trabalho, opõe-se à tradição do pensamento ocidental que perceberia o “eu” como centro de perspectiva, e que teria levado à dominação do homem pelo homem. Levinas propõe que as relações sejam percebidas a partir do “tu”, ou seja, do “outro”, substituindo a centralidade do ser (ontologia) pela do outro. Nesse contexto, é que a questão da ética deve ser percebida.

² As ideias de Levinas foram vistas por meio dos autores Bingemer (s.d.) e Pelizzoli (2002). Não é nosso objetivo aqui aprofundar o tema pelo viés filosófico, mas apenas introduzi-lo.

De acordo com Bingemer³(s.d), para o filósofo, a alteridade é encarada como a condição mesma da existência, da vida. É a condição de o eu tomar conhecimento de quem é e de qual é seu lugar no mundo. Para Levinas, estariam banidos como axiomas fundamentais da vida humana o "Eu sou", ou o "Penso, logo existo". O verbo da existência humana só poderia, de acordo com Bingemer (s.d.), ser conjugado no acusativo "Eis-me aqui", o que revela que o eu não é mais o ponto de referência, não ocupa mais a posição central. Em outras palavras, ele não pode ser considerado e compreendido senão na relação com o outro que o constitui.

A alteridade é tema de fundamental importância, especialmente nos dias atuais, quando são inúmeros os conflitos envolvendo o eu e o outro, o eu e o que difere dele. A pertinência de sua discussão recobre o âmbito filosófico, mas também o sociológico, o das ciências da natureza, o da psicanálise e, sem dúvida, o da linguagem. A breve introdução ao tema da alteridade aqui realizada busca apenas situá-lo num âmbito mais geral, tendo em vista que ele será tratado, neste trabalho, apenas da perspectiva da linguagem e, especificamente, de uma semântica linguística.

Levinas é um dos filósofos que se debruça sobre o tema, que pode ser analisado muito anteriormente na perspectiva de Platão, no texto *O sofista*. É o próprio Ducrot, criador da teoria que fundamenta este trabalho (a Teoria da Argumentação na Língua, ANL), que afirma, no prefácio do livro *O intervalo semântico*, de Carlos Vogt, a necessidade de se reencontrar em termos de estudos da linguagem o que ele chama de "platonismo saussuriano". Esse encontro equivaleria a reconhecer na linguagem uma função ainda mais fundamental do que a de comunicar, que se satisfizesse com a pura alteridade, ou ao menos a implicasse. O linguista Saussure teria aplicado à linguagem o que para Platão constituía o campo das ideias:

A oposição, para Saussure, é constitutiva do signo da mesma forma que a alteridade é, para Platão, constitutiva das ideias. O valor de uma palavra – ou seja, sua realidade linguística - é o que a opõe às

³ Texto sem data, disponível em meio eletrônico (<http://alainet.org/active/9816&lang=es>) e acessado em 22/01/2011.

outras. Indo mais longe, é a de se opor às outras. Seu ser é ser outro. (DUCROT, 2009, p.10-11)

De acordo com Ducrot (2009), no texto *O sofista*, Platão propõe a alteridade como a base do campo das ideias, afirmando a existência de categorias fundamentais da realidade, a saber, o Movimento, o Repouso, o Mesmo e o Ser. A essas quatro, ele acrescenta uma quinta categoria constitutiva das demais – o Outro. Esta define todas as outras já que elas se diferenciam não por uma característica positiva que possuem, mas por participarem da natureza do Outro.

Da essência do Outro, diremos que ela circula através de todas as categorias fundamentais da realidade, porque se cada uma delas, individualmente, é diferente das demais, não é em virtude de sua própria essência, mas de sua participação na natureza do Outro. (DUCROT, 2009, p.10).

O autor continua sua leitura de Platão, explicando que, se o Movimento é diferente do Repouso não é por possuir em si mesmo alguma característica positiva que poderíamos analisar isoladamente, mas por ser a diferença constitutiva dessas noções. “O Movimento é aquilo que ele é pelo fato de que ele é outro, diferente do Repouso, do Mesmo... etc” (2009, p.12). A relação deve ser vista, assim, como constitutiva dos termos e não como derivada deles.

Com intuito de compreendermos como a noção de alteridade embasa a Semântica Argumentativa de Oswald Ducrot, recorreremos à epistemologia da teoria. Primeiramente, revisitamos as ideias de Saussure, que serviram de base para a construção de estudos semânticos e, principalmente, de uma semântica linguística. Em seguida, buscamos a noção de relação nos escritos de Émile Benveniste, que, partindo de Saussure, foi um dos precursores do conceito de enunciação. No final do capítulo, realizamos uma breve discussão sobre como Oswald Ducrot entende esses conceitos estruturalistas e enunciativos para construir seu quadro teórico, sendo que essa questão é aprofundada no capítulo dois.

1.1 SAUSSURE – A BASE PARA A RELAÇÃO DE ALTERIDADE NO ESTUDO DO SENTIDO

O percurso teórico aqui realizado se inicia em Saussure que, como sabemos, deu à linguística o status de ciência ao limitar seu objeto de estudos à língua. Sua preocupação, naquele momento, era de eleger um foco específico de estudos que não se mostrasse como um *aglomerado confuso de coisas heteróclitas* ([1916] 2000, p.16).

Essa delimitação teve caráter metodológico, tendo em vista que Saussure entendia língua e fala como objetos essencialmente articulados, como o confirmam alguns de seus manuscritos. A linguagem, no *Curso de Linguística Geral*⁴, é vista como contendo duas partes distintas, que não podem ser concebidas separadamente: uma social e outra individual. A língua, parte social, teria o primeiro lugar entre os fatos da linguagem por possibilitar unidades de estudo. Já a fala, individual, remeteria a outras ciências, externas à linguística. As duas, porém, são entendidas como articuladas:

(...) a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos. Mas esta é necessária para que a língua se estabeleça; historicamente o fato da fala vem sempre antes (CLG, 1916- 2000, p. 27).

Sob tal perspectiva, a língua é considerada um todo em si mesma, um princípio de classificação, um conjunto de convenções que faz a unidade da linguagem. Organiza-se como um sistema de signos; é um *tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente (...) nos cérebros de um conjunto de indivíduos* (op.cit. 2000, p. 21). Além disso, é algo concreto, com uma natureza homogênea. A fala, por sua vez, de natureza heterogênea e diversa, embrião da linguagem, remete ao que é particular e individual.

⁴ Daqui em diante CLG.

É importante retomar a ideia de que a língua não nos é apresentada como um *conjunto de signos delimitados de antemão, dos quais bastasse estudar as significações e a disposição* (op.cit. 2000, p.120). Dessa maneira, o objeto de estudo da linguística precisa ser definido, ao contrário do que ocorre em diversas outras áreas do conhecimento. Para isso, é fundamental que sejam definidas as unidades a serem estudadas, o que se constitui como uma tarefa bastante complicada.

Para Saussure, a unidade concreta da linguística é o signo, elemento que só se define por sua relação com outros signos no sistema da língua. Internamente, este contém duas faces também relacionadas: o significante, que corresponde à sua imagem acústica, e o significado, à sua ideia ou conceito. Essa relação entre significante e significado é arbitrária, não tem vínculo com a realidade externa à linguagem, no sentido de um referente direto no mundo, e, além disso, implica a impossibilidade de separação entre forma e sentido. De acordo com Ducrot (1971), pressupor no próprio elemento o sistema é o que constitui o contributo de Saussure ao que se chamou posteriormente de estruturalismo linguístico.

Segundo Normand (1990), a definição de signo é inseparável da definição de língua enquanto sistema, pois um signo só existe nas suas relações com outros signos. Assim, a noção de relação deve ser entendida como intimamente ligada a tudo o que diz respeito à língua como sistema, em que algo só pode ser definido por suas relações com os outros termos do sistema.

Da noção de relação entre signos resulta a de valor semântico. Não basta considerarmos um termo como a união entre um significante e um significado, isso seria isolá-lo do sistema (CLG, [1916] 2000, p.132). Uma palavra só existe em relação a outras e em virtude do que está a sua volta. Nesse contexto:

Seu conteúdo só é verdadeiramente determinado pelo concurso do que existe fora dela. Fazendo parte de um sistema, está revestida não só de uma significação como também, e sobretudo, de um valor, e isso é coisa muito diferente. (SAUSSURE, [1916] 2000, p.134)

Na verdade, a noção de valor exprime a essência da língua. Conforme Saussure, uma forma não significa, mas *vale* (SAUSSURE, 2002, p.30). Sendo assim, deve-se admitir a existência de outros valores. O sentido é então construído como uma diferenciação em termos de valores.

Nunca é demais repetir que os valores dos quais se compõe primordialmente um sistema de língua (um sistema morfológico), um sistema de sinais, não consistem nem nas formas nem nos sentidos, nem nos signos nem nas significações. Eles consistem na solução particular de uma certa relação geral entre os signos e as significações, estabelecida sobre a diferença geral dos signos mais a diferença geral das significações mais a atribuição anterior de certas significações a certos signos ou reciprocamente. (op.cit. 2002, p.30-31)

A língua é um sistema em que todos os termos são solidários. Sua relação e, portanto, suas diferenças desenvolvem-se segundo duas ordens, cada uma das quais é geradora de valores: coordenação sintagmática ou combinatória e paradigmática ou associativa. As relações entre as unidades acontecem num jogo de combinações entre elementos que estão *in praesentia*, as quais ela chama relações; e, também, de oposições, substituição de elementos que existem na virtualidade, *in absentia*, e que se constituem possibilidades de escolhas que sustentam essas relações.

As relações sintagmáticas se dão por meio de combinações, apoiadas na extensão. *Colocado num sintagma, um termo só adquire seu valor porque se opõe ao que o precede ou ao que o segue, ou a ambos* (SAUSSURE, [1916] 2000, p.142). Baseia-se no que há de linear na língua, no sentido de segmentos alinharem-se, um após o outro, na “cadeia da fala”. De acordo com informações contidas no CLG, nesse domínio não há limite categórico entre o fato de língua, testemunho de uso coletivo, e o fato de fala, que depende da liberdade individual.

Quanto à coordenação associativa, podemos dizer que são relações que se dão em séries de associações mentais diversas, em um número infinito e sem uma ordem determinada. Aproxima elementos com alguma coisa em

comum, ou seja, que tenham alguma relação em termos de forma e/ou de sentido.

A noção de valor associa essas duas formas de relações, ou, em outras palavras, o valor existente nos dois eixos – do sintagma e do paradigma – é determinado simultaneamente de acordo com os dois. O valor é *sinônimo, a cada instante, de termo situado em um sistema de termos similares, do mesmo modo que é, eminentemente, sinônimo, a cada instante, de coisa cambiável* (SAUSSURE, 2002, p.289).

Uma unidade é definida, então, por sua relação com as outras na medida em que significa, em que é um elemento significativo do que a outra não é. Seguindo esse viés, podemos dizer que não há sentidos dados de antemão. Citando as palavras do *CLG: não existem ideias preestabelecidas, e nada é dito antes do aparecimento da língua e, ainda, os valores emanam do sistema* (SAUSSURE, [1916] 2000, p. 136). Não há como concebemos, como afirma Normand (1990), a partir dessas ideias, uma análise da forma e uma análise do sentido, separadas ou justapostas. Toda diferença formal tem um valor linguístico na medida em que está ligada a uma diferença de sentido.

Partindo dessa ideia de valor, alguns autores, baseados no próprio *CLG* ou nos seus manuscritos, afirmam que, subjacente à proposta de Saussure, está uma teoria do sentido, uma epistemologia própria a ser articulada com uma teoria da fala, que daria indicações para a construção de pesquisas semânticas, sintáticas e ditas de enunciação ou pragmática, segundo Bouquet (1997). O fato semântico já estaria contido nas entidades da língua e seria transversal às diversas unidades da língua, de acordo com o autor.

Esse pensamento confronta-se diretamente com muitas das discussões realizadas a respeito do trabalho de Saussure. “Acusaram-no” frequentemente de ter eliminado o sujeito de seus estudos e também o sentido. É o que encontramos em Dosse (2007, p.90), que fala da negação do homem na perspectiva saussuriana, a qual levaria a *um formalismo* que, além de já se ter esvaziado de sentido, exclui também o locutor.

Normand (1990), por sua vez, retoma essa ideia de que Saussure pôde fundar a linguística por ter eliminado o sentido e a ela se contrapõe a partir de uma leitura atenta do CLG. Assim, aponta que apenas uma certa concepção de sentido teria sido eliminada, aquela vinculada às mudanças de sentido das palavras. Na teoria do valor, segundo a autora, estaria o programa de uma semântica linguística.

Bouquet (1997), que tem como principal base de estudos os manuscritos de Saussure, acrescenta que o conceito de valor *in praesentia* possibilita o programa de estudos semânticos para o qual Saussure ofereceu a base. Além disso, na concepção da teoria do valor não pode permanecer a ideia da dicotomia língua/fala. O valor pressupõe a relação sintagmática proveniente dessa união entre a língua e a fala, uso da língua. Podemos perceber, então, que não é possível sustentar que Saussure exclui o sujeito de sua teoria; é inerente ao uso da língua um sujeito que a utiliza, que relaciona seus elementos para produzir sentido. O que se pode afirmar apenas é que ele não possui estatuto central nos estudos saussurianos, já que a prioridade, naquele momento, era estudar a língua e não a fala.

Nos escritos de Saussure, encontramos que a linguagem é um fenômeno; “é o exercício de uma faculdade que existe no homem. A língua é o conjunto de formas concordantes que esse fenômeno assume numa coletividade de indivíduos e numa época determinada” (SAUSSURE, 2002, p. 115). E ainda, “o mal-entendido em que caiu, no início, a escola fundada por F[rantz] Bopp, foi atribuir às línguas um corpo e uma existência imaginários, fora dos indivíduos falantes”. Diferentemente dessa visão do estudioso dos estudos da gramática comparada, vê-se que “há reciprocidade permanente e que, no ato da linguagem a língua tem, ao mesmo tempo, sua aplicação e o gerador contínuo da língua”.

Além dessa íntima ligação da língua que se alimenta da fala e ao mesmo tempo é por ela aplicada, encontramos nos *Escritos de Linguística Geral* (2002) importante discussão sobre o discurso, sendo que a língua, segundo Saussure, só é criada em vista do discurso. Uma sequência de

palavras, por mais rica que seja, “não indicará nunca, para um indivíduo humano, que um outro indivíduo, ao pronunciá-las, quer lhe comunicar alguma coisa”⁵ (SAUSSURE, 2002 (a), p.275). O discurso consiste, para o autor,

quer seja de maneira rudimentar e por vias que ignoramos, em afirmar uma ligação entre dois dos conceitos que se apresentam revestidos da forma linguística, enquanto a língua realiza, anteriormente, apenas conceitos isolados, que esperam ser postos em relação entre si para que haja significação de pensamento. (SAUSSURE, 2002 (b), p.237)

Nessa perspectiva – de relações que produzem sentido – encaminhamo-nos para uma revisão de leitura acerca de uma das teorias fundamentadas nos preceitos de Saussure, a teoria enunciativa de Émile Benveniste, que influenciou a elaboração da ANL e que produziu uma teoria do sentido oriundo da relação entre sujeitos que se constituem na e pela língua.

1.2 ÉMILE BENVENISTE – ENFOCANDO A RELAÇÃO EU-TU NO ESTUDO DO SENTIDO

Além das ideias de Saussure, outra base para a construção da ANL é o conceito de enunciação desenvolvido por Émile Benveniste, de quem Oswald Ducrot foi aluno. De acordo com Ducrot, a partir de Benveniste certos linguistas (inclusive ele) passaram a considerar a língua como o lugar da intersubjetividade, o lugar onde os indivíduos se confrontam, onde encontram outrem (DUCROT In: VOGT, 2009, p.13). Outrem pode ser entendido como o outro constitutivo do eu de que fala Platão, “porque é somente através dele que posso me ver e é através do seu reconhecimento que eu posso me conhecer” (op.cit. p.13).

⁵ Traduzido do original, por Leci Borges Barbisan “La suite de ces mots, si riche qu’elle soit, par les idées qu’elle évoque, n’indiquera jamais à un individu humain qu’un autre indididu, en les prononçant, veuille lui signifier quelque chose.” (SAUSSURE, Ferdinand de. **Écrits de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 2002).

A proposta saussuriana serviu de base para a construção das diversas teorias chamadas enunciativas, que partiram principalmente das noções de signo, língua, fala e relação. Essas noções, porém, foram tomadas de maneiras diferentes por seus autores que as ampliaram e reformularam. Para entender a proposta de Benveniste, enfocaremos, na sequência, especialmente, três de seus artigos, que revelam aspectos do desenvolvimento de seu raciocínio. Antes de qualquer coisa, porém, entendemos como necessário e, talvez, fundamental, que reflitamos inicialmente sobre como o autor constrói o conceito de enunciação.

Benveniste é quem, partindo de Saussure, prioriza a noção de sujeito⁶ e, portanto, a de discurso nos estudos linguísticos, tendo em vista que até então a linguística tinha como seu limite de análise a frase. Juntamente com a noção de sujeito, enfoca a de referência, que é definidora do sentido, já que este se caracteriza pela relação estabelecida entre as ideias expressas sintagmaticamente na frase e a situação de discurso. (FLORES, 2005, p.32) Benveniste cria uma noção de significado que engloba a referência aos interlocutores no plano da enunciação. Dessa forma, o que era proposto por Saussure em termos de língua/fala dá lugar a outra relação: língua/discurso, constituída por meio do uso da língua.

A enunciação é vista como o ato de apropriar-se da língua e colocá-la em funcionamento, ou seja, alguém que diz “eu” produz linguagem para um “tu”. Essa é a chamada categoria de pessoa, proposta no trabalho de Benveniste. Além de eu e tu, pertencentes à categoria da pessoa, a enunciação constitui outras categorias igualmente imprescindíveis: o tempo (presente da enunciação) e o espaço. Estes dois últimos são vinculados à primeira categoria, ou seja, assumem seu sentido a partir da primeira. Ambas adquirem seu valor em relação à primeira, ou seja, o tempo e o espaço da enunciação são produzidos pelo uso da língua por um locutor.

Benveniste não aponta apenas para a subjetividade na linguagem, o que iria contra a noção de alteridade, mas remete para a intersubjetividade. Assim,

⁶ Entendido enquanto ser de fala, e não como sujeito empírico.

percebe o sujeito, o eu que produz discurso, mas somente em relação a um tu que se torna eu ao produzir seu discurso, que é quem constitui o eu. Não há possibilidade de *eu* sem *tu*, de acordo com o autor. É a noção de inversibilidade⁷, imprescindível para o entendimento da teoria. Há uma relação entre parceiros que, ao assumirem sua palavra, significam-se como sujeitos no mundo.

Terminada essa pequena introdução ao conceito de enunciação de Benveniste, seguimos nosso percurso buscando compreender o desenvolvimento de suas ideias, conforme já mencionamos, em alguns de seus textos, pautando-nos por sua cronologia.

No texto *Os níveis da análise linguística*, de 1962⁸, o autor estabelece a importância da noção de nível para a determinação dos procedimentos de análise linguística. Sua preocupação era, no momento, construir uma metodologia de análise. Benveniste delimita os elementos através da dupla relação que os une: a relação com outros elementos presentes (sintagmática) e a relação com outros elementos que são substituíveis (paradigmática). O critério utilizado para essa delimitação das unidades é o sentido; aliás, algo só existe, enquanto é parte da língua, quando significa, como já anunciara Saussure.

O nível inferior é formado pelos traços distintivos dos fonemas e o superior é constituído pela frase. Ao se decompor uma determinada unidade linguística para chegar aos seus constituintes de nível inferior, estamos tratando da forma. Já o sentido é tomado como a capacidade de uma unidade integrar outra de nível superior. Assim, forma e sentido devem definir-se um pelo outro e articular-se na língua. Suas relações estariam implicadas, segundo Benveniste, na própria estrutura dos níveis e na das suas possíveis funções – constituição e integração.

O autor ultrapassa a ideia de língua e fala como elementos estudados separadamente, remetendo, dessa forma, ao discurso uma vez que dá

⁷ Essa noção aparece também como reversibilidade, diferença que decorre da tradução das obras.

⁸ Publicado em *Problemas de linguística geral I*, [1976] 2005.

destaque também ao sentido. Com a frase, deixa-se o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação: “É no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem” (BENVENISTE, 2005, p.140).

Normand (2009), quando discute a relação entre Saussure e Benveniste, opta por falar em “encontros”, ao invés de discursos de filiação, de influência, entre outros. A autora afirma que tal como foi preconizado por Saussure, Benveniste parte da análise formal, mas atribui um lugar especial ao sentido e chega ao discurso e, portanto, à linguagem (op.cit. p. 14). Destaca também que a preocupação de ambos é metodológica e os dois se situam em relação aos estudos linguísticos realizados na época em que viveram: o primeiro, “procurando encontrar na língua razões para defini-la como objeto de estudo”, e o segundo, “contrastando com a Linguística centrada na forma, traz de volta o sentido e (...) estabelece um novo domínio: o do discurso” (op.cit.p.15).

Em outro artigo, *A forma e o sentido na linguagem* (1966)⁹, essas questões acerca da forma e do sentido continuam sendo abordadas, sendo que o problema colocado inicialmente pelo autor é o da significação. Esta não é dada por acréscimo à linguagem e, sim, é da sua natureza. O autor afirma que, antes de mais nada, a linguagem significa; serve para viver antes mesmo de servir para comunicar.

A língua inteira é “atravessada” por duas espécies e dois domínios da forma e do sentido – o semiótico e o semântico. Os mesmos elementos encontram-se nos dois, mas adquirem estatutos diferentes. “Há para a língua duas maneiras de ser língua: no sentido e na forma” (1989, p. 229). Tudo que pertence ao semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua. A unidade semiótica é o signo, constituído de significante e significado, e esses correspondem respectivamente à forma e ao sentido. Essa unidade caracteriza-se como uma propriedade da língua, uma realidade intrínseca a ela. A significação existente

⁹ Publicado em Problemas de Linguística geral II, [s.d.]1989.

nesse nível é conceitual, tem caráter geral e é definida pela relação de substituição, no eixo do paradigma.

A semântica, por sua vez, está relacionada ao emprego da língua, à mediação entre os homens, e é resultante de uma atividade do locutor que coloca a língua em funcionamento. Possui como unidade a frase, que não integra outro nível e não comporta emprego. Tem sentido particular, fazendo referência à situação de discurso e à atitude do locutor. O sentido, sob esse enfoque, encontra forma nas relações sintagmáticas. A partir da ideia particular, o locutor combina as palavras que, neste emprego específico, também assumem um sentido particular.

Há, nesse momento, uma preocupação ainda maior, por parte do autor, com o sentido que integra tanto o sistema semiótico como o semântico, embora de formas distintas. Não parece haver nesse momento, no entanto, uma completa integração desses sistemas interdependentes. Na visão de Benveniste, trata-se ainda de “duas linguísticas distintas”, que posteriormente podem se articular (1989, p.240). Essa integração parece mais evidente no texto - *O aparelho formal da enunciação* (1970)¹⁰.

O artigo menciona, em sua introdução, o amplo espaço de que desfrutava o emprego das formas nas descrições linguísticas. Esse emprego refere-se a um conjunto de regras que fixam as condições sintáticas nas quais as formas podem aparecer já que pertencem a um paradigma que lista as escolhas possíveis. As condições de emprego das formas não são, de acordo com o autor, iguais às condições de emprego da língua, este visto como mecanismo total e constante que afeta a língua inteira.

O emprego da língua se dá na e pela enunciação que é “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p.82). Pressupõe um locutor que mobiliza a língua, apropria-se do aparelho formal da língua e enuncia sua posição por meio de marcas específicas. Esse “apropriar-se” não pressupõe a existência de um sistema pronto do qual alguém apenas se apodera e, sim, uma atividade singular de

¹⁰ Também publicado em *Problemas de linguística geral II* [s.d.], 1989.

construção: tornar o sistema próprio de alguém, particularizá-lo, com suas marcas, suas escolhas.

Na interação, o eu (locutor) produz discurso, produz sentido, implantando o outro (tu) diante de si. É esse ato individual de utilização, com a presença do locutor em seu discurso, que faz com que o discurso se constitua num centro de referência. Em outras palavras, é pela enunciação, o momento mesmo da produção de um enunciado, que ganham sentido os índices de ostensão - como este, aqui, agora - e se organizam a pessoa, o tempo e o espaço. É pela enunciação que a língua existe: *“antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua”*. (op. cit. p.83)

Com o conceito de enunciação, tão caro à linguística, Benveniste parece estabelecer de forma mais clara a articulação entre os sistemas semiótico e semântico da língua. A introdução daquele que fala, em sua fala, faz a ligação entre duas maneiras de a língua ser língua.

Normand (2009) salienta que “a ideia de aparelho formal de enunciação inclui a de língua e fala e não se esgota nelas, já que o aparelho seria simultaneamente das duas” (op.cit. p.17). Dessa forma, não se trata mais de opor língua e fala, mas entendê-las como intimamente ligadas. A língua prevê a fala e esta, por sua vez, pressupõe a língua. Para Benveniste, deve-se partir dos fatos de fala para chegar ao sistema da língua. Neste está contido o uso que é realizado por meio da fala. Para Normand, “em Benveniste, o significado do signo linguístico comporta o uso da língua, logo o valor, inerente ao sistema, decorre da influência que o uso tem sobre esse sistema” (op.cit. p.19).

Como podemos perceber, Benveniste “encontra” Saussure e, principalmente, suas noções de sistema e de valor. Mais do que isso – ele encontra, possivelmente, nas leituras de Saussure, a semente da relação semântica entre língua e fala, enquanto constitutivas da linguagem, criando o conceito de enunciação tão necessário à linguística, de forma geral, e a Ducrot, em particular, em sua teoria semântica e enunciativa. Benveniste desenvolve em muitos aspectos, o que Saussure havia, ao menos, anunciado. Destaca a importância do sujeito, enquanto ser discursivo, na produção da linguagem e

de sentidos. É ele que institui o discurso ao mobilizar a língua e relacionar seus elementos conferindo um valor a cada um deles. O autor parece ter se valido de aspectos essenciais propostos por Saussure de modo a fazer avançar o estudo semântico que só poderia existir pela enunciação.

1.3 A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA: RELENDO O ESTRUTURALISMO E A ENUNCIÇÃO

Nesta seção, discutiremos como as questões teóricas, apresentadas nas seções anteriores, referentes ao estruturalismo e à enunciação, refletem na construção da Teoria da Argumentação na Língua (ANL), também chamada, Semântica Argumentativa ou Linguística, cujos conceitos veremos mais detalhadamente no segundo capítulo.

De maneira mais aprofundada, e com base em materiais antes não disponíveis, os estudos realizados atualmente, especialmente na França, oferecem uma dimensão mais ampla das ideias do linguista genebrino, como podemos notar na referência a alguns textos de Claudine Normand e Simon Bouquet, na seção acerca das ideias de Saussure.

O entendimento de que Saussure criou as bases para que pudesse ser construída uma semântica linguística, por meio da noção de valor, especialmente, nos leva a crer que a Semântica Argumentativa, de Oswald Ducrot, e a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), de Marion Carel, têm seus fundamentos fortemente vinculados ao “estruturalismo linguístico”. Na verdade, é o próprio Ducrot quem faz questão de anunciar, em alguns de seus textos, essa filiação e o desejo de manter-se fiel a algumas noções saussurianas.

Em termos gerais, pode-se dizer que a ANL é uma aplicação do estruturalismo saussuriano à semântica linguística à medida que, para Saussure, o significado de uma expressão reside nas relações dessas expressões com outras expressões da língua (CAREL; DUCROT, 2005).

A influência da proposta saussuriana na teoria elaborada por Ducrot torna-se evidente no fato de este restringir seu campo de estudos à linguagem, buscando explicá-la por ela mesma, ou seja, adotando o princípio de autonomia da língua e recusando a referência ao mundo, à exterioridade. Essa noção permeia todo o trabalho da ANL que, em seu desenvolvimento, tenta ajustar-se cada vez mais à ideia de que é necessária uma teoria linguística que não tenha que recorrer a aspectos externos e que descreva os fatos linguísticos em relação com outros.

O ponto fundamental é que gostaríamos de renunciar radicalmente a qualquer descrição não linguística do significado das expressões da língua. Tomando ao pé da letra a ideia saussuriana de que o significado é parte integrante do signo, concluímos que ele não pode consistir nem em coisas [...], nem em ideias [...]. (DUCROT; CAREL, 2008, p.9)¹¹

Ao abordar o problema da referência a uma exterioridade que o uso da língua implica, Ducrot (1984) afirma que a palavra exige ser posta em confronto com um mundo que possua uma realidade própria, ou seja, o fim da palavra não reside nela mesma, mas está voltado para seu exterior. O seu valor depende de uma realidade *apresentada* como independente dos discursos produzidos sobre ela.

Essa alusão ao mundo exterior que a palavra contém (pela afirmação, pela ficção, pela ordem ou desejo) é necessária para que não a entendamos como contendo um valor mágico. O autor afirma “*Mesmo que a palavra do mágico produza a cura, ela não é essa cura*” (DUCROT, 1984, p.419), isto é, mesmo que a palavra seja considerada “senhora da realidade”, essa realidade lhe é exterior. Para Ducrot, desde que haja um dizer há uma orientação necessária para aquilo que não é o dizer. A questão importante aqui é que não

¹¹ Texto publicado originalmente como “Description argumentative et description polyphonique: le cas de la négation.” In. PERRIN, Laurent (Org.). *Le sens et ses voix. Recherches linguistiques*. N 28. Presses Universitaires de Metz, p. 215-243, 2006.

se trata de buscar o valor de verdade da palavra, mas, sim, entender que o *referente de um discurso não é, assim, como por vezes se diz, a realidade, mas sim a sua realidade, isto é, o que o discurso escolhe ou institui como realidade* (op.cit. p. 419). Em outras palavras, a linguagem não representa a realidade, o mundo, mas, por meio dela, o locutor apresenta a sua realidade, o seu mundo. Se não fosse assim, não seriam possíveis inúmeros discursos em torno de um mesmo referente.

Ducrot, no mesmo artigo que trata do referente, aborda também a distinção entre sentido e referente para tentar esclarecer o que no discurso é interno (mas relativo a uma realidade independente) e o que é externo (mas visado por ele). Passando por reflexões diversas sobre o assunto, o autor chega a Saussure e especificamente à teoria do signo. O autor afirma que um dos grandes paradoxos de Saussure é o de ter defendido a natureza bifacial do signo, uma associação entre um significante e um significado. Se o referente aparece no CLG *é só de uma forma negativa, como entidade vazia, como algo com que o significado não deve ser confundido. “No entanto, apesar deste modo indirecto de estar, ele é absolutamente necessário ao sistema: a teoria do signo como entidade dupla impõe a distinção entre dois níveis semânticos, um interno, parte do signo, [...] o outro, exterior [...]”*. (op. cit. 423-424)

Ao introduzirmos a ideia de sentido além da de referente, poderíamos efetuar, aparentemente, de acordo com Ducrot, a separação entre o que é exterior e o que é interior ao discurso. É possível colocar o referente fora do plano linguístico, mas neste plano, por meio do sentido, são introduzidos alguns traços do referente para que se possa localizá-lo.

O problema é que a questão não é tão simples e as dificuldades vão além dessa aparente separação. Ao se referir a um conceito (significado), como parte integrante do signo, Saussure o diferencia das ideias universais pela noção de valor. O valor de uma palavra é puramente negativo, ou seja, se dá por oposição às outras palavras da língua. No entanto, esse princípio, considerado um tanto ambíguo, faz com que persistam as dificuldades em se encontrar um nível intermediário entre o significante e o referente.

Ainda discutindo a temática da referência, Ducrot utiliza os seguintes exemplos para ilustrar que é o discurso, ou seja, produzido pela enunciação, que apresenta “as realidades” de uma ou outra maneira: “*Não é o imperador, é o teu amigo que te fala*” e “*Ele não gosta da mulher, gosta da filha do patrão*”. Nos dois casos o referente não é exatamente o ser descrito pela expressão referencial, mas esse ser “*tal como é descrito*” (DUCROT, 1984, p.454), ou, em outras palavras, os referentes são os personagens criados pelo discurso.

Fazendo intervir essa noção de discurso, Ducrot produz a articulação prevista em Saussure entre língua e fala e realizada efetivamente por Benveniste. Como vimos, Saussure percebe língua e fala como aspectos essencialmente relacionados, mas elege, naquele momento, a língua como seu objeto de estudo. Preocupado em realizar um recorte metodológico, elimina noções que fogem ao domínio específico da língua. Segundo Ducrot (1987), essa distinção entre língua e fala tem, em Saussure, duas funções, uma metodológica e outra, material. A primeira diz respeito à distinção entre o objeto construído pelo pesquisador e o dado do qual o objeto deve fornecer uma explicação. A segunda é interior ao dado, no qual há duas regiões opostas: a língua como sistema linguístico abstrato e a fala como atividade.

Ducrot, em sua teoria, concordando com a impossibilidade de separação desses dois aspectos (língua e fala), tal como Benveniste, propõe-se a estudar também a fala, já que o uso da língua estaria previsto no próprio sistema linguístico: *o objeto teórico “língua” não pode ser construído sem fazer-se alusão à atividade de fala. (...) deve conter uma referência àquilo que para Saussure constitui a fala* (DUCROT, 1987, p.64). Em relação a essa articulação, o autor afirma que a distinção metodológica deve ser projetada sobre o dado seguindo um traçado diferente do proposto por Saussure; em outras palavras, *introduzindo a enunciação no enunciado*¹² (op.cit. p.65). Tal ideia apresenta-se como contraditória, aparentemente, já que *cada ato de enunciação constitui um acontecimento único, que implica um locutor particular, enquanto que o enunciado (a frase) permanece, por definição, invariável*

¹² Aqui o termo “enunciado” deve ser lido com o valor de “frase”.

através da infinidade de atos de enunciação de que pode ser objeto (op.cit. p.65). A verdade é que essa possibilidade torna-se viável tendo em vista que cada ato de enunciação funda-se num esquema geral da atividade linguística.

Na ANL, a língua é entendida como um constructo teórico e a fala como conjunto de dados observáveis. Nessa concepção, o signo, visto por Saussure como elemento da língua que só se define pela sua relação com outros signos, é relacionado à frase, uma estrutura abstrata que tem seu significado também constituído pelas possibilidades de relação semântica que ela pode manter com outras frases. Essa relação entre frases se dá na sua realização, por meio da enunciação, ou seja, no segmento do discurso. Quanto ao sentido, podemos dizer que a frase possui uma significação e o enunciado, um sentido.

No mesmo artigo, *Estruturalismo, Enunciação e Linguística*, Ducrot formula duas proposições importantes, ou melhor, centrais para seu estudo do sentido: “de um lado a semântica linguística deve ser estrutural. E, de outro, o que fundamenta o estruturalismo em matéria de significação deve levar em conta a enunciação.” (op.cit. p. 67)

Acerca da primeira proposição, o autor declara:

Ser estruturalista, no estudo de um domínio qualquer, é definir os objetos deste domínio uns em relação aos outros, ignorando voluntariamente aquilo que, na sua natureza individual, se define apenas em relação aos objetos de outro domínio. Admite-se, assim, que algumas de suas relações mútuas não são uma consequência da sua natureza, mas que elas a constituem. (DUCROT, 1987, p.67)

Esse papel constitutivo da alteridade, já colocado por Platão, em *O Sofista*, e desenvolvido por Saussure, tem lugar central no escopo da ANL, que compartilha da ideia de que um objeto só pode ser descrito em relação a outros objetos e não apenas em relação a si mesmo. Em se tratando de uma pesquisa estrutural em linguística, faz-se necessário um “primado da linguagem” (op.cit.p.68), ou seja, uma independência, mesmo que parcial, dos fenômenos da linguagem. Isso faz com que as entidades linguísticas sejam definidas umas em relação às outras. De acordo com Ducrot,

É por isso que se pode colocar, na base do estruturalismo em matéria de linguagem, o princípio saussuriano do arbitrário linguístico, princípio geral de que o arbitrário do signo é somente uma aplicação particular. Atribuindo à ordem linguística um caráter irreduzível, proibindo-a de fundar-se num outro nível de realidade, Saussure estabelece, a um só tempo, a legitimidade e a necessidade de procurar nela própria o princípio de sua racionalidade. (DUCROT, 1987, p.69)

Em relação à segunda proposição, de que o que fundamenta o estruturalismo em termos de significação deve considerar a enunciação, Ducrot (1987) explica que colocar a enunciação no enunciado pressupõe que se tome como conjunto empírico não o enunciado, mas o ato individual de enunciação. Sendo estrutural, essa concepção propõe que o domínio da enunciação pede uma descrição autônoma, capaz de revelar uma inteligibilidade interna. Isto se deve ao fato de que todo ato de enunciação precisa ser “autoreferencial”, conforme expressão de Benveniste, mencionada por Ducrot (1987, p.72). Em outras palavras, para que se compreenda um ato de enunciação, é necessário remeter a ele próprio, o que faz com que não se encontre nenhum equivalente semântico para ele.

Ainda acerca da relação entre estruturalismo e enunciação, temos que o que a ANL realiza é um “estruturalismo do discurso ideal”, nas palavras de Ducrot (1987, p.72). Dizer que alguém, por meio do discurso, faz uma promessa, não é conferir a esse alguém a obrigação moral de cumprir essa promessa. Apresentar sua enunciação como uma promessa implica apenas “apresentar-se” como obrigado a algo. Tal é o poder do ato de fala¹³, conforme mencionamos ao tratar da referência: de gerar um mundo ideal e de fazer leis para ele.

Por um longo período da história da linguística, esse entendimento de que o uso da língua, pela enunciação, produz sentido não se fazia presente. No texto *A descrição semântica em Linguística* (1987), Ducrot contrapõe a ideia de uma semântica paradigmática, realizada durante muito tempo, a uma semântica sintagmática. O estudo do sentido se restringia ao estudo do léxico, realizado a partir de oposições entre palavras de um mesmo campo nocional.

¹³ No momento atual da ANL, relativo à enunciação.

Nesse modo de ver, as palavras já teriam uma significação que apenas seria acrescentada ao discurso. No segundo caso, a palavra não tem senão uma instrução, uma regra que permite prever seu efeito nos discursos, ela seria capaz, então, de produzir diferentes valores de acordo com os contextos em que é empregada.

Nesse sentido, de acordo com a ANL, temos que a significação da frase possui instruções, capazes de indicar ao alocutário caminhos para a construção do sentido do enunciado. A significação integra o sistema da língua, e o sentido, o uso. Sendo assim, é o conceito de instrução (da palavra, da frase) que explicita a vinculação entre língua e fala, frase e enunciado, texto e discurso.

Ao fazer uso da língua, o locutor relaciona palavras, frases, textos. Essa relação recebe o nome de valor argumentativo. Por meio do “valor argumentativo” dos elementos linguísticos que relaciona, o locutor expressa sua subjetividade e marca as relações de intersubjetividade com o seu alocutário. Esse valor argumentativo, que, em um primeiro momento do desenvolvimento da ANL, determina as possibilidades ou impossibilidades de continuação discursiva, está inscrito na própria língua. Dessa forma, a língua é constituída pela argumentatividade ou, em outras palavras, a significação é sempre argumentativa.

A argumentação constitui a língua, mas somente se completa e se efetiva, na fala. Por meio da fala, uso da língua, o locutor faz escolhas que revelam sua posição, demonstra sua visão em relação aos fatos, argumenta. A opção que faz por determinadas palavras, por exemplo, indica a continuação do seu discurso. Na língua, como constructo teórico, temos a frase que possui apenas uma significação, conforme discutimos anteriormente. Esta é aberta e dá indícios do sentido que ela poderá assumir no uso. O sentido como um todo só será preenchido no uso. Nesse contexto, entendemos que a língua prevê a fala (o uso) e esta, por sua vez, parte da língua.

Esse entendimento leva a uma construção importante, ou seja, a de explicitar um conceito de linguagem subjacente a toda formulação de uma

semântica linguística. A linguagem, muito mais do que um instrumento de comunicação do qual o homem se apropria, muito mais do que simples forma de expressão do pensamento, é uma atividade essencialmente interativa. Essa interação entre interlocutores está prevista no próprio sistema da língua, não sendo apenas uma decorrência da fala. Na verdade, ela o constitui.

É em função dessa interação entre um “eu” e um “tu”, enquanto seres discursivos, que são construídas todas as demais relações que compõem o discurso. A noção de relação, oriunda do que os pós-saussurianos chamaram de Estruturalismo, como podemos perceber, assume papel fundamental na teoria que, além de propor um estudo que percebe a articulação entre língua e fala, como constitutiva da linguagem, também percebe a relação entre palavras, entre frases e, principalmente, entre discursos como formas de construção do sentido. Ducrot afirma que um dos temas saussurianos importantes para sua teoria é a ideia “*segundo a qual na língua só existem relações, a relação preexiste ao termo. Esta ideia – bastante misteriosa, há que se reconhecer – está na base da teoria da argumentação.*”¹⁴ (DUCROT, 1990, p.183, tradução nossa). Uma semântica estrutural deve estar fundamentada pela noção de alteridade como um valor constitutivo (DUCROT, 1987). Além disso, também dessas noções, provém o recorte do objeto de estudo da ANL, que se ocupa dos aspectos linguísticos em sua análise de enunciados.

A proposta saussuriana de que os termos de uma língua não podem ser determinados sem uma certa organização/sistema é compartilhada por Ducrot. Segundo o autor, não há nenhum sentido em visualizar um objeto “em si mesmo” (1987, p.67); um objeto só pode ser descrito em relação com os outros. No entanto, vale salientar que, para sua definição, são escolhidas apenas algumas relações que o unem aos objetos do mesmo domínio.

A crítica realizada pelo autor, em texto publicado em 1968 – *Estruturalismo e linguística*¹⁵-, refere-se ao tipo de relações nas quais se funda

¹⁴ “*según la cual en la lengua sólo existen relaciones, la relación preexiste al término. Esta idea – bastante misteriosa, hay que reconocerlo – está a la base de la teoría de la argumentación*”.

¹⁵ Traduzido e publicado no Brasil em 1971, como consta nas referências.

essa organização, o que não estaria claro em Saussure e daria ampla margem de liberdade e de incerteza em campos de estudos particulares: *não é mais suficiente saber que existe uma organização linguística (...), mas cumpre saber em que se fundamenta essa organização, a fim de encontrar as unidades autênticas* (DUCROT, 1971, p.76). Para buscar essas relações, é necessária, conforme o autor, uma definição de língua, fundamental para que se possa isolar o que constitui o objeto de pesquisa. Só serão, assim, consideradas pertinentes as relações que se deduzem da definição de língua escolhida.

A ANL propõe que a argumentação está na própria língua, o que a distancia de concepções consideradas tradicionais de argumentação, tais como a Retórica e a Lógica, que consideram que a argumentação depende dos fatos, ou seja, é algo exterior à linguagem. Para Ducrot e Carel (2005), as palavras só passam a ter um sentido em relação com outras palavras e com outros discursos, através da polifonia, e, portanto, no discurso. Nesse sentido, podemos dizer que as relações consideradas, no âmbito da teoria, são as discursivas: *dado que a noção de relação de um signo com outros é relativamente vaga, a ANL propôs considerar como relações semanticamente pertinentes as argumentativas, isto é, os encadeamentos argumentativos (...)* (2005, p.12).

De acordo com Ducrot, no artigo *Sentido y argumentación* (2004), é nesse ponto que a teoria perderia seus laços com a de Saussure, ou seja, fazendo intervir a noção de discurso que estaria relacionado à fala, entendida como oposta à língua¹⁶. Entretanto, como podemos perceber, a noção de sentido parte, de fato, de Saussure e de sua noção de valor. É na relação de um signo com outros, oriunda da relação entre sujeitos discursivos, que se produz sentido. Também parte daí a rejeição pela teoria do que se pode chamar de sentido literal, buscando-se uma descrição linguística que atribua unicamente um valor às palavras no discurso, no uso da língua.

¹⁶ Salientamos que essa é uma leitura feita por Ducrot, mais especialmente em textos iniciais, a qual atualmente é, por ele mesmo, bastante discutida.

Como pensamos ter destacado nesta seção, a articulação entre língua e fala anunciada por Saussure, e desenvolvida inicialmente por Émile Benveniste, com sua teoria da enunciação, é o fundamento no qual está ancorada a Teoria da Argumentação na Língua (ANL). Essas duas bases teóricas a estabelecem como uma teoria estruturalista e enunciativa, o que decorre da noção de relação estabelecida no *CLG*, por Saussure.

No próximo capítulo, discorreremos sobre os principais conceitos da ANL, tais como argumentação, encadeamento, bloco semântico e polifonia, buscando compreendê-los à luz das discussões trazidas nesta primeira parte do trabalho. Em outras palavras, nos propomos a explicitar quais são os reflexos da noção de relação no constructo teórico desenvolvido por Ducrot e colaboradores.

2 A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA – UMA TEORIA DA ALTERIDADE

*“E o Verbo se fez carne e
armou tenda entre nós.” (João
1.14)*

Neste capítulo, discutiremos como Oswald Ducrot fundamenta a construção da ANL a partir das ideias de Saussure e de Benveniste, ou melhor, a partir da leitura que realiza desses dois autores. No capítulo anterior, discursamos sobre as noções que consideramos fundamentais nesses trabalhos, os quais estão intimamente vinculados à perspectiva da alteridade, ou seja, aquela que percebe o outro como constitutivo do ser. Enfocamos os conceitos de língua, fala, relação e valor em Saussure, e, em Benveniste, especialmente a noção de enunciação que articula a língua e a fala. Também pontuamos alguns de seus reflexos mais gerais na construção da teoria enunciativa e estruturalista aqui em foco. Agora, analisaremos com mais detalhe essas influências no desenvolvimento teórico da ANL, vista como uma teoria da alteridade.

Revisitamos a influência saussuriana na ANL, retomando seu percurso de desenvolvimento, buscando, assim, compreender como ela vai se aproximando cada vez mais das ideias de Saussure, explicando a língua por ela mesma. Em seguida, revemos a noção de enunciação elaborada por Ducrot, apoiado em Benveniste enfocando especialmente a forma atual da ANL, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS).

Dessa forma, pretendemos compreender como a relação de alteridade, que está intimamente vinculada à noção de sistema e de valor, constitui a Semântica Argumentativa e seus conceitos-chave. Ressalvamos, porém, que essa divisão na discussão proposta tem caráter didático, de organização do estudo apenas, já que as duas perspectivas estão intimamente vinculadas.

2.1 DUCROT E SUA LEITURA DE SAUSSURE

Oswald Ducrot, o fundador da Semântica Argumentativa, afirma, em texto publicado em 2006¹⁷, que foi o CLG e, mais especificamente, o capítulo do valor que o lançou na pesquisa linguística. Depois de muitos estudos, ele teria se perguntado: sou fiel a Saussure? O autor (2006) declara que sob vários aspectos sua resposta seria negativa, mas não no que diz respeito à noção de valor, a qual ele sempre desejou colocar no centro de sua pesquisa em semântica.

Como discutimos no capítulo anterior, segundo Ducrot, as noções de sistema e de valor, elaboradas por Saussure, na verdade, aplicam às palavras da língua o que Platão havia dito sobre as Ideias, ou seja, assim como a alteridade é constitutiva das ideias, a oposição é constitutiva dos signos. O valor de uma palavra é o que a opõe às outras. “Seu ser é ser outro. E todas as vezes que tentamos atribuir-lhe uma característica positiva, escondemos sua verdadeira natureza...” (DUCROT In: VOGT, 2009, p.12).

O Outro, a alteridade, permeia a noção de valor, em que o sentido de uma palavra não preexiste à sua relação com outras palavras em um sintagma. Não há um sentido dado de antemão que se agrega a outros e, sim, um sentido que se estabelece em referência a outra(s) palavra(s). Daí se tem que na língua o que existem são diferenças. Essa é a principal noção que nos interessa em Saussure na análise da ANL.

Ducrot destaca que, em todas as etapas de sua pesquisa, tentou afirmar que as entidades linguísticas abstratas e concretas – palavras, frases - não têm sentido. Ao dizer isso, ele se opõe a outras correntes teóricas, tais como o referencialismo, que relaciona palavras e objetos, e o cognitivismo, que associa palavras com representações, conceitos e pensamentos. De acordo com a visão do autor, as entidades linguísticas têm seu sentido constituído por

¹⁷ La sémantique argumentative peut-elle se réclamer de Saussure? In: Nouveaux regards sur Saussure, Genève, Librairie Droz S.A., 2006.

encadeamentos argumentativos ou argumentações. Esse postulado acompanha todo o desenvolvimento da ANL que, ao longo de seu percurso, radicaliza e aprofunda seus conceitos, aumentando sua coerência, como afirma o autor no mesmo texto de 2006.

Se o discurso é percebido por Ducrot, desde o início da formulação da ANL, como a relação entre dois segmentos, podemos pensar que o autor põe em prática algo anunciado muito antes por Saussure. Este já considerava que a língua é criada tendo em vista o discurso. Em uma bela passagem dos *Escritos de Linguística Geral* (2002a), Saussure se questiona a respeito da operação, ou do jogo que leva os conceitos da língua a formarem o discurso. Ele afirma, como já referimos, que uma sequência de palavras nunca indicará que alguém deseja comunicar algo. O discurso é, na verdade, uma sequência de elementos relacionados, produzindo sentido. Dessa forma, se a alteridade está na constituição do sistema linguístico, também podemos vê-la como constitutiva do discurso.

Neste capítulo, então, revisitaremos essa relação, eixo central de nosso estudo, nos fundamentos que constituem a ANL. Além de buscar explicitar conceitos, iremos, inicialmente, realizar uma retomada de seu percurso teórico, com o intuito de compreender como a teoria vai se aproximando de algumas ideias de Saussure, especialmente, da noção de relação.

2.1.1 O início do percurso da ANL: em busca de uma semântica sintagmática

Em meados da década de 1970, opondo-se a concepções que entendem a argumentação como externa à linguagem, Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombe iniciaram o desenvolvimento da ANL que, desde esse período inicial de sua formulação, propõe que a argumentação não deriva dos fatos, mas das formas linguísticas apresentadas nos enunciados. Essa

condição constitui a ideia central da teoria, que postula que a argumentação está na língua e que esta é, essencialmente, argumentativa.

Nesse primeiro momento, denominado de forma *standard*, os autores buscavam propor uma oposição à concepção tradicional que afirma que um discurso contém argumentação se forem satisfeitas três condições. A primeira é de que o discurso deve conter dois segmentos: argumento (A) e conclusão (C). A segunda é a de que A apresenta um fato, verdadeiro ou falso, independentemente de C, e a terceira condição para que haja argumentação é que a conclusão pode ser inferida a partir do fato (F), ou seja, há uma relação de implicação entre o fato e a conclusão.

Ducrot (1990) afirma que nessa perspectiva a língua não teria papel muito importante para a argumentação. Em todas as línguas há frases cujos enunciados designam o mesmo fato, porém as argumentações possíveis, a partir dessas frases, podem ser bastante diferenciadas. O autor utiliza alguns exemplos, relativos às expressões *pouco* e *um pouco*, para explicar melhor sua posição. Vejamos:

- (1) *Pedro trabalhou pouco.*
- (2) *Pedro trabalhou um pouco.*

As conclusões formuladas a partir dos dois enunciados podem ser completamente distintas apesar de os fatos designados serem, possivelmente, os mesmos. Se tomarmos como parâmetro a ideia de que o trabalho conduz ao êxito, perceberemos 1 conduzindo a uma conclusão negativa, enquanto 2 a uma positiva. Se admitirmos, por outro lado, que o trabalho leva ao fracasso, os mesmos fatos poderão encaminhar a conclusões opostas às anteriores. Ducrot afirma, então, que as possibilidades argumentativas não são determinadas apenas pelos fatos, mas, principalmente, pelas formas linguísticas utilizadas.

Dizer que a argumentação está marcada na língua implica admitir que as frases da língua possuem instruções, tais como *busque a conclusão para a qual tende o locutor*. As indicações fornecidas pela significação exercem uma certa imposição em relação ao que deve ser a conclusão. A significação das

frases, no entanto, é aberta, indicando como se poderia descobrir a conclusão contida no enunciado, bem como seu sentido. O autor defende a ideia de que há expressões na língua que contêm em si mesmas um valor argumentativo e determinam o valor argumentativo dos enunciados nos quais aparecem. A diferença argumentativa entre duas expressões não pode ser explicada por uma diferença factual.

De maneira geral, é possível observarmos que na forma *standard* da ANL o potencial argumentativo de um enunciado A é definido pelo conjunto de enunciados que podem constituir conclusões de A. Retomando o exemplo *Pedro trabalhou pouco*, utilizado acima, poderíamos elencar uma série de enunciados que poderiam servir como sua conclusão, tais como *não vai obter êxito*, *não será promovido*. Essa é uma das noções revistas na fase seguinte da teoria, denominada forma recente, que é uma reformulação da forma *standard* em que o autor transforma algumas ideias e até mesmo abandona outras.

Na segunda forma da teoria (forma recente - 1990), a argumentação não é mais descrita em termos de conclusões, mas com a noção de topos, ou seja, de um princípio argumentativo que faz a passagem entre o argumento e a conclusão. Conforme esse novo modo de olhar, o enunciado contém um ato de argumentação e o locutor se identifica com um enunciador que argumenta.

O ponto de vista do enunciador só é argumentativo se obedece a duas condições: a primeira é que ele deve justificar determinada conclusão, e a segunda é que há um princípio que rege a relação entre argumento e conclusão, o chamado topos. A conclusão pode estar explícita ou implícita no enunciado, pode ser assumida ou não pelo locutor, como veremos mais adiante.

O topos tem três características elementares: é universal, ou seja, compartilhado pelo locutor e por seu(s) interlocutor(es), ou é apresentado como aceito pela comunidade em que locutor e interlocutor estão inseridos; é geral, o que significa dizer que pode ser usado em situações análogas; é gradual, pois põe em relação duas escalas, o antecedente e o conseqüente do topos. No

exemplo *Faz calor, vamos à praia*, temos um calor que torna a praia agradável. O topos coloca em correspondência duas escalas, a do bom tempo e a do prazer. Ao argumentar, o enunciador faz duas coisas: escolhe um topos e situa o estado de coisas de que fala em um grau de sua escala antecedente, dando um determinado grau de argumentatividade, fraco ou forte, a seu argumento.

Em outras palavras, no segundo momento da teoria, a frase utilizada pelo argumentador contém, em sua significação, uma instrução que consiste em pedir ao interpretante que busque o topos em que se fundamenta a argumentação. Já não se trata de buscar a conclusão, mas o princípio que leva a entender o que locutor deseja fazer admitir.

Também nessa etapa de desenvolvimento da teoria, Ducrot propõe que o locutor não se expressa diretamente no enunciado, mas o faz por meio de enunciadores, responsáveis por diferentes pontos de vista. Essa ideia está ligada ao conceito de polifonia¹⁸, utilizado por Bakhtin na literatura e reformulado por Ducrot em termos linguísticos.

O termo polifonia refere-se, originalmente, a uma classe de composição musical na qual se sobrepõem diferentes vozes e foi utilizado para diferenciar duas formas de literatura. Bakhtin¹⁹ chama de “dogmática” a literatura na qual uma voz se sobrepõe às outras e de “polifônica, popular ou carnavalesca”, aquela em cujos textos vários personagens se apresentam por si mesmos, como máscaras de carnaval. Nesse tipo de literatura, o sentido global da obra resulta da confrontação dos vários personagens sem que o autor explicita seu ponto de vista.

Ducrot, por sua vez, utiliza o conceito de polifonia, aproximando-o do estudo linguístico. Esse conceito, vale salientar, surge nessa fase da teoria e é retomado na sua terceira forma, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Por meio dele, o autor opõe-se à ideia de *unicidade do sujeito falante*, contrapondo-

¹⁸ Abordaremos o desenvolvimento do conceito no terceiro capítulo deste trabalho.

¹⁹ Vale lembrar que o conceito de polifonia de Ducrot apenas parte do de Bakhtin. Ambos são bastante diferentes. Bakhtin será retomado no capítulo 3 para falarmos um pouco mais de seus conceitos tendo em vista a alteridade.

se a correntes teóricas que percebem o enunciado como expressão de um só autor²⁰, afirmando que o autor de um enunciado se expressa colocando em cena diversos personagens, diversas vozes.

Na forma recente, como podemos observar, o sentido de um enunciado surge da confrontação das diferentes vozes que nele aparecem. Essa visão polifônica da enunciação segue central ao longo de todo o desenvolvimento posterior da ANL, assim como a ideia de relação entre dois segmentos (até aqui argumento e conclusão). Essa ideia de relação, baseada na alteridade, como constitutiva do sentido já integrava as primeiras formas da teoria. O sentido já era considerado como advindo da relação entre segmentos, produzida por meio de outra relação – entre locutor e alocutário. Entretanto, podemos dizer que os dois segmentos ainda não eram percebidos como possuindo *status* semelhante e/ou equivalente, ou seja, a conclusão derivava do argumento, possuindo assim uma dependência em relação a ele. Assim, essa noção teve de ser revista com intuito de efetivamente se compreender os segmentos como interrelacionados. O mesmo ocorreu com a noção de *topos* que, por fazer alusão a princípios que não eram de ordem linguística foi abandonada já que contrariava a base saussuriana da teoria, de analisar a língua dentro de sua organização enquanto sistema. A fim de priorizar a análise da língua por ela mesma e procurar ser mais fiel à sua epistemologia, é que esses aspectos são revistos na Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), forma desenvolvida atualmente por Oswald Ducrot e Marion Carel.

Até a segunda etapa de desenvolvimento da ANL, podemos perceber que os autores ainda estão em busca da construção de uma metodologia de análise do sentido que seja coerente com a epistemologia da teoria. Os conceitos de base não são, e nem poderiam ser, modificados. O que sofre ajustes é o modo de analisar a linguagem no sentido de torná-lo cada vez mais autônomo, ou seja, baseado na linguagem. Observamos já na ANL até esse momento, uma preocupação bastante forte de vincular o entendimento do sentido ao uso da língua e a relação entre segmentos. Só chegamos a ele por

²⁰ Pela teoria, locutor.

meio de uma relação enunciativa entre locutor e alocutário e entre locutor e diferentes enunciadores convocados. Os elementos são colocados no eixo sintagmático para que se construa seu sentido na relação com os demais. No entanto, essa compreensão ainda conta com princípios externos à linguagem. Assim, para que se entenda a linguagem como um sistema verdadeiramente autônomo é que se desenvolve o terceiro momento da ANL – a Teoria dos Blocos Semânticos.

2.1.2 A Teoria dos Blocos Semânticos – uma semântica sintagmática e essencialmente linguística

O axioma fundamental desde a origem da Teoria da Argumentação na Língua (ANL) e que se mantém na Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) é o de que a argumentação não se agrega ao sentido, mas o constitui, ou seja, de que a linguagem é essencialmente argumentativa tendo em vista que a argumentação está inscrita na própria língua. Além disso, a concepção de que a linguagem é polifônica por natureza continua como alicerce no qual se apoia a construção do sentido nesta teoria – cada vez mais – estruturalista e enunciativa.

Uma das grandes diferenças, nessa etapa de desenvolvimento da teoria, por outro lado, é que os segmentos que constituem a argumentação, o argumento e a conclusão, não são mais analisados separadamente, como se tivessem um sentido prévio e permitissem uma passagem do primeiro para o segundo. O enunciado é percebido como expressando uma ideia inteira, ou seja, os dois segmentos que o compõem passam a ser vistos como interdependentes. Desse modo, a noção de topos, introduzida na segunda forma da teoria, é negada. Repensando-a, Ducrot afirma:

Ao introduzir esses topos, Jean Claude Anscombe e eu baseávamos as relações argumentativas em princípios que não são de ordem linguística. (...) Ao basear, então, a argumentação em noções independentes da língua, estávamos, na realidade, renunciando ao

princípio saussuriano segundo o qual a língua só pode ser estudada a partir dela mesma. (CAREL; DUCROT, 2005, p.12, tradução nossa).

Com a TBS, os autores objetivam restringir ainda mais seu campo de estudo aos aspectos linguísticos, como propõe a própria base estruturalista da teoria. Nessa fase, Ducrot e Marion Carel desenvolvem mais amplamente a ideia de que o sentido não é constituído por coisas, fatos, propriedades, crenças psicológicas, nem ideias, e sim pela língua.

O artigo *L'argumentation dans le discours: argumenter n'est pas justifier*, de Marion Carel (1997), é um dos textos que, marcando o início das discussões acerca da ANL já no contexto da TBS, traz reflexões sobre a função descritiva da língua, defendida por algumas teorias linguísticas. A autora propõe que a argumentação não consiste em relacionar dois segmentos que possuem conteúdo isoladamente, bem como contrapõe-se à percepção da língua com uma função descritiva, em que uma premissa admitida como verdadeira serve de argumento para uma conclusão. Conforme Carel (1997), argumentar não é justificar o conteúdo de uma conclusão.

Sendo assim, além de questionar a visão lógica da linguagem, a autora reflete também sobre a visão de Ducrot e Anscombe, que já haviam abandonado o recurso ao mundo exterior, mas que mantinham a interpretação do argumento e da conclusão de forma separada, o que contrariava os fundamentos da teoria que propõe o sentido como decorrente de relações. Além disso, a autora afirma que nada precede a argumentação, pois como não se fundamenta em nenhuma descrição preliminar, está enraizada no próprio léxico e é independente de qualquer outra função da língua. A argumentação consiste em *reunir blocos lexicais e em pretender ser coerente com eles...* (CAREL, 1997, p.33, tradução nossa).

Como a argumentação está na língua, o discurso, por meio do qual se produz sentido, deve ser organizado a partir de *encadeamentos*

*argumentativos*²¹. Para nós, as relações entre signos que estão na base de todo significado, e que são como átomos da significação, são o que chamamos de “encadeamentos argumentativos” ou ainda “argumentações” (DUCROT, 2008, p.9). Esses encadeamentos são formados por uma sequência de proposições unidas por um conector (X conector Y). Estes não são mais vistos como argumento e conclusão, mas como suporte e aporte da argumentação. Eles organizam o discurso de acordo com duas estruturas básicas: a normativa, que utiliza o conector *donc* (DC), correspondente a “portanto” e outras conjunções, e a transgressiva, que utiliza o conector *pourtant* (PT), equivalente a “no entanto”.

Essas estruturas, de dois segmentos interligados por um conector, formam uma unidade de sentido, uma vez que nenhum dos segmentos tem sentido isoladamente, apenas em relação com o outro. Dessa forma, não podemos entender que o primeiro segmento leva ao segundo, mas ele adquire seu valor na relação com o outro e vice-versa. Carel e Ducrot (2005) afirmam que o importante no encadeamento argumentativo é justamente o uso de determinado conector e não a relação entre duas informações, isso porque a relação semântica é construída no discurso, segundo os objetivos do locutor que não apenas reflete a realidade, mas a constrói em seu discurso.

Ao reunir, por exemplo, dois segmentos como *Maria é rica e ela é feliz*, o locutor pode expressar a ideia de que *a felicidade de Maria provém de sua riqueza*, ou, de que *apesar da riqueza, Maria é feliz*. A cada uma dessas duas possibilidades de entendimento dá-se o nome de bloco semântico. O locutor opta por construir um ou outro bloco lexical, de acordo com o que ele institui como realidade em seu discurso.

Vamos considerar outro exemplo para explicitar o conceito de bloco semântico e organizá-lo em termos de um quadrado argumentativo. Consideraremos *fácil* como segmento *A* e *compreender* como segmento *B*. Essa relação pode ser estabelecida pelos encadeamentos aparentados:

²¹ O conceito de enunciado, visto anteriormente por Ducrot como a realização da frase, agora é complementado pela ideia de encadeamento argumentativo.

- (1) A DC B – É fácil, portanto Pedro compreende.
- (2) A PT Neg-B – É fácil, no entanto Pedro não compreende.
- (3) Neg-A PT B – Não é fácil, no entanto Pedro compreende.
- (4) Neg-A DC Neg-B – Não é fácil, portanto Pedro não compreende.

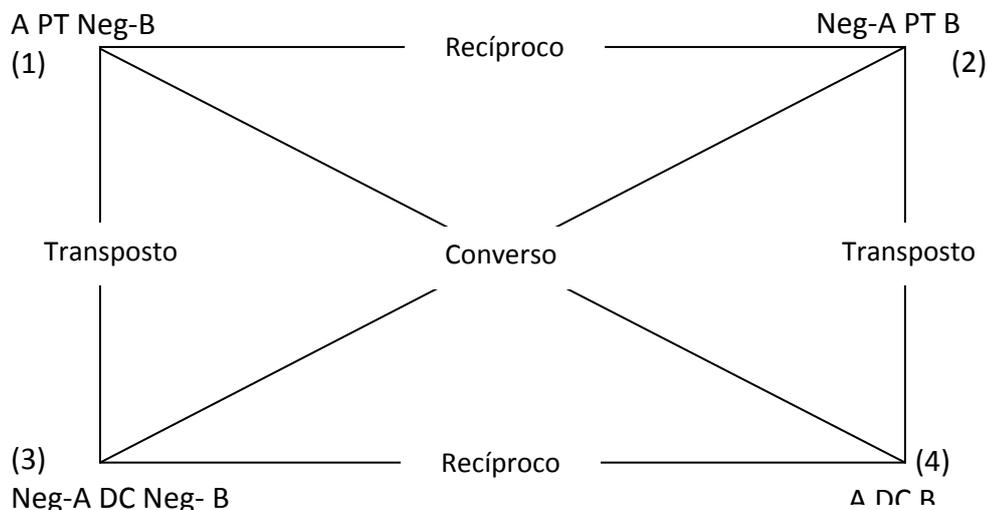
Notemos que nos quatro encadeamentos, temos a mesma interdependência semântica entre A e B. Todos relacionam facilidade e possibilidade de compreensão, fazendo notar que a compreensão provém da facilidade da questão. Os quatro pertencem, então, ao mesmo bloco semântico.

Os quatro encadeamentos restantes formam outro bloco, como vemos a seguir:

- (5) A DC Neg-B – É fácil, portanto não compreende.
- (6) A PT B – É fácil, no entanto compreende.
- (7) Neg-A DC B – Não é fácil, portanto compreende.
- (8) Neg-A PT Neg-B – Não é fácil, no entanto não compreende.

Esses conjuntos de aspectos, que formam outro bloco semântico, podem ser formalizados por um quadrado argumentativo, o qual organiza e explicita as relações estabelecidas entre os quatro aspectos. Aqui, temos uma relação entre A e B pautada na norma que propõe a facilidade como oposta à resolução da questão ou do problema. Teríamos uma argumentação desse tipo num caso em que alguém estivesse habituado com questões bastante difíceis para resolver.

Para o primeiro conjunto de quatro aspectos, podemos construir o quadrado argumentativo 1, representando o bloco semântico 1.

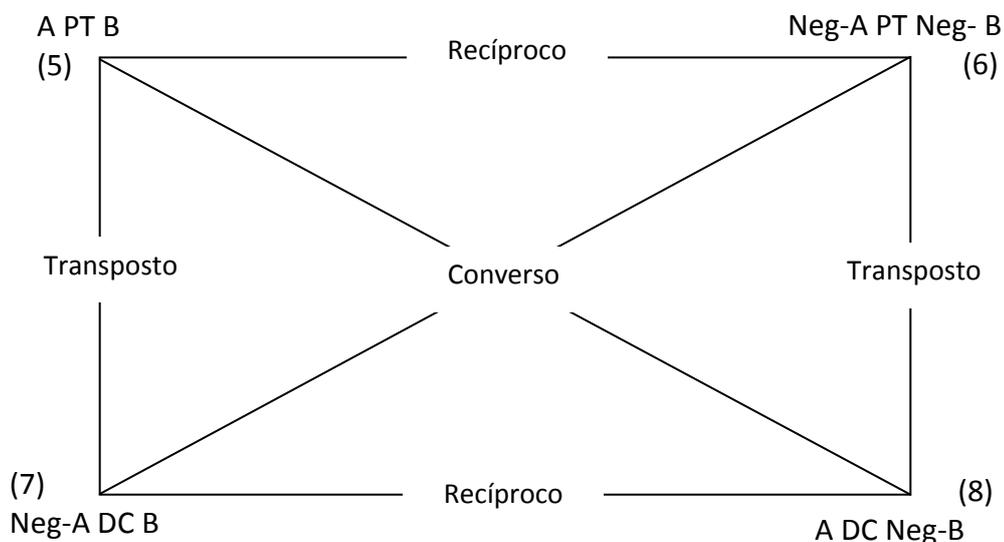


Como podemos observar, o quadrado apresenta as relações discursivas, definidas pelos conectores e pela negação, entre os quatro aspectos de um bloco semântico. A relação estabelecida entre (1) A PT Neg-B e (2) Neg-A PT B, que consiste em negar os termos que se encontram de um lado e de outro do conector, mantendo o conector, é denominada reciprocidade. A mesma relação é estabelecida entre (3) Neg-A DC Neg- B e (4) A DC B.

Entre (1) e (4), na diagonal, temos uma relação em que o primeiro termo é conservado, mudando o conector (CON para CON') e o segundo termo é negado. Essa relação que, segundo Ducrot (2005), dá conta da noção geral de negação, é chamada de conversão e se apresenta também entre (2) e (3).

Por último, temos a relação de transposição. Ela é estabelecida entre (1) e (3) e entre (2) e (4). O primeiro termo é negado, muda-se o conector e o segundo termo é mantido.

O segundo conjunto de encadeamentos, citado anteriormente, constitui outro bloco semântico o qual pode ser representado pelo quadrado:



Além das relações formais existentes entre aspectos do quadrado, Carel e Ducrot (2005) acrescentam uma análise discursiva. Essas relações, ressaltam os autores, não são lógicas, referindo-se ao quadrado aristotélico, mas sim discursivas.

Observando apenas as questões referentes ao primeiro quadrado, poderíamos fazer corresponder a (1) a noção de estúpido, a (2), a de inteligente, a (3), a de não-inteligente e a (4), a de não-estúpido.

Considerando a relação de conversão, o autor reafirma sua vinculação com a negação. Se alguém diz (1) – É fácil, no entanto não compreende, que corresponderia a estúpido, por exemplo, pode contestar-se dizendo (4) – É fácil, portanto compreende, precisando que o que disse (1) não é correto, ou seja, que não se trata de estupidez.

Na relação de reciprocidade entre (1) e (2), por exemplo, podemos fazer uma paráfrase com *é totalmente o contrário*. Não é somente uma questão de ser falso, mas de ser exatamente o contrário, o problema não é fácil e mesmo assim a pessoa entende. Assim teríamos algo como, ele não é estúpido, mas inteligente.

Observando a relação de reciprocidade entre (3) – não-inteligente e (4) – não-estúpido, Carel e Ducrot (2005) propõem descrever essa relação por expressões como *Não vamos tão longe*, ou ainda *Não exageremos*. Ele não é inteligente, mas tampouco é estúpido.

Por último, enfocamos a relação de transposição, existente entre (1) e (3) e entre (2) e (4). O autor afirma que entre *Pedro é estúpido* e *não é inteligente*, poderíamos inserir uma expressão como *em todo caso*, ou *ao menos*. Supondo que começássemos por *Pedro não é inteligente*, teríamos que continuar com algo do tipo (ainda pior) *inclusive te diria que é estúpido*. Na relação entre (4) e (2), teríamos *Não é estúpido, inclusive te diria que é inteligente*.

Essas relações estariam presentes, segundo Carel e Ducrot (op. cit. 2005), em todos os quadrados argumentativos que poderiam ser construídos. Segundo o autor (op. cit. 2005, p. 24), *o encadeamento argumentativo é totalmente diferente de pôr em relação duas informações. E é assim que pretendemos nos manter fiéis a nossa posição estruturalista*. Os encadeamentos normativos e transgressivos resistem, segundo o autor, a toda tentativa de descrição extralinguística, não podendo ser descritos como uma relação entre propriedades. No quadro do estruturalismo saussuriano, o significado de uma expressão reside nas relações dessa expressão com outras expressões da língua. Para Ducrot (2005), no quadro da ANL, a língua é explicada pelo discurso, o qual não está baseado nas coisas, nem no pensamento. Nesse contexto, qualquer segmento pode ser unido a outro desde que se utilize o conector adequado.

O vínculo entre entidades semânticas pode ser tanto interno como externo o que equivale a dizer que toda entidade linguística possui duas argumentações, uma interna e outra externa. (Ducrot, 2005, p.62). A argumentação interna (AI) corresponde aos encadeamentos que a parafraseiam, ou seja, a expressão não é retomada em nenhum dos segmentos. Já a *argumentação externa* (AE) de uma entidade corresponde aos encadeamentos que vão até a entidade ou partem dela. A AE relaciona-se aos

discursos que podem preceder ou seguir-se a uma entidade, em que a própria expressão linguística constitui um dos segmentos do encadeamento. Nos dois casos, observamos que a argumentação é tida como relação entre segmentos e só pode ser alcançada pelo discurso, ou seja, em seu emprego no uso da língua.

Utilizando um enunciado com a palavra prudente (*Pedro é prudente*), Ducrot exemplifica a construção de sua AI que pode ser representada por *perigo DC precaução*. Ela remete à ideia de que se alguém é prudente, toma precauções diante do perigo. Em se tratando de uma AE ao enunciado *Pedro é prudente*, poderíamos ter algo como *Pedro é prudente DC não terá acidentes*, que corresponde a uma AE à direita. Poderíamos ter também uma AE à esquerda, como *tem medo DC é prudente*.

Todos esses conceitos (encadeamentos, AI, AE...) são pautados na noção de relação – são entidades linguísticas postas em relação com outras de modo a construir sentidos e, pela perspectiva teórica, de descrevê-los. A ANL prevê que o sentido de uma entidade é formado pelos aspectos, entendidos como conjuntos de encadeamentos, que estão associados a ela e não por informações ou pensamentos. É esse entendimento que, segundo Ducrot (In; CAREL; DUCROT, 2005, p. 62), permite realizar o programa estruturalista.

2.1.2.1 A classificação do léxico no contexto de uma semântica sintagmática

Conforme Carel e Ducrot (2005, p.165), o sentido de uma entidade linguística consiste ou em evocar um conjunto de encadeamentos, ou ainda, caso se trate de uma unidade com função puramente combinatória, em modificar os discursos que se associam a outras unidades.

No quadro teórico da ANL, o discurso é que constrói sentidos para as palavras da língua. Estas apenas adquirem sentido ao serem inseridas em um discurso por meio da enunciação. Descrever semanticamente uma palavra, “o que não é a priori necessário” (1987, p.46), não é fazer a correspondência

entre essa palavra a uma determinada noção; é, sim, indicar uma regra que permita prever o efeito desta palavra nos discursos em que é empregada. Em outros termos:

A descrição semântica de uma palavra deve, portanto, ser considerada como uma função matemática que produz valores diferentes (neste caso, os efeitos de sentido) de acordo com os argumentos (neste caso, os contextos) que se lhes são associados [...] o que chamamos de efeito de sentido contextual de uma palavra é, portanto, somente a mudança produzida neste contexto pela introdução desta palavra, isto é, a modificação pela qual esta palavra é responsável no sentido global do enunciado (DUCROT, 1987, p. 48).

Vale lembrar que, para Ducrot, no contexto de uma semântica sintagmática, a tarefa essencial é prever o sentido dos enunciados e não o sentido das palavras. (op.cit., p.49). A descrição do sentido das palavras pode vir a ser uma etapa eventual no processo de interpretação dos enunciados.

Na perspectiva da ANL, as palavras podem ser divididas de acordo com seu funcionamento no enunciado, ou seja, em relação às demais que com ela constituem o eixo do sintagma. Pelo conceito de valor, entende-se que um signo linguístico articula, internamente, um significante e um significado e “externamente”, define-se na relação com outros signos. O mesmo vale para as frases da língua que têm seu valor constituído pelo seu emprego no discurso e pela relação entre os elementos que a integram.

Benveniste, em sua teoria enunciativa, cria o conceito de signo vazio remetendo a palavras que adquirem um sentido somente no discurso, como é o caso dos dêiticos, eu, tu, ele, aqui, agora. Em certa medida, podemos dizer que em uma semântica que se propõe sintagmática, com base na ideia de sistema, todos os signos contemplam, em maior ou menor grau, um vazio. É o que se pode depreender das ideias do próprio Saussure.

São duas as categorias gerais em termos de classificação das palavras na ANL: as palavras plenas e as palavras ferramenta. As consideradas plenas são aquelas que possuem um conteúdo semântico, ou, em outros termos, um vazio menor. A elas pode se atribuir uma argumentação interna (AI) e uma argumentação externa (AE). Evocam discursos que pertencem aos encadeamentos que constituem sua AI e sua AE. Para explicitarmos, utilizamos

um exemplo de Ducrot. A palavra problema poderia ser parafraseada por *questão que pode não ser compreendida mesmo com esforço*.

AI (problema) – esforço PT neg-compreensão

Como AE de problema, poderíamos citar segmentos que seguiriam a palavra problema ou que a antecedessem no encadeamento. No primeiro caso, poderíamos ter *houve um problema PT Maria resolveu e, no segundo, a situação é difícil DC temos um problema*.

Já as palavras-ferramenta são os conectores do tipo de *donc* (DC) e *pourtant* (PT), que servem para construir discursos relacionando segmentos, como vimos anteriormente; os articuladores como o *mas*, por exemplo, que relacionam enunciados, comparando argumentações, e os operadores que se dividem em modificadores e internalizadores.

Os modificadores são palavras que atuam sobre a força argumentativa do nome ou do verbo, alterando o grau de sua força argumentativa e não o seu sentido. Em outros termos, trata-se de uma palavra Y que associada a uma palavra X forma um sintagma XY, cujo sentido é construído de aspectos que contêm apenas as palavras plenas que já constituem a AI de X.

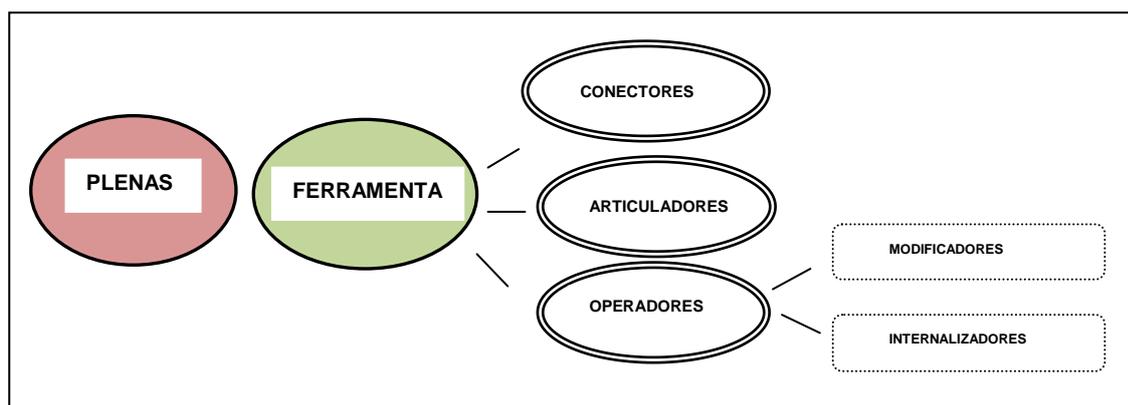
Eles combinam, reorganizam os constituintes de X por meio dos conectores e da negação. Podem ser realizantes (MR) ou desrealizantes (MD). Os primeiros aumentam a força argumentativa da palavra a que são aplicados. Os segundos, por sua vez, diminuem essa força. Como exemplo, citamos as expressões *fácil* e *difícil* quando associadas à palavra *problema*: como *problema* já contém, em sua argumentação interna, a ideia de dificuldade, *difícil* não levaria mudança à AI e *fácil* funcionaria como modificador desrealizante (MD), indicando mudança de conector e retirando a negação.

AI (problema) – esforço PT neg-compreensão

AI (problema fácil) – esforço DC compreensão

Os internalizadores, por sua vez, são palavras que evocam a ideia de que a AE de X se coloca no interior da AI de XY. Como exemplo, os autores utilizam a expressão *em vão* no sintagma *buscar em vão*. Segundo Ducrot, a ideia de *encontrar* está presente na AE de *buscar*, pois quem busca algo tem, ao menos, a intenção de encontrar. Assim, a AE de *buscar* seria *buscar DC encontrar*. A AI de *buscar em vão* seria constituída pelo aspecto transgressivo do encadeamento, ou seja, *buscar PT neg-encontrar*. Dentro do quadro de internalizadores há os *transgressivos*, que apresentam o aspecto em *pourtant* (PT), e os *normativos*, que apresentam o aspecto em *donc* (DC). Tanto os modificadores como os internalizadores atuam na gradualidade²² das entidades às quais se associam, sem acrescentar-lhes novos sentidos.

A seguir, apresentamos um quadro-resumo das classes brevemente discutidas:



Esse pequeno esboço acerca da classificação semântica das palavras, construída no discurso, reafirma o postulado fundamental da ANL de que a argumentação está na língua, na relação sintagmática entre as entidades que a constituem. As palavras não possuem um sentido completo anterior ao seu emprego, mas assumem seu valor na relação que estabelecem com as demais.

Por meio da TBS, Oswald Ducrot e Marion Carel, conseguem efetivar uma semântica sintagmática e, mais especificamente, linguística. Com ela,

²² Entendida como potencial argumentativo.

atribui-se sentido aos elementos no uso da língua, sem recorrer a aspectos externos. Se estes colaboram para a construção do sentido, eles não são o ponto de partida, mas sim, de chegada.

Com o conceito de bloco semântico a teoria se aproxima consideravelmente da noção de sistema e, portanto, de valor, oriundas de Saussure. A interdependência semântica entre os segmentos que constituem AIs e AEs, seja de enunciados ou de palavras, impedem o entendimento do sentido como algo a ser acrescentado à linguagem em referência a uma realidade exterior. O Outro, anunciado por Platão e considerado por Saussure, desempenha, como podemos analisar, papel fundamental na descrição semântica de uma língua. Sem dúvida, esse é um dos fatores que confere beleza e encantamento ao estudo da linguagem – sempre nova, recriada por meio de cada voz que a significa.

Produzir linguagem é, assim, antes de tudo, produzir sentido. Não há linguagem sem um locutor, que se constitui enquanto ser discursivo somente em relação a um alocutário. Na próxima seção, enfocaremos a argumentação sob o viés enunciativo que lhe subjaz, tendo em vista a importância dessa relação entre locutor e alocutário.

2.2 DUCROT E SUA LEITURA DE BENVENISTE

Se a alteridade está presente na noção de língua enquanto sistema, ela também fundamenta a perspectiva enunciativa. Por meio do conceito de enunciação (que apresenta muitas diferenças em cada teoria enunciativa), temos um eu que se constitui em relação a um tu; só reconhecemos o eu em função da existência de um tu.

A linguagem é de natureza dialógica, por isso heterogênea. Organizada em termos intersubjetivos, mais do que ser produzida por um eu para um tu, ela comporta as marcas dessa produção e, em termos ducrotianos, estas definem o sentido. O sentido de um enunciado, segundo Ducrot, é a

representação de sua enunciação. E já que é assim, podemos afirmar que a heterogeneidade está presente na fala e, portanto, é prevista pela língua, tendo em vista que esta não apresenta sentidos fechados ou completos para as palavras. Ao contrário, prevê a relação entre os elementos como constitutiva do sentido.

Essa relação ocorre pela possibilidade de articulação dos elementos que estão no eixo associativo, na linearidade, ou seja, no eixo sintagmático, o que só pode se dar pelo uso da língua por um locutor. Dessa forma, partindo de uma visão da linguagem como meio de interação, Ducrot prevê, em sua teoria, a relação entre interlocutores como parte integrante da própria organização da língua, enquanto sistema. Nessa perspectiva, podemos dizer que se a linguagem existe é porque existe a necessidade de um “eu” interagir com um “tu”, a partir da construção de um ponto de vista sobre a realidade, a qual se dá pela confrontação entre discursos, pela escolha lexical e pela organização dos elementos linguísticos de determinadas maneiras.

De acordo com Ducrot (1998, p.667), ainda que seja admitida a distinção metodológica realizada por Saussure entre a fala, entendida como o conjunto de fatos observáveis que o linguista toma como dados, e a língua, objeto abstrato construído para dar conta deles, não se poderia atribuir às palavras e às orações, que integram a língua, uma significação que não fizesse referência ao acontecimento enunciativo. Entendemos desse modo, como não poderia deixar de ser, a enunciação intimamente vinculada ao conceito saussuriano de valor, pois é por meio desta que os elementos da língua são postos em relação e adquirem seu valor.

No texto *A descrição semântica em Linguística*, Ducrot (1987, p.62) afirma que *o valor de um enunciado não poderia desde o início ser definido de outro modo a não ser em relação ao ato de empregá-lo*. A partir disso é que se confirmaria a tese da originalidade absoluta da ordem linguística em semântica, o que significaria a ideia de um estruturalismo semântico, menos fundamentado sobre os conteúdos a serem comunicados do que sobre “as relações intersubjetivas ligadas à sua comunicação”.

No texto *Estruturalismo, Enunciação e Semântica*, retomando Benveniste, Ducrot (1987) destaca que é essencial a todo ato de enunciação ser autorreferencial. O domínio da enunciação, oriundo de uma perspectiva estrutural, exige uma descrição autônoma - arbitrária no sentido saussuriano - capaz de revelar uma inteligibilidade interna.

A língua é um sistema que pressupõe, na sua essência, um uso, um locutor e um alocutário que se constituem mutuamente no e pelo discurso, construindo sentidos e criando realidades. Assim, ela não pode ser entendida como um meio de descrever ou representar realidades preexistentes. Há, sim, um sistema, que permite calcular, predizer certa significação para as palavras e frases da língua, mas, como já discutimos, o sentido só pode ser alcançado no uso, na interligação entre elementos que assumem um valor por oposição a outros.

A partir desses conceitos de base, Ducrot inscreve a argumentação na língua, explicitando que, se a linguagem é interativa e se caracteriza pela ação intencional de um locutor sobre um alocutário, a língua é marcada pela argumentatividade. Sendo assim, o discurso é, por natureza, essencialmente argumentativo.

Pela perspectiva teórica da ANL, a enunciação é concebida como o acontecimento histórico constituído pelo fato de que um enunciado tenha sido produzido, ou seja, de que uma oração tenha sido realizada (DUCROT, 1984, p. 368). É por meio da enunciação que o locutor transforma a língua, enquanto sistema virtual, em discurso, construindo sua imagem da realidade, ou, em outras palavras, construindo a referência. Diferentemente da perspectiva de Benveniste, que considera o processo de enunciação em sua análise, Ducrot tem como foco de análise o produto da enunciação, ou seja, o enunciado e sua alusão à enunciação, esta vista como o acontecimento linguístico responsável pela aparição do enunciado.

Essa alusão à enunciação é parte integrante do sentido do enunciado. Sendo assim, intervêm nessa construção os vários pontos de vista colocados em cena pelo locutor, as atitudes que ele estabelece em relação a eles, a

assimilação a um personagem. O sentido do enunciado, e também do discurso, pode ser percebido como um sistema em que os valores dos elementos são estabelecidos pela relação de solidariedade entre eles. Desse modo, de forma coerente com a epistemologia da teoria, descrever o sentido de um enunciado ou de um discurso não equivale a somar as significações das palavras e dos enunciados que o constituem, mas verificar o seu valor no todo.

De acordo com Azevedo (2003), se quisermos mostrar que um discurso é uma unidade semântica, devemos assimilá-lo a um sistema e partir das relações que se estabelecem entre os enunciados para descrever-lhes o sentido. “É em função desse “todo solidário” que constitui o discurso que cada enunciado adquire seu valor e, ao mesmo tempo, contribui para a atribuição do sentido global que permite ver o discurso como unidade” (op.cit., p.67). A autora, que criou uma metodologia de análise do sentido do discurso, pela ANL acrescenta:

Descrever semanticamente um discurso é descrever o valor que se estabelece na relação dos enunciados uns com os outros em função da unidade de sentido que os mantém inter-relacionados e, simultaneamente, é constituída por essa inter-relação. O valor do discurso advém, então, da solidariedade dos enunciados, dos encadeamentos argumentativos que o compõem (AZEVEDO, 2003, p.67).

Encarando dessa forma o discurso, temos clareza da filiação da ANL a Saussure e, mais especialmente, à noção de valor, a qual está vinculada a de sistema, em termos discursivos. O que Oswald Ducrot e Marion Carel produzem é uma semântica essencialmente linguística e enunciativa.

2.2.1 Níveis de realização linguística

Ducrot (1987), no texto *Esboço de uma teoria polifônica da enunciação*, apresenta a noção de enunciação, ou realização linguística, a partir de três perspectivas distintas. De acordo com a primeira, ela corresponderia à atividade psicofisiológica implicada pela produção do enunciado. Na segunda

perspectiva, a enunciação é o produto da atividade do sujeito falante, um segmento do discurso, ou melhor, o que se pode chamar de enunciado. Na terceira abordagem, é vista como o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é um acontecimento histórico – dá-se existência a algo que não existia antes de se falar e que não existirá depois.

O autor se detém na última dessas perspectivas, enfocando, no desenvolvimento da ANL, a realização linguística como o produto da enunciação. Nesse sentido, ela aparece em dois níveis: o elementar, que compreende a frase e o enunciado, e o complexo, que se refere ao texto e ao discurso. A frase e o texto são considerados unidades abstratas por pertencerem ao sistema da língua, enquanto o enunciado e o discurso correspondem ao uso da língua, ou seja, à face concreta da linguagem.

Ao definir como objeto de estudo o sentido, Ducrot (1987) busca criar formas de descrever o sentido dos enunciados produzidos pelos locutores. A questão é que para que se possa chegar ao sentido do enunciado, uso da língua, é necessário colocá-los em relação à frase, pertencente ao sistema linguístico. Não há possibilidade de analisar um sem o outro. Da mesma forma, não há possibilidade de descrever o sentido do discurso se não em relação ao texto.

Sendo assim, torna-se importante tentar esclarecer essas distinções. Começaremos pela relação frase/enunciado, passando por aquela estabelecida entre texto/discurso e, em seguida, abordaremos o par significação/sentido.

2.2.1.1 Frase e enunciado

Conforme já discutimos, Ducrot define enunciação como a realização linguística, o fato que constitui o aparecimento de um enunciado, num determinado momento, num determinado espaço. Essa definição não busca dar conta do ato de alguém que produz um enunciado, mas o fato de que um

enunciado aparece. Dessa forma, não se leva em conta na análise a problemática referente a quem é o autor do enunciado.

Dentro dessa perspectiva de enunciação, o enunciado é uma das múltiplas realizações possíveis da frase, é realidade empírica, enquanto a frase é entidade teórica, uma construção do linguista que serve para explicar a infinidade de enunciados. Juntamente com a frase, o enunciado constitui o material lingüístico de que o locutor se utiliza para produzir linguagem. Enquanto a frase tem a propriedade de fornecer instruções que levam à descoberta daquilo a que o enunciado se refere, o enunciado pode fazer referência a objetos, estados ou acontecimentos do mundo, real ou imaginário.

Essa separação entre uma entidade observável e outra teórica não se refere a uma diferença empírica, mas a uma distinção metodológica, portanto, decorrente do ponto de vista teórico adotado. A identificação da frase como uma estrutura abstrata subjacente a inúmeros enunciados, já é por si só correspondente a uma perspectiva teórica.

2.2.1.2 Texto e discurso

De acordo com Ducrot (1984), texto e discurso, unidades linguísticas de nível complexo, distinguem-se de frase e enunciado, unidades linguísticas de nível elementar, pelo ato de enunciação. Essas unidades de nível complexo são formadas por frases/enunciados sucessivos; no entanto, para que uma sequência de enunciados se configure em discurso é necessário que não sejam independentes, e sim, que se apoiem uns nos outros. Não basta a sucessão de dois enunciados, é preciso que haja relação entre ambos.

Segundo Ducrot, o discurso é a realização concreta do texto, que remete a uma estrutura abstrata. É produzido, com determinados objetivos, por intermédio de uma sequência de enunciados interligados que levam à construção de uma unidade de sentido. O enunciado, no quadro teórico da

ANL, percebido como o produto da enunciação, é a entidade linguística observável produzida por um locutor para um interlocutor. Em um nível simples temos o enunciado, organizado por meio da relação entre os segmentos que o constituem; em um nível complexo, temos o discurso, que é uma sucessão de enunciados ligados entre si.

Do mesmo modo, o texto, para ser considerado como tal, necessita da realização, através do discurso e não somente de uma sequência de frases. As conjunções, de coordenação e subordinação, alguns advérbios, os sinais de pontuação constituem algumas marcas do discurso no texto.

2.2.1.3 Significação e sentido

Outra etapa fundamental para a compreensão da teoria, e correlacionada à distinção entre frase e enunciado, texto e discurso, é a distinção proposta entre significação e sentido. O primeiro conceito, segundo Ducrot (1990), refere-se ao valor semântico da frase; o segundo, ao do enunciado. Essa é, como afirma o autor, uma decisão arbitrária e terminológica que não pretende dar conta de todos os usos que se faz dessas palavras.

Existe, na verdade, uma diferença em termos de quantidade e outra de natureza em relação a esses dois termos. Em referência à diferença em termos de quantidade, não é difícil demonstrar que o enunciado diz muito mais do que a frase que ele realiza. O sentido do enunciado reúne vários atos de fala²³, que podem ser constituídos por uma constatação, um conselho, uma ameaça, uma advertência, o que não está contido na significação da frase. Em relação à diferença de natureza, podemos dizer que a significação é um conjunto de instruções que possibilitam a interpretação dos enunciados da frase, ou seja, permitem compreender o sentido dos enunciados.

²³ A noção de ato de fala aparecia bastante nos textos da ANL que, inicialmente, pautava-se, em alguns aspectos, na Pragmática. Esses conceitos, ao longo do desenvolvimento da teoria foram sendo revistos no âmbito da enunciação.

Entendendo esses paralelos entre frase e enunciado, texto e discurso, significação e sentido, parece-nos ainda mais evidente a posição da ANL como uma teoria semântica pautada na alteridade e, por isso, na autonomia da língua enquanto sistema. A frase só pode ser entendida em relação ao enunciado, o texto, ao discurso. Além disso, só chegamos ao sentido por meio das instruções encontradas na significação. Sistema e uso estão articulados em sua essência. É assim que a ANL se firma a partir dos conceitos do estruturalismo e da enunciação.

No próximo capítulo, pretendemos aprofundar a temática central deste trabalho, a relação de alteridade, discutindo-a, então, sob a ótica das diferentes vozes que o locutor convoca para integrar e compor o seu discurso.

3 A RELAÇÃO ENTRE DISCURSOS - UMA DAS FACES DA ALTERIDADE NA LINGUAGEM

*“Nada há de novo debaixo do sol.”
(Eclesiastes 1.9)*

Procuramos encaminhar, nos dois primeiros capítulos, a discussão sobre as bases que fundamentam a construção da ANL, teoria que percebe a linguagem como essencialmente dialógica e permeada, desde a língua até a fala, pela alteridade. No presente capítulo, trataremos de uma das mais diversas formas de constituição dessa alteridade na linguagem – a relação entre discursos – foco principal de interesse de nosso trabalho. Essa temática, por si ampla e complexa, está no centro da ANL, que propõe um enfoque do sentido como oriundo da confrontação entre diferentes vozes que o integram.

Diversos autores, partindo de Saussure (contrariando-o, ou seguindo-o), pautam-se no conceito de alteridade na construção de seus estudos do sentido – cada um com suas particularidades. Abordaremos rapidamente dois deles, aos quais inclusive Ducrot se considera, em alguns aspectos, “devedor”, Mikhail Bakhtin e Jacqueline Authier-Revuz, para, depois, prosseguir com a temática central deste capítulo pelo viés da ANL. Tal como Ducrot, os autores compartilham da ideia de que não há unicidade em se tratando do sujeito falante (enquanto entidade discursiva) e abordam a relação entre discursos, entre diferentes vozes que compõem os discursos.

Com uma breve discussão acerca dos dois trabalhos, pretendemos situar a alteridade, em termos de relações entre discursos, proposta por Ducrot. Como diria o autor, começaremos por uma forma negativa, ou seja, referindo concepções outras, relacionadas, porém distintas da dele.

3.1 A ALTERIDADE NA LINGUAGEM – ALGUMAS PERSPECTIVAS ENUNCIATIVAS

Não pretendemos realizar aqui uma discussão dos conceitos teóricos de Bakhtin, muito menos de toda a questão que permeia a autoria de sua obra, tarefa a que renomados pesquisadores têm dedicado muito trabalho. Pretendemos apenas situar o autor em relação às pesquisas vinculadas à questão da alteridade na linguagem²⁴, campo em que, sem dúvida, ele foi um dos precursores. Suas reflexões sobre a linguagem, segundo FLORES e TEIXEIRA (2005), anunciam a fundação de uma linguística que promove a enunciação como centro de referência do sentido dos fenômenos linguísticos, vendo-a como um evento em constante renovação. O principal conceito que nos interessa referir é o do dialogismo, cuja definição, longe de ser facilmente elaborada, nos é oferecida no *Dicionário de Linguística da Enunciação* (2009). Na referida obra, temos que o dialogismo é o “princípio da linguagem que pressupõe que todo o discurso é constituído por outros discursos, mais ou menos aparentes, desencadeando diferentes relações de sentido” (op.cit. p.80). Há, sempre que se produz discurso, na concepção bakhtiniana, uma interrelação com outros discursos – seja daqueles já proferidos ou dos que ainda virão.

O locutor, ao produzir seu discurso, espera uma resposta, uma concordância, uma adesão, mas, ao mesmo tempo, ele é também um respondente – não é o primeiro que rompe o silêncio - há enunciados anteriores. Para Bakhtin (1992 b), cada enunciado (considerado unidade de comunicação) é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados. Este é considerado uma unidade de comunicação que tem suas fronteiras determinadas pela alternância dos sujeitos falantes.

A enunciação, de acordo com nota do *Dicionário de Linguística da Enunciação* (2009), tem tratamento similar ao enunciado, já que ambos provêm

²⁴ Ressaltamos que nosso olhar parte do ponto de vista adotado neste trabalho, como não poderia deixar de ser.

do mesmo termo russo. Ela é vista como contendo uma natureza social, em que a *língua é considerada em situações concretas, cujos interlocutores, espaço, tempo e projeto discursivo são fundamentais* (FLORES; et. al. 2009, p.99). Para Bakhtin ([1929]1992a), *a língua penetra na vida através de enunciados concretos que a realizam e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua* (BAKHTIN, op. cit. p. 282).

Bakhtin é também quem introduz o conceito de polifonia, oriundo dos estudos musicais, no campo da linguagem, mais especificamente, nos estudos literários, como já mencionamos na seção 2.1.1 do capítulo dois. Por meio desse conceito são analisados os personagens de obras literárias e estas organizadas em diferentes categorias – literatura dogmática, ou monofônica, e literatura carnavalesca, ou polifônica, em que os personagens apresentam-se por si mesmos, não apenas pela voz do autor.

A voz do outro está sempre presente no discurso de todo e qualquer locutor. Outro modo de abordá-la é vê-la integrando o discurso do locutor, por meio do discurso citado. Este é, de acordo com Bakhtin, “o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação” (BAKHTIN, op. cit., p.144). O autor analisa sua dinamicidade juntamente com o discurso narrativo e, além disso, revisa os esquemas sintáticos que lhe servem de modo de transmissão. Salienta, no entanto, que estes são foco de interesse exclusivamente em seus aspectos metodológicos.

A concepção bakhtiniana acerca da relação entre discursos, especialmente a do dialogismo, é vista por Ducrot e Carel (2010) como uma concepção ampla e até mesmo extrema, a qual os autores denominam musical. Com ela tem-se uma interpretação literal da palavra voz, e o enunciado é tido como contendo várias falas em seu interior, como sendo um concerto de falas simultâneas. Um enunciado é polifônico se ele faz ouvir diferentes discursos atribuídos a fontes diferentes; a polifonia estaria relacionada sempre, mais ou menos, com o relato de discursos tidos como vozes sociais.

Já no quadro teórico de Authier-Revuz, a enunciação é considerada um campo heterogêneo que põe em relação o sujeito, a língua e o sentido²⁵. Assim, diferentemente do que propõe Ducrot, deve ser analisada recorrendo-se a exteriores teóricos em relação à linguística, tais como a psicanálise lacaniana e o dialogismo de Bakhtin.

Em seu estudo do sentido, a autora considera a dimensão do heterogêneo sob dois planos – o da heterogeneidade teórica necessária para o entendimento da enunciação, já mencionado, e o da observação de fatos de heterogeneidade nas realizações linguísticas. Aborda essa heterogeneidade por meio da análise das formas pelas quais o enunciador duplica a enunciação, remetendo àquilo que considera uma heterogeneidade marcada e que é parte do que a autora chama de uma heterogeneidade constitutiva. Esta corresponde a uma condição fundamental de existência do fato enunciativo.

De acordo com definição do *Dicionário de Linguística da Enunciação* (2009), a heterogeneidade constitutiva é um princípio fundador da natureza da linguagem. Há um percurso que parte das formas marcadas da alteridade no discurso passa por aquelas menos marcadas, implícitas, até chegar um ponto em que a heterogeneidade não é localizável na superfície linguística. Este equivale ao outro sempre presente na linguagem. As palavras do outro estão sempre presentes, constituem o discurso. “A heterogeneidade constitutiva é uma dimensão do heterogêneo de ordem estrutural, fundamental, condição de existência do fato enunciativo” (2009, p.135). É com essa noção que se chegaria ao limite da descrição linguística, o que, do ponto de vista de Authier-Revuz, conduziria a buscar subsídios em teorias exteriores a ela, que pudessem dar conta também do sujeito, não apenas enquanto ser de fala, mas também como ser do mundo.

Em relação às formas marcadas de alteridade, a autora se debruça sobre o discurso relatado, o uso de aspas, de itálico, a diferença em termos de entonação, a realização de um comentário, entre outros aspectos. Sobre essas

²⁵ Conforme explicitação do conceito de enunciação na perspectiva de Authier-Revuz, encontrada no *Dicionário de Linguística da Enunciação* (2009).

marcas, declara que elas recebem um “estatuto outro” em relação ao restante do discurso (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.13). Há ainda formas cujas marcas não são explicitadas, mas sugeridas, como é o caso do discurso indireto livre, a ironia, a alusão, entre outras. De acordo com a autora, esses casos demonstram não uma fronteira, mas o entendimento da heterogeneidade como um continuum, que leva das formas mais marcadas até aquelas em que a presença do outro é incerta, com a qual se esgotaria “a possibilidade de apreensão linguística no reconhecimento – fascinado ou desiludido – da presença diluída do outro no discurso” (op. cit. p.18). Daí se partiria para teorias consideradas externas à linguística.

Bakhtin, Authier-Revuz e Ducrot desenvolvem teorias enunciativas a partir das relações entre linguagem em uso e sujeito, atribuindo à alteridade um valor constitutivo. Os dois últimos partem da noção saussuriana de relação entre língua e fala para estudar o sentido da linguagem, e Bakhtin, ainda que se oponha à linguística saussuriana, traz elementos fundamentais para o estabelecimento de uma linguística da enunciação (FLORES e TEIXEIRA, 2005). Além da perspectiva de relação entre um eu e um tu, todos consideram a linguagem como dialógica em sua essência, ou seja, permeada por outras vozes, outros discursos. Cada um, no entanto, constrói seu quadro de conceitos de forma singular – os dois primeiros recorrendo a questões que extrapolam a linguística, em certo sentido, e o último tencionando evidenciar a autonomia da língua em sua análise.

Bakhtin, com o conceito de polifonia e, mais especialmente, o de dialogismo entende as relações entre diferentes vozes como constitutivas do discurso. A enunciação, vista como um evento em constante renovação, é o meio pelo qual o locutor se constitui na interação com vozes sociais. Authier-Revuz propõe duas maneiras pelas quais se apresenta a alteridade no discurso – a heterogeneidade mostrada, cujas formas podem ser descritas linguisticamente, e a heterogeneidade constitutiva, que não é marcada na superfície linguística e deve, portanto, ser descrita por meio de abordagens não linguísticas, tais como o dialogismo bakhtiniano e a psicanálise freudolacaniana (FLORES, 2005, p. 75).

Nos dois autores, temos, em alguma medida, um entendimento bastante amplo da relação entre diferentes vozes discursivas. Para compreendê-las, ambos recorrem a perspectivas (a saber, social e psicanalítica respectivamente) que extrapolam o âmbito linguístico. Ducrot se inspira na noção bakhtiniana, tem em Authier-Revuz uma das bases para o desenvolvimento da polifonia, mas vai se distanciando de suas ideias ao longo do desenvolvimento da ANL. Em um dos mais recentes textos²⁶ a que tivemos acesso sobre o tema, o autor, juntamente com Marion Carel, esclarece esse distanciamento, como examinaremos mais adiante no final deste capítulo. Buscando compor uma perspectiva argumentativa para a análise da polifonia e fundamentando-se nos princípios estruturalistas, Ducrot e Carel chegam mais perto de analisar a linguagem por ela mesma sem recorrer inicialmente a exteriores e sem ser incoerente com o princípio de não entender a linguagem como referencialista. Assim, também não analisam a relação entre discursos como uma atribuição de um discurso X ao indivíduo Y. Essa correspondência, a nosso ver, simplista, estaria em desacordo com a própria noção de valor, a qual não pode ser entendida como mera menção de um elemento ao outro, mas forma de um constituir-se com e pelo outro.

No desenvolvimento deste capítulo pretendemos esclarecer essas ideias, percorrendo o caminho dos autores na construção do conceito de polifonia até chegarmos aos textos mais recentes publicados sobre o tema. Nesse sentido, com o objetivo de analisar a alteridade sob a forma de relação entre diferentes vozes e/ou discursos, pela ANL, pretendemos retomar e, em alguma medida, aprofundar principalmente o conceito de polifonia.

3.2 A ALTERIDADE PELO VIÉS DA RELAÇÃO ENTRE DISCURSOS NA ANL

²⁶ *Atualização da polifonia*, publicado em 2010 no Brasil pela revista *Desenredo*, conforme consta nas referências.

No capítulo *Esboço de uma teoria polifônica da enunciação*, da obra *Le dire et le dit*, publicada em 1984, e traduzida sob o título de *O dizer e o dito* (1987, p.161), Ducrot se propõe a contestar e até mesmo substituir um postulado fortemente estabelecido e não questionado pela linguística moderna que é o de que um enunciado possui apenas um autor. Ao rejeitar essa noção, Ducrot aproxima da linguística um conceito oriundo da literatura e, mais precisamente, de Bakhtin - a polifonia. Introduzido na segunda forma da teoria, chamada então de recente, o conceito, que sofreu, assim como outros, alguns ajustes no desenvolvimento da TBS, remete às muitas vozes presentes em um discurso, ou, em outras palavras, às relações entre diferentes discursos²⁷.

Discutiremos a polifonia, inicialmente, embasando-nos no texto já mencionado, de 1987, e nas reflexões encontradas na obra *Polifonia e argumentação*, de 1990, que reúne as conferências realizadas em 1988, em Cali, na Colômbia – ambos referentes ao conceito do modo como foi introduzido na segunda forma da teoria. Em seguida, abordaremos a temática a partir do estudo publicado em 2006 por Ducrot e Carel em *Recherches Linguistiques* e traduzido para a revista *Letras de Hoje* sob o título *Descrição argumentativa e descrição polifônica – o caso da negação*, em 2008. Por fim, trataremos algumas reflexões sobre o tema com base no texto *Atualização da polifonia*, publicado na França em 2009 e no Brasil em 2010.

3.2.1 A perspectiva inicial da polifonia

A concepção tradicional do sentido propõe que em um enunciado se distinguem três tipos de indicações: objetivas, subjetivas e intersubjetivas. As objetivas consistiriam numa representação da realidade, as subjetivas remeteriam à atitude do locutor frente à realidade, e as intersubjetivas, às relações do locutor e seus interlocutores. Dessa forma, um enunciado como *Pedro é inteligente* teria os três aspectos: o objetivo, relacionado à descrição

²⁷ Discursos que são evocados apenas, e não necessariamente realizados, como veremos mais adiante.

de Pedro, o subjetivo, que revelaria a admiração do locutor por Pedro, e o intersubjetivo, que possibilita ao locutor pedir ao destinatário que confie em seu trabalho, por exemplo (DUCROT, 1990).

De acordo com essa concepção, as três partes seriam vistas isoladamente, então haveria uma distinção entre o sentido denotativo, referente à parte objetiva da linguagem, e o conotativo, relacionado às demais. Ducrot, por sua vez, não concorda com essa distinção, nem que a linguagem corresponderia a uma descrição da realidade. Se há uma descrição da realidade, esta é realizada por meio dos aspectos subjetivo e intersubjetivo. E acrescenta que “a maneira como a linguagem ordinária descreve a realidade consiste em fazer dela o tema de um debate entre os indivíduos” (DUCROT, 1990, p.50).

Voltando ao exemplo anterior, ao pronunciar *Pedro é inteligente*, o locutor demonstra sua admiração por Pedro e, ao mesmo tempo, convoca o interlocutor a ter determinada atitude em relação a ele. Os conceitos de subjetividade e intersubjetividade são unidos e formam, nesse momento da teoria, o que o autor chama de valor argumentativo. Este diz respeito à orientação que a palavra dá ao discurso. No caso de *Pedro é inteligente*, algumas continuidades seriam possíveis, tais como *ele resolverá o problema*.

Para Ducrot (1990), a linguagem não descreve diretamente a realidade. Se ela o faz é por vias indiretas, ou seja, por meio dela apresenta-se uma realidade que é decorrente da perspectiva do locutor e dos personagens que ele coloca em debate. Nessa perspectiva polifônica da enunciação, podemos observar três figuras: o sujeito empírico, o locutor e o enunciador.

Por sujeito empírico (SE), entende-se o produtor efetivo do enunciado, seu autor, nem sempre facilmente identificável. Este não é objeto de estudo da teoria, já que, conforme Ducrot (1990), a sua determinação não é um problema linguístico. O linguista, e em particular o linguista semanticista, deve preocupar-se com o sentido do enunciado, isto é, deve descrever o que diz o enunciado, que o sujeito empírico produz. De maneira que o que interessa é o que está no

enunciado e não as condições externas de sua produção (DUCROT, 1990, p.17).

Na função de locutor (L) está o responsável pelo enunciado, que possui marcas no enunciado, como as de primeira pessoa e, até mesmo, marcas como *aqui, agora*. O locutor pode ser totalmente diferente do sujeito empírico, podendo ser um sujeito fictício a quem o enunciado atribui a responsabilidade de sua enunciação. Há enunciados que não possuem locutor, enquanto que sempre há um sujeito empírico. Ducrot trata de enunciados impessoais, que têm relação com a história, contrapondo-os a enunciados em que o locutor está marcado e que pertencem ao discurso. Naquele tipo de enunciados, inserem-se os provérbios e ditos populares, que parecem recorrer a uma sabedoria de alguém que não está presente na situação do discurso, e no discurso de alguns políticos que não pronunciam o pronome eu, chamando a si mesmos pelo nome próprio com a intenção de responsabilizar a História por sua enunciação e não a si.

A terceira função é a de enunciador²⁸ (E), na qual se originam os diferentes pontos de vista apresentados no enunciado, observando que todo enunciado possui um certo número de pontos de vista. Esses enunciadores não são pessoas, não têm palavras, mas pontos de perspectiva com os quais o locutor se relaciona.

A apresentação dos pontos de vista de diferentes enunciadores é um dos elementos do sentido de um enunciado. Outro é a indicação da posição do locutor em relação aos enunciadores. Neste momento de desenvolvimento da teoria, entende-se que o locutor tem atitudes diversas perante as ideias apresentadas pelos enunciadores. Ele pode concordar com elas, manifestando sua aprovação a um enunciador, mesmo que o seu enunciado não tenha como objetivo assumir seu ponto de vista. Como exemplo desse tipo de relação do locutor com os enunciadores, citamos a pressuposição, em que o locutor

²⁸ A noção de enunciador tal como é formulada aqui está sendo revista atualmente por Ducrot e Carel (2010).

aprova o E1 (pressuposto) e identifica-se com o E2 (posto)²⁹, ambos considerados de forma separada. Em *Pedro parou de fumar*, o locutor identifica-se com o ponto de vista referente a *parar de fumar* e concorda que *ele fumava antes*. Até aqui as duas ideias seriam vistas como dois conteúdos apresentados no enunciado.

Há também a identificação do locutor com um dos enunciadores. Nesse caso, o locutor, por meio de sua enunciação, tem o objetivo de impor o ponto de vista do enunciado, como é o caso da asserção. Por último, citamos a oposição como outra forma de relação locutor e enunciador. Como exemplos, temos a negação e o humor. Na negação existe um enunciador que refuta o ponto de vista inadmissível e o corrige. Em um enunciado negativo *não-P*, há pelo menos dois enunciadores: um que apresenta o ponto de vista representado por *P*, e um segundo enunciador que rejeita esse ponto de vista. Em *Maria não veio*, por exemplo, o locutor recusa o ponto de vista do enunciador 1 responsável por *Maria veio* e assume o apresentado pelo enunciador 2 *Maria não veio*. Há, nos casos de negação, um diálogo entre enunciadores que se opõem.

Já sobre o enunciado qualificado como humorístico, podemos ressaltar que ele cumpre pelo menos três condições: (1) entre os pontos de vista apresentados, há pelo menos um absurdo; (2) o ponto de vista absurdo não é atribuído ao locutor; (3) não há um ponto de vista oposto ao considerado absurdo, ou seja, que o corrija. Dentre os enunciados de humor, Ducrot (1990, p. 20) chama de irônicos aqueles em que o ponto de vista absurdo é atribuído a um personagem determinado, ao qual se busca ridicularizar. Ele exemplifica o caso com um diálogo entre o dono de um restaurante e um cliente que está em companhia de seu pequeno cão. O primeiro busca aproximar-se do cliente estabelecendo uma conversa sobre a qualidade da comida servida e diz: *Nosso cozinheiro é o antigo chefe de cozinha do rei da Suécia*. O cliente não responde e o dono então continua dizendo que o responsável pela escolha dos vinhos servidos é um antigo funcionário da rainha da Inglaterra, que o chefe de

²⁹ Explicitaremos com mais detalhe no capítulo 3 essas formas de relação do locutor com os enunciadores.

cozinha esteve a serviço do rei da Espanha, etc. Como o cliente permanece mudo, o outro decide mudar de assunto e elogia: *Você tem um precioso teckel!*, referindo-se ao cachorro. O cliente então responde: *Meu teckel, senhor, é um antigo São Bernardo.*

No enunciado do cliente, em que temos um ponto de vista absurdo que é atribuído ao dono do restaurante e não é retificado, vemos a importância da distinção proposta entre locutor (L) e enunciador (E). É esta que permite realizar a crítica, já que o locutor, que apresenta o enunciado, não assume o ponto de vista introduzido pelo enunciador. As três condições para um enunciado humorístico são, assim, satisfeitas. A resposta do cliente significaria que, segundo a lógica proposta pelo dono do restaurante, ao elogiar a qualidade de seus funcionários, o pequeno cachorro do cliente poderia ser visto como um antigo São Bernardo. A alteridade constitui a ironia justamente pelo fato de o locutor produzir um discurso pelo qual ele não se responsabiliza. Assimila-o a um outro.

No mesmo texto de 1990, Ducrot afirma que a partir dos exemplos pretende chegar a uma conclusão mais geral a qual remeteria a duas formas de se comunicar: uma séria e outra não séria. A primeira corresponderia aos casos em que o locutor se assimila a um dos enunciadores, ou seja, quando escolhe um deles como seu porta-voz, como no exemplo da negação em que se pode perceber que ele se identifica com o enunciador negativo. A segunda baseia-se na simples representação de enunciadores, que é vista como significativa por si mesma. Como exemplo, o autor cita os casos de humor. A comunicação denominada não séria estaria, entretanto, subjacente a toda comunicação humana.

O entendimento dessas relações entre locutor e enunciadores que, como salienta Ducrot (1990), são linguísticas, é traço fundamental para a construção do sentido do enunciado e, portanto, do discurso. Se o sentido é tido, por outra parte, como a representação de sua enunciação, entendemos que seja fundamental analisarmos essa relação entre locutor e enunciadores e também entre locutor e alocutário para chegarmos à sua compreensão.

Essa visão da enunciação, pela qual se relacionam língua e fala, e da polifonia, como elemento central para o sentido, é mantida no quadro da TBS, etapa de desenvolvimento da teoria que mantém os pressupostos fundamentais da ANL. Entretanto, ajusta alguns conceitos de forma a se aproximar cada vez mais da autonomia da língua na análise do sentido e, portanto, da epistemologia da teoria.

3.2.2 A polifonia no contexto da TBS

Especificamente no quadro teórico da TBS, Ducrot e Carel (2008) propõem dois tipos de relações do locutor com os enunciadores que ele põe em cena em seu enunciado. O primeiro tipo de relação é a de assimilação. Por meio dela, o locutor assimila um ponto de vista a seres determinados ou indeterminados. No exemplo utilizado pelos autores em um enunciado como “*Eu me sinto cansado*” (op.cit., p.7), o locutor remete a si mesmo como origem do ponto de vista segundo o qual ele está cansado. Desse modo, descreve-se a enunciação como “visando dar a conhecer ao interlocutor o cansaço que se sente” (op.cit., p. 8), ou seja, o cansaço visto por quem o sente. Já no caso do enunciado “*Segundo meu médico, estou cansado*”, atribui-se a origem do ponto de vista relativo ao cansaço a alguém que é apresentado como capacitado para fazer tal afirmação. O que interessa não é a identidade do médico, mas sua função.

Por meio do segundo tipo de relação, o locutor toma atitudes frente aos enunciadores. Ele pode assumir o ponto de vista, concordar com ele, ou opor-se a ele. Assumir um ponto de vista significa “dar como fim à enunciação impor o ponto de vista desse enunciador” (op.cit. p.8). Dar sua concordância a um enunciador (como é o caso da pressuposição) é impedir-se de, na sequência do discurso, contestar seu ponto de vista. Por último, opor-se ao enunciador de um ponto de vista (pela negação) é descrever a enunciação como proibindo, no restante do discurso, de assumir o ponto de vista ou concordar com ele.

A relação entre essas duas funções (assimilação a alguém e tomada de posição) deve-se à natureza do ponto de vista considerado nas atitudes e não tem caráter de implicação. A assimilação ao locutor, por exemplo, não é condição necessária para o assumir, porque um locutor pode não estar assimilado a um enunciador que ele assume. Nos exemplos citados acima, a ideia de cansaço em um e em outro caso se modifica tendo em vista o personagem a quem o ponto de vista é assimilado – o médico ou o próprio locutor.

A atitude é, assim, vista como algo bem distinto de uma simples tomada de posição acerca de um conteúdo ou de uma proposição caracterizáveis em si mesmos. Os pontos de vista sobre os quais se tem alguma atitude são construídos em relação ao enunciador que é objeto da atitude. Dessa forma, o enunciador passa a ter papel mais claro do que em momentos anteriores da teoria e passa a ser visto como indispensável. Para explicitar essa noção, Ducrot (2008, p.9) cita o exemplo de uma narrativa em que o autor escreve que “o céu, acima do alpinista, era de um azul inacreditavelmente profundo”. Nesse caso, o locutor (narrador) assume um enunciador assimilado a um ser, o montanhista ou seu colega de escalada que percebe o céu. O tom de azul indicado ao leitor é aquele percebido pelos enunciadores-alpinistas.

Na perspectiva da TBS, a descrição polifônica sofre modificações e são revistos os conceitos de pressuposição e de negação. Nesse quadro teórico temos que, ao produzir linguagem, o locutor (L) coloca em cena enunciadores que expressam pontos de vista em termos de aspectos, ou seja, de conjuntos de encadeamentos. O locutor se relaciona com um aspecto e o(s) enunciador(es) (E) pode(m) assumir outro aspecto do mesmo bloco, ou um aspecto de outro bloco que ele(s) apresenta(m). Ducrot relembra também que, sob a abordagem da TBS, atribuir um significado para uma expressão equivale a associar-lhe diferentes argumentações, o que é feito por meio de encadeamentos argumentativos. Estas argumentações, como já observamos no capítulo 2, podem ser normativas, com conectores do tipo de *donc* (DC) ou transgressivas, com conectores relacionados a *pourtant* (PT). Além disso, os

encadeamentos podem estar ligados às expressões que os significam de dois modos – pela argumentação interna (AI) e/ou pela argumentação externa (AE). O mais interessante é que uma expressão,

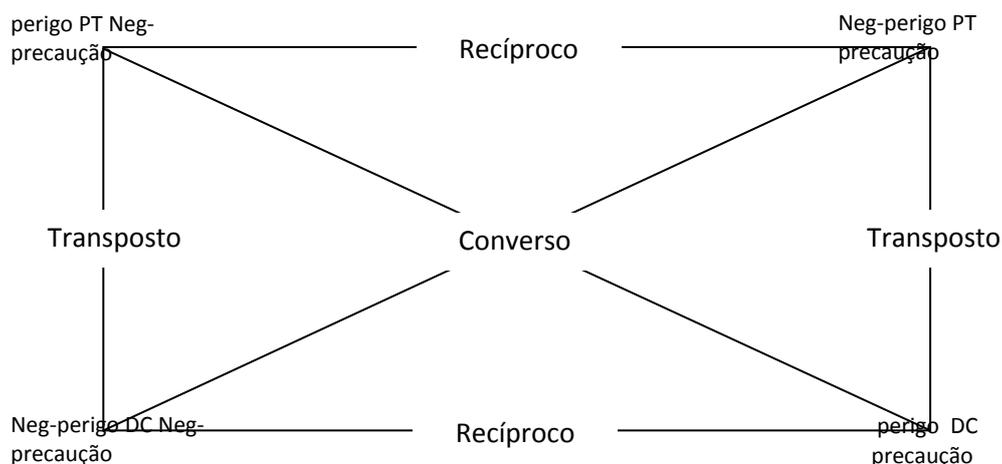
por exemplo uma palavra ou uma frase, consideradas como entidades da língua, não possam evocar, como seu segmento anterior ou posterior, um encadeamento normativo sem evocar ao mesmo tempo o encadeamento transgressivo correspondente – e inversamente (DUCROT; CAREL, 2008, p. 10).

Os encadeamentos argumentativos estão na base da reformulação das noções de pressuposição e também de negação. Inicialmente (1987, 1990) a forma de compreender a pressuposição fazia com que se percebesse como fragmentado o sentido em enunciadores correspondentes ao posto e outros ao pressuposto, dissociando a unidade semântica do enunciado em dois conteúdos independentes. No âmbito da TBS, recusa-se essa separação em enunciados compostos por verbos como saber, continuar e começar, por exemplo. É o caso de enunciados como *João continua a fumar*, que teriam um enunciador responsável por *João fumava* e outro responsável por *João fuma*. Sob essa nova ótica, temos que o *continuar a fumar* seria um prolongamento de uma situação anterior e as duas noções devem, assim, ser vistas como uma unidade. A argumentação interna ao enunciado seria expressa pelo aspecto *ter fumado DC fumar*. O enunciado em questão seria aproximado e, portanto, analisado da mesma forma que outro do tipo *João é prudente*, ou seja, não mais em termos de pressuposição, mas de uma relação argumentativa entre um suporte e um aporte.

Essa necessidade de perceber os elementos vistos como posto e pressuposto como uma unidade de sentido é explicada pelo efeito da negação sobre o a AI de uma expressão. O conteúdo tido como *pressuposto* é mantido através de transformações tais como a negação enquanto o posto é invertido. Ambos são construídos sob o mesmo encadeamento, mas a negação remete também a um enunciador diferente do que o que aconteceria com a negação comum. Enquanto esta levaria a um aspecto converso, a negação que envolve enunciados ditos pressuposicionais (chamada metalinguística) remeteria ao seu aspecto transposto.

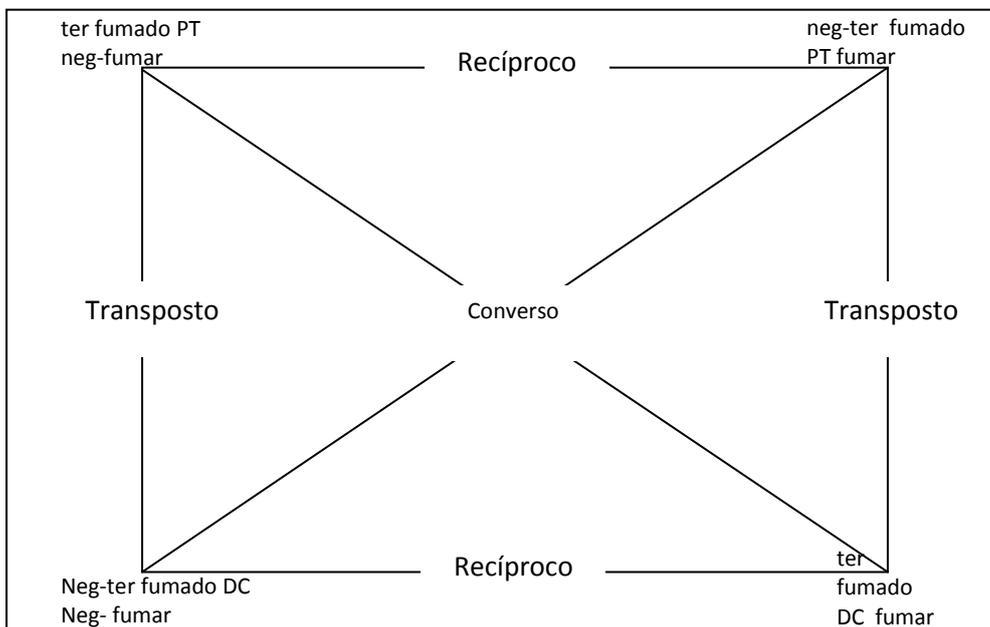
Explicando um pouco mais, poderíamos dizer que na argumentação interna de um enunciado como *João não foi prudente*, teríamos dois enunciadores que expressariam dois aspectos que mantêm entre si uma relação de conversão:

- perigo DC precauções
- perigo PT neg-precauções



No caso da negação metalinguística em *João não continua a fumar*, em que o dizer de alguém é negado, temos também dois enunciadores, mas que se relacionam argumentativamente pela transposição:

- neg-ter fumado PT fumar
- ter fumado DC fumar



Em relação à negação, no quadro da TBS, os autores utilizam a frase positiva P *João foi prudente* para explicar os enunciadores por ela convocados e, assim, pautar a explicação de enunciados negativos. De acordo com essa abordagem, o enunciado assertivo põe em cena pelo menos três enunciadores. E1, que expressa um dos aspectos conversos da AE à direita de P e evoca o encadeamento que melhor se encaixa. De acordo com o contexto linguístico, opta-se por *João foi prudente DC não teve acidente* ou *João foi prudente PT teve acidente*, por exemplo. O E2 exprime, não mais um aspecto converso, mas um dos aspectos transpostos da AE à esquerda de P. Escolhe-se entre *João é prevenido DC não teve acidente* e *João não é prevenido PT é prudente*. O E3, por sua vez, apresenta a AI do enunciado P que expressa o aspecto e evoca o encadeamento que individualiza P.

Na descrição do enunciado negativo P' *João não foi prudente* encontram-se todos os enunciadores convocados pelo enunciado P e também todos os enunciadores negativos cujos pontos de vista sejam decorrentes de transformações daqueles dos enunciadores positivos. Dessa forma, o E'1 tem por ponto de vista o aspecto e os encadeamentos recíprocos daqueles que são o ponto de vista do enunciador positivo E1. Como exemplo os autores citam *João não foi prudente DC correu risco de acidente* (2008, p.17). O mesmo vale para E'2 cujo ponto de vista é recíproco do de E2: “se E2 tem por ponto de vista ‘*João não foi prevenido, no entanto foi prudente*”, será atribuído a E'2 “*João foi prevenido PT não foi prudente*”. Por fim, o ponto de vista de E'3 é transformado por conversão do ponto de vista de E3.

A essa lista mínima de enunciadores é necessário acrescentar a indicação das atitudes do locutor do enunciado em relação a eles. Habitualmente, pode-se dizer que ele recusa os enunciadores positivos e assume os negativos, ou ao menos lhes dá sua concordância. O trabalho sobre a negação, segundo os autores, não está concluído e precisaria ser afinado, com novos estudos e, especialmente, com a confrontação de sua descrição com textos.

De fato, esse apelo ao trabalho com textos nos parece estar no próprio espírito da semântica polifônica. Esta, insistiremos

nisso para concluir, impõe, ainda mais que qualquer outra forma de semântica, que se olhem as utilizações reais das frases, que se confronte a língua ao discurso. De fato, os próprios conceitos de que se serve a polifonia, enunciador, locutor, atitude, encenação, não podem ter nenhuma realidade na língua, mas apenas na transformação da língua em discurso – até mesmo se essa transformação é guiada pela língua (DUCROT; CAREL, 2008, p. 18).

A polifonia no âmbito de uma semântica argumentativa só poderia ser vista como relacionando língua e fala, frase e enunciado, texto e discurso. A argumentação decorrente da confrontação entre diferentes pontos de vista relacionados a diferentes enunciadores deve ser vista no e pelo discurso, já que é nele que estão situados os encadeamentos argumentativos, os quais estão previstos na significação da língua.

Uma compreensão polifônica e argumentativa da linguagem possibilita a construção e, por outro lado, a compreensão do sentido dos enunciados (e do discurso), revelando os implícitos e a relação do locutor com outros discursos que ele evoca ao enunciar-se. A argumentação, construída pela linguagem, é permeada pela relação do locutor com seu interlocutor e também pela relação do seu discurso com outros discursos.

Integrada à TBS, a noção de polifonia sofreu modificações importantes no sentido de ter seu constructo revitalizado e de assumir um papel mais claro em relação às argumentações, consideradas como encadeamentos discursivos. Em sua forma anterior, ainda no quadro em que foi introduzida, o da forma chamada então de recente, havia uma dificuldade bastante grande, em termos metodológicos, de limitarmos o número de enunciadores possíveis a partir de um enunciado (ou de um discurso). Além disso, o papel da polifonia em termos argumentativos ficava um tanto vago. O tema voltou a ter um enfoque especial a partir do texto publicado no Brasil em 2008 e hoje ocupa posição central nas investigações de Marion Carel e Oswald Ducrot. Vale ressaltar que ele não está fechado e a cada nova publicação dos autores, há avanços importantes.

No espaço deste trabalho e dentro do que ele se propõe, iremos abordar ainda uma dessas publicações apenas, a já mencionada *Atualização da polifonia* ([2009] 2010). Acreditamos que ela acrescenta aspectos importantes ao estudo a partir do texto de 2008 [2006], revendo questões propostas especialmente no *Esboço de uma teoria polifônica da enunciação* ([1984] 1987).

3.2.3 Algumas questões sobre a atualização da polifonia ainda no contexto da TBS

A polifonia continua como tema importante de estudos atualmente no âmbito da TBS e vem sendo constantemente repensada por Oswald Ducrot e Marion Carel. Em 2008 e 2009 os autores publicaram novas reflexões sobre o assunto, os quais foram traduzidos e publicados em 2010 no Brasil, pela revista *Desenredo*. Destacaremos aqui um desses textos, de 2009, *Atualização da polifonia* (originalmente *Mise au point sur la polyphonie*), que consideramos trazer colaborações mais pertinentes à nossa discussão atual. Nele são revisitadas questões propostas especialmente no capítulo VIII de *O dizer e o dito* (1987), *Esboço de uma teoria polifônica da enunciação*. Três são os objetivos centrais do estudo – reformular a tese da polifonia anteriormente apresentada e já, de certa forma, enfraquecida; articular a polifonia com a TBS e, ainda, abordar questões pertinentes à enunciação, ou melhor, dar algumas pistas para a descrição de certos fenômenos que mostram alusões do enunciado a enunciações diferentes da sua.

Nessa etapa da reflexão, os autores procuram precisar mais o conceito de polifonia, já abordado em outros momentos, a partir de uma concepção triádica, ou seja, colocando na significação, ao lado das atitudes do locutor e dos conteúdos uma terceira instância, correspondente, nas etapas anteriores, ao enunciador (termo que manteremos neste trabalho para fins de entendimento). Esses três aspectos não correspondem a uma abordagem referencial, o que contradiria a base da teoria, e este último, especialmente,

não é visto como uma alusão a indivíduos, mas como um modo de garantir o dito, de definir um certo tom para apresentá-lo.

Nesse contexto, se o discurso do locutor remete a outros discursos que não o dele, isso não ocorreria por uma questão de necessidade de validação do seu ponto de vista, mas sim como forma de ele mostrar, apresentar seu ponto de vista. Dessa forma, Ducrot e Carel ([2009] 2010) esclarecem a distinção entre o que eles chamam de “raciocínio por autoridade” e de “autoridade polifônica”. O raciocínio por autoridade corresponderia aos casos em que um enunciado é utilizado para fazer conhecer outro discurso, *a existência desse discurso, o fato que ele tenha sido dito constitui um propósito* (CAREL e DUCROT, 2010, p. 14). Além disso, ele serviria para legitimar uma opinião do locutor. Já na autoridade polifônica, o que se tem é que o locutor sustenta uma opinião que é sua por meio de um enunciado distinto dele e assimilado a outros personagens. Não se deve dizer que ele os faz falar, mas que ele fala *por meio deles*, utilizando tais seres ou personagens como máscaras.

No primeiro caso, trata-se de uma leitura que os autores nomeiam atributiva e, no segundo, de uma leitura modal. Nesse momento da reflexão dos autores, o enunciador não é mais percebido como a fonte ou a origem dos pontos de vista, como em momentos anteriores do desenvolvimento da ANL. Dessa forma, evita-se de confundir o papel de enunciador com o de um ser de fala (que ele não é) já que, na verdade, é o locutor quem os coloca, quem os apresenta.

Utilizando um exemplo, os autores explicam melhor essa noção. Um enunciado como *Segundo o crítico do Monde, o último filme de Woody Allen fracassou totalmente* apresentaria um ponto de vista sobre uma situação que poderia ser vista de muitos outros modos. A partir do enunciado, os autores propõem a relação da noção recém-citada de ponto de vista com a de ângulo de vista, a qual estaria ligada ao conteúdo do enunciado e não remeteria a uma pessoa ou a um grupo. “A descrição definida *o crítico do Monde* relativiza certamente o fracasso do filme, mas não pelo fato de que ela atribuiria a esse

juízo de fracasso uma origem”. (2010, p.) Se há uma relativização do fracasso, é nesse sentido que a expressão *crítico do Monde* atuaria sobre a expressão *fracassou totalmente*. O que é dito é que o filme não agradou ao crítico do Monde, o que poderia ser formalizado por encadeamentos do tipo “pouco original, portanto filme fracassado”, ou ainda “escrito de modo banal, portanto fracassado” (CAREL; DUCROT, 2010).

Se a noção de ângulo de vista fosse analisada como a origem do conteúdo haveria uma incoerência teórica. Não se pode sustentar que o sentido seja puramente argumentativo e, ao mesmo tempo, admitir que a expressão *crítico do Monde* designa um ser com suas opiniões, sua psicologia (op. cit. 2010, p.17).

A via de entendimento que leva a ver um ou mais personagens como origem de um conteúdo foi aceita durante muito tempo pelos estudiosos da polifonia. No contexto atual, ela não pode mais ser aceita pelos mesmos motivos de não se poder aceitar o ângulo de vista como a posição de um observador individual. O primeiro motivo é que a decisão epistemológica antirreferencialista não permite admitir a objetividade de dados que se relacionam ao aparelho enunciativo, o que, segundo os autores, seria inevitável se os enunciadores fossem vistos como seres individuais, fontes ou origens dos conteúdos. O segundo é que o que importa semanticamente não é a identidade individual dos enunciadores, mas o modo pelo qual eles preenchem o papel geral que lhes é conferido.

Retomando outro exemplo, um enunciado da forma *X diz que Q*, como *Os filósofos nos asseguram que as coisas caem para baixo*, os autores afirmam que não há alusão aos diferentes indivíduos designados pela palavra filósofos, nem ao grupo social que eles constituem, mas a escolha de um certo modo de falar e a tese sobre a relação entre a natureza dos corpos e sua tendência a cair para baixo que é apresentada por esse determinado tom. Do mesmo modo, enunciados como *parece que Q* servem para pôr Q, fazendo sustentar por algum outro. Assim sendo, o responsável por um ângulo de vista tanto pode ser o locutor (L), como um terceiro que ele faz falar.

De acordo com Carel e Ducrot (2010), a ideia central que comanda a concepção atual de polifonia no quadro da TBS coloca na significação, ao lado das atitudes do locutor e dos conteúdos, uma terceira instância, que, tal como as duas outras, não é do tipo referencial e que não pode ser vista como mera alusão a indivíduos. Esta já tinha espaço nas versões anteriores da ANL, mas sua função parecia um tanto vaga. Ela marca um determinado modo de garantir o dito, um certo tom para apresentá-lo.

Em vista de observar essas relações não apenas em enunciados, mas também em discursos, na interface entre língua e fala, como os próprios autores sugerem no texto de 2008, procuramos analisar, no próximo capítulo, seis discursos. Buscamos, assim, compreender a alteridade que subjaz à linguagem, da perspectiva das diferentes vozes que compõem o discurso e da relação destas com a argumentação do locutor. Partimos da hipótese de que todo e qualquer discurso tem seu sentido construído pela relação alteritária entre distintas vozes que o locutor põe em cena para a construção de sentidos.

4 METODOLOGIA E ANÁLISES

Sendo que, nesta pesquisa, o intuito é analisar a alteridade na linguagem, do ponto de vista argumentativo, pelo viés da relação entre diferentes vozes que compõem o discurso, partimos da hipótese de que todo discurso é permeado pela alteridade e esta tem fundamental importância na e para a construção dos sentidos. A fim de alcançar esse objetivo, propomo-nos a analisar discursos à luz da polifonia no contexto da TBS.

No que tange à construção do sentido pela alteridade, analisaremos os discursos e, depois, na *Discussão dos resultados*, a fim de construir alguma consideração mais geral, realizaremos uma comparação entre as questões percebidas como mais importantes em cada análise.

Guiaremos-nos por uma série de passos³⁰ que nos ajudarão na compreensão da construção do sentido produzido no discurso e da influência da noção de alteridade. Esses passos, elencados a seguir, devem ser vistos muito mais como uma organização prévia do que uma forma rígida que todas as análises devem obrigatoriamente seguir.

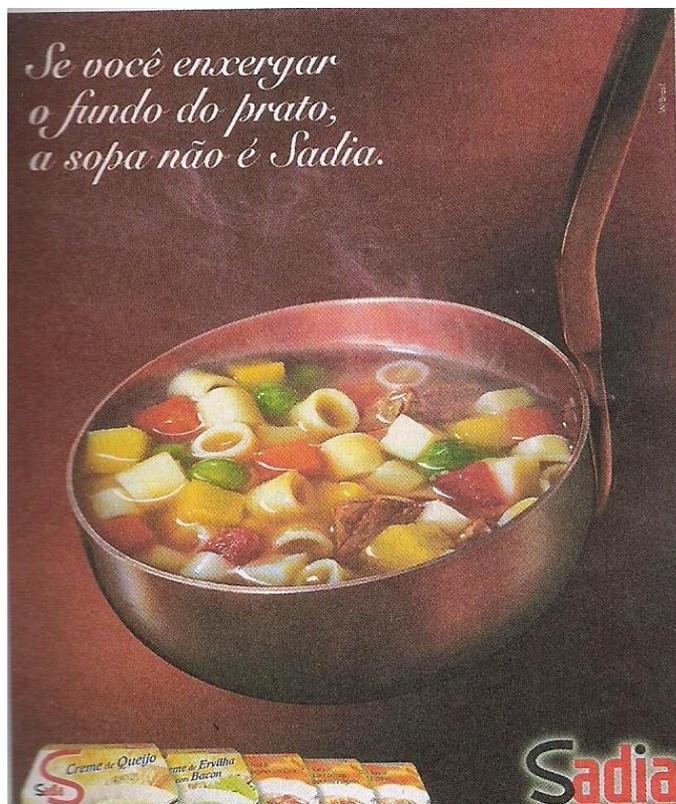
- dividiremos o discurso em trechos que contenham uma argumentação, ou seja, que possam ser representados por um encadeamento formado por dois segmentos ligados por um conector;
- formalizaremos o encadeamento evocado pelo trecho;
- explicitaremos os aspectos expressos pelo encadeamento, bem como a relação do locutor com os enunciadores subjacentes a cada um deles;
- analisaremos a assimilação dos aspectos a determinados personagens e o seu papel na construção do sentido;

³⁰ Organização baseada na metodologia proposta por GRAEFF (2010), no texto *Perspectivas discursivo-enunciativas de abordagem do texto*. In: *Linguística de texto e análise da conversação*.

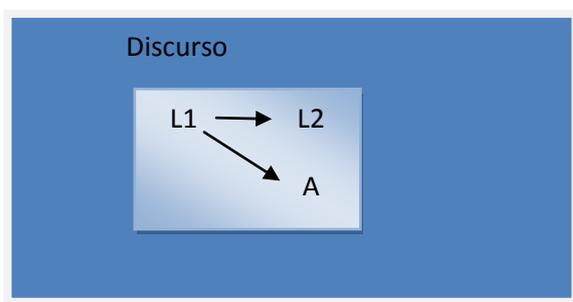
- construiremos o quadrado argumentativo referente aos aspectos, para visualização das relações (de transposição, reciprocidade e conversão) mantidas entre eles;
- buscaremos compreender qual é a importância dos aspectos na construção do sentido pela alteridade;
- partindo das questões anteriores, pretendemos chegar a uma síntese do sentido construído no discurso, por meio de encadeamentos discursivos.

Desse modo, pretendemos compreender o papel da relação entre discursos, umas das formas da alteridade na linguagem, na construção da argumentação.

4.1 ANÁLISE 1:



A publicidade sob análise, retirada do livro *Português: Linguagens*, de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães (2003), propõe-se a anunciar a sopa da marca Sadia. Nela, é possível percebermos uma organização em termos enunciativos que remete à figura de um locutor (L) que pode ser visto como assimilado a alguém que representa a marca (apresenta-se aí também mais de uma voz, mesmo que isso não seja explicitado: há a voz do publicitário que criou a peça e a de seu cliente que deseja promover seu produto). O alocutário (tu) é o consumidor que faz suas opções ao comprar determinado produto. Podemos mencionar também um “ele”, que não remete a figuras discursivas, mas ao tema tratado no discurso.



O discurso é composto pelo enunciado: *Se você enxergar o fundo do prato, a sopa não é Sadia.*

Nele, percebemos que o locutor opta por se manifestar por meio de duas vozes. Ambas são introduzidas pelo uso conjunto de “se”, que expressa uma possibilidade, e da negação (não é Sadia). Na verdade, são esses recursos linguísticos que revelam a polifonia neste discurso. Uma dessas vozes remete ao encadeamento:

enxergar o fundo do prato DC neg-ser sopa Sadia

A outra evoca o encadeamento:

neg-enxergar o fundo do prato DC ser sopa Sadia

Essa oposição, criada no e pelo discurso, pelo locutor, parte do princípio de que há mais de uma marca de sopa no mercado. O consumidor (alocutário) é apresentado, nesse contexto, como alguém que faz uma opção ao adquirir um produto e este deve ser dotado de qualidade. A publicidade visa a afirmar a qualidade da sopa Sadia para o consumidor. Assim, devemos perceber alguns encadeamentos intermediários que a esclarecem:

**enxergar o fundo do prato DC ser sopa rala
ser sopa rala DC neg-ser sopa de qualidade**

neg-ser sopa de qualidade DC neg-ser sopa Sadia

O outro encadeamento é construído então por:

**neg-enxergar o fundo do prato DC ser sopa consistente
ser sopa consistente DC ser sopa de qualidade**

ser sopa de qualidade DC ser sopa Sadia

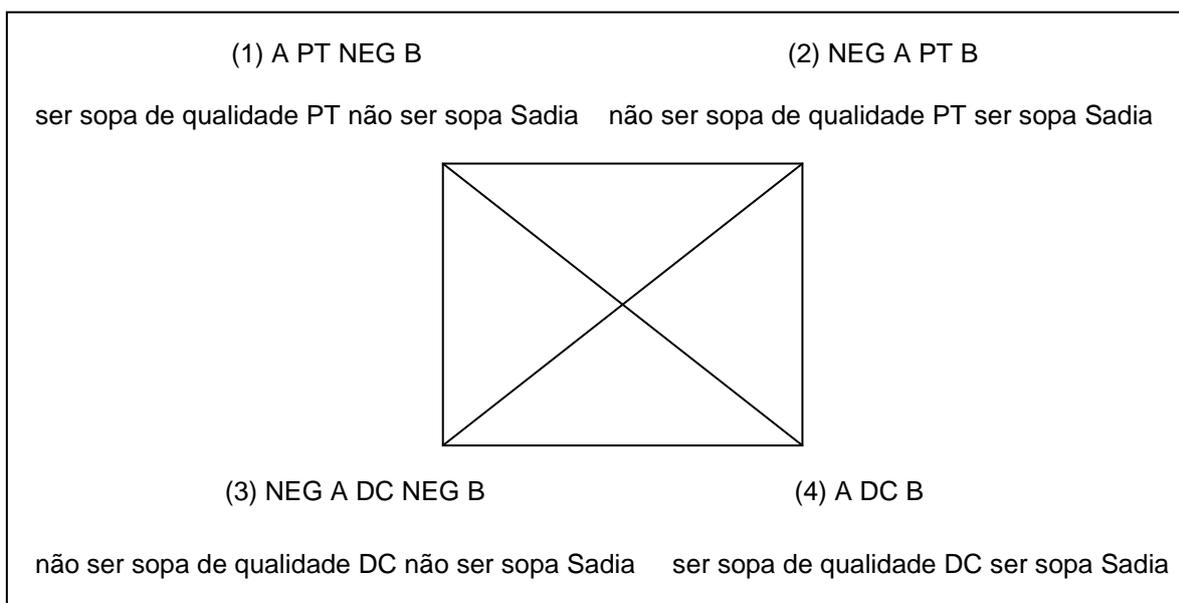
A publicidade, que tem como objetivo dar a conhecer ao interlocutor a qualidade do produto anunciado, o faz por meio da apresentação da falta de qualidade (não-qualidade) de outras sopas. A alteridade aparece neste

discurso, por meio desse jogo proposto pelo locutor, o qual cria o confronto entre os dois aspectos:

Sopa de outras marcas	Sopa Sadia
neg-ser sopa de qualidade DC neg-ser sopa Sadia	ser sopa de qualidade DC ser sopa Sadia

Pelo jogo entre o “se” e a negação, o locutor evidencia que há sopas que não são de qualidade porque deixam ver o fundo do prato e há a sopa da marca Sadia que tem sua qualidade afirmada justamente por não deixar ver o fundo do prato. O locutor põe em cena dois enunciadores e se apresenta como assumindo o aspecto negativo (neg-A DC neg-B), mas deseja de fato impor ao alocutário, leitor da revista e possível consumidor, o aspecto recíproco, que nega o aporte e também o suporte, mantendo o conector (A DC B). Os dois aspectos constituem o mesmo bloco semântico que relaciona a qualidade da sopa à marca Sadia.

Esse entendimento pode ser formalizado pelo quadrado argumentativo referente a esse bloco semântico:

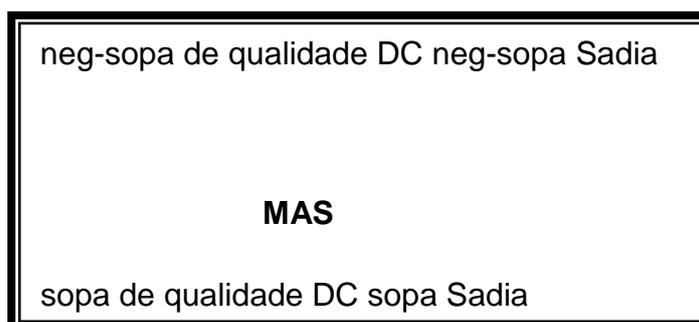


O locutor convoca os aspectos (3) e (4), construindo o sentido de acordo com a argumentação “*sopa Sadia é consistente, suculenta...*”, características que as demais sopas não possuem. Os outros aspectos que compõem o bloco permanecem como possibilidades virtuais de argumentação, relacionando a consistência e qualidade da sopa à marca Sadia. Entretanto, o discurso tal como é construído não poderia resgatar nem o ângulo do E1 (1), nem o do E2 (2), os quais não poderiam ser utilizados para vender a marca Sadia. O anunciante não poderia afirmar a qualidade de outra sopa (1), nem negar a qualidade da marca que pretende vender (2).

O modo como o locutor constrói a imagem do produto, mostra-se interessante sob o ponto de vista adotado neste trabalho, o da alteridade, considerando-se que as qualidades da sopa, tema do discurso, não são anunciadas explícita e diretamente, mas estão implícitas ao enunciado que põe em evidência o que as sopas de outras marcas não são. É esse entendimento que faz a Sadia ser a única marca de qualidade do mercado.

Em outros termos, podemos dizer que a ideia do que é a sopa da marca Sadia é construída por meio dessa oposição que toma como base aquilo que ela não é (e que são outras sopas). Ela só é em relação a outrem, ou seja, sua qualidade é definida pela falta de consistência e de qualidade das sopas de outras marcas. É a expressão *se você enxergar* posta em relação com a negação em *a sopa não é Sadia*, que remete ao entendimento de que para a sopa ser boa, não se pode enxergar o fundo do prato. Em outras palavras, ela deve ser consistente, grossa, ter bastante conteúdo, ou algo do tipo.

Esse sentido da sopa Sadia, construído pela relação de alteridade, pode ser sintetizado com a seguinte formalização:

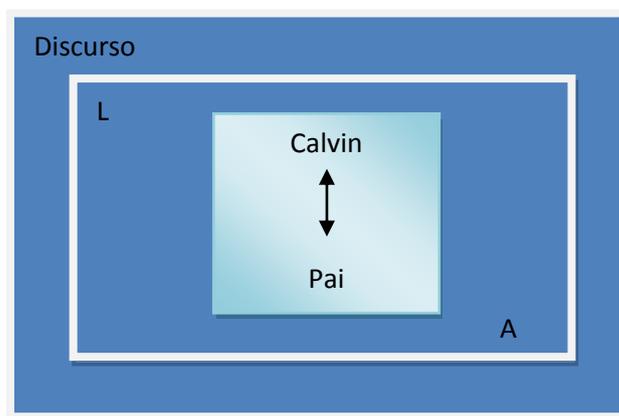


Vale observar que temos aqui uma oposição entre dois encadeamentos e, portanto entre dois aspectos do mesmo bloco semântico, que, em termos de análise, pode ser marcada com o uso do articulador *mas*. O locutor constrói a norma que remete à qualidade e à consistência da sopa Sadia e mostra que ao negar a qualidade (aporte do encadeamento), também não se trata mais da sopa anunciada. É a alteridade que demonstra o que é a sopa Sadia, comparada ao que não é ela.

4.2 ANÁLISE 2



A tira, composta por quatro quadrinhos, apresenta um diálogo entre Calvin e seu pai. Há um locutor implícito que dá voz aos personagens (Calvin e seu pai) que discutem sobre a vontade do menino de brincar com o pai em determinado momento. Essa organização enunciativa pode ser representada de acordo com o esquema:



No 1º quadrinho, o menino diz ao pai: “*Quero andar na cacunda!*” Este, por sua vez, responde ao filho: “*Estou ocupado, Calvin.*”

A fala de Calvin remete a um enunciador, cujo ponto de vista, pode ser representado pelo encadeamento:

querer andar na cacunda DC andar

O pai que, de acordo com sua fala e com a imagem, está ocupado preparando-se para um trabalho de pintura, recusa a brincadeira utilizando um motivo para isso, o que formalizamos com o encadeamento:

estar ocupado DC não levar Calvin na cacunda

Como podemos notar, comparando os dois encadeamentos, o pai, por meio de seu discurso, substitui o que constitui o primeiro segmento, ou seja, o suporte do encadeamento proposto pelo filho e passa, então, de maneira “amigável”, negar o aporte, visto como objetivo de Calvin. Essa substituição faz com que o locutor-pai não negue o “querer andar” proposto pelo filho, mas construa outro bloco semântico, com base no anterior.

No 2º quadrinho, Calvin dirige ao pai o seguinte discurso:

“Sabe pai, não está muito longe de eu virar um adulto. Um dia você vai acordar e se perguntar onde foram parar esses anos.”

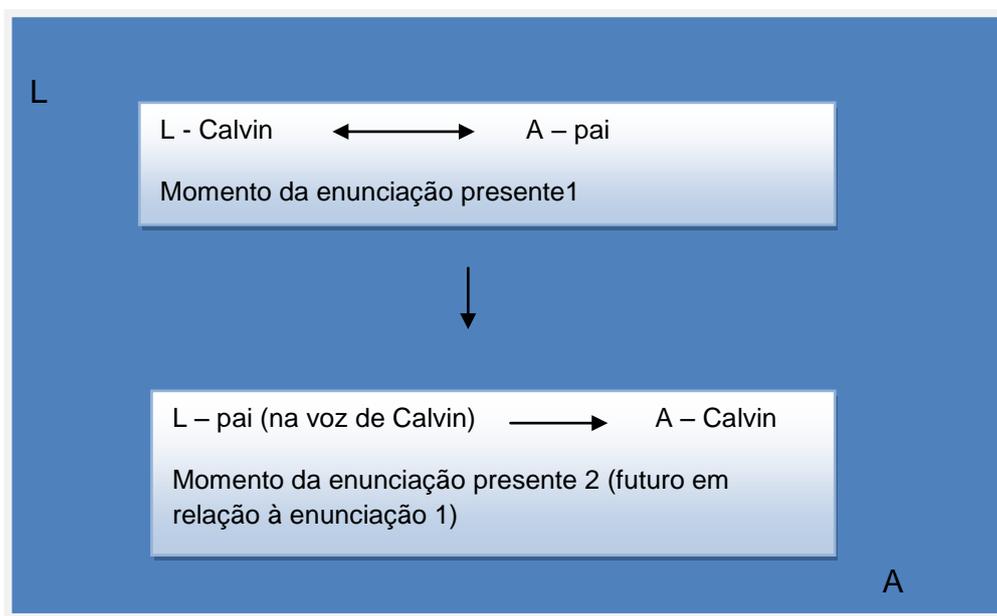
O discurso imaginado pelo menino continua no 3º quadrinho:

“Vai olhar para trás e dizer. “Como o tempo passou rápido! Calvin está tão grande que fica difícil lembrar quando ele era pequeno e eu podia carregá-lo nos ombros.” ... mas esses dias terão se perdido para sempre.”

Nesses dois quadrinhos, Calvin constrói um discurso hipotético, o qual ele assimila ao pai. Dessa forma, opõe o discurso que o pai produz no momento (aquele que recusa a brincadeira com o filho – **estar ocupado DC não levar Calvin na cacunda**) a outro discurso – aquele que possivelmente seria pronunciado no futuro (**não ser mais criança DC não andar na cacunda**). Assim, o menino cria uma imagem sua e do pai no futuro e, ao mesmo tempo, do arrependimento e da culpa que o pai sentirá, caso não brinque com ele no momento. Cria também uma imagem favorável a seu respeito no momento da enunciação, já que busca fazer o pai mudar de opinião com base em uma argumentação plausível.

A exclamação (*Como o tempo passou rápido!*) juntamente com a expressão “rápido” criam a ideia de que a passagem do tempo teria acontecido de forma surpreendente, mais depressa do que o que se consideraria normal.

São dois os planos enunciativos interrelacionados e confrontados que são criados por meio do discurso do locutor: o momento da enunciação (ME) presente, no qual a fala inicial de Calvin e a de seu pai se pautam, e um momento futuro em relação a este e que se realiza hipoteticamente em um discurso no tempo presente.



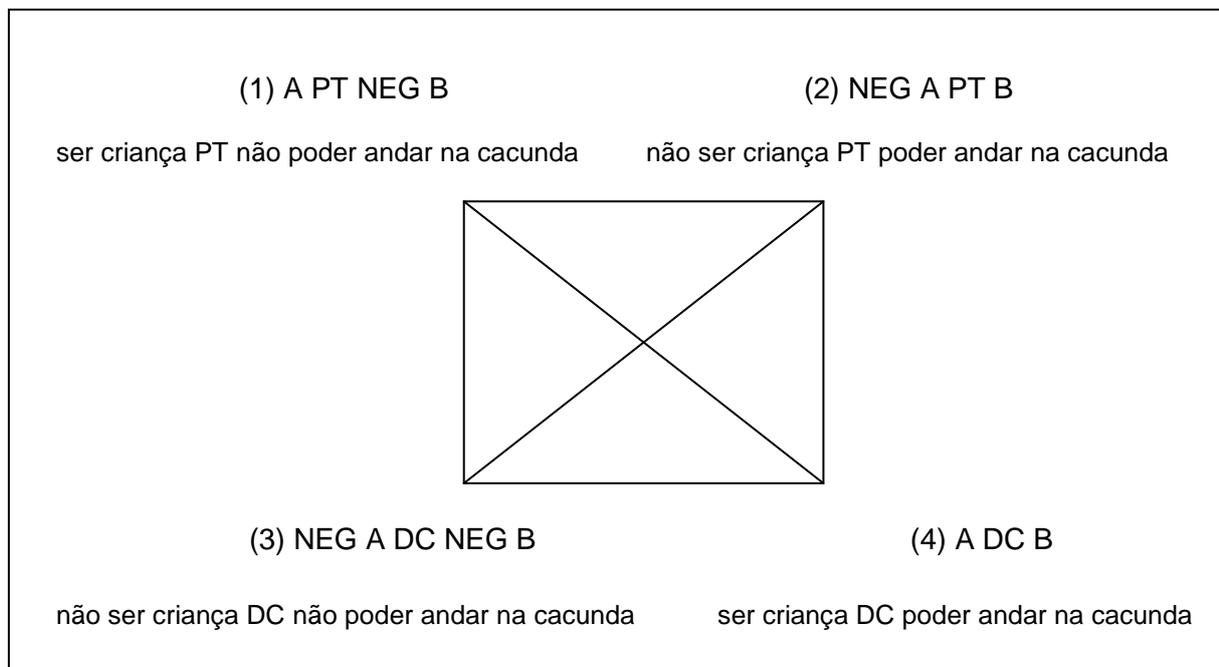
Os enunciadores evocados são dois, um pautado no momento da enunciação e outro num momento futuro:

Presente (Momento da enunciação)	Futuro hipotético
ser criança DC poder andar na cacunda	não ser mais criança DC não poder andar na cacunda

O sentido construído por “**não ser criança DC não poder andar na cacunda**”, remetido para o futuro, faz com que Calvin atribua ao pai, pela polifonia, a perspectiva que ele próprio deseja impor no momento: **ser criança**

DC poder andar na cacunda. Esse é o ponto de vista que ele impõe, é o argumento usado por Calvin, e ambos, colocados em confronto, é que fazem o pai mudar de ideia, como mostra o último quadrinho.

O bloco semântico pode ser visualizado abaixo:



Os encadeamentos evocados pelo discurso de Calvin mantêm entre si uma relação de reciprocidade. Ambos aplicam aspectos do mesmo bloco semântico que relaciona *poder andar na cacunda* e *ser criança*, mas o segundo (não ser criança DC não poder andar na cacunda) mostra que, ao se negar o suporte, a norma é negar também o aporte mantendo-se o conector, o que leva Calvin a induzir o pai a mudar de ideia. Esse sentido pode ser parafraseado por algo como: se Calvin crescer, o pai não poderá levá-lo mais na cacunda, mas hoje ele é pequeno, então pode ser levado. A atitude do pai no presente, momento da enunciação, é alterada por essa possibilidade de não poder mais brincar da mesma forma com o filho com a passagem do tempo e de se arrepender disso.

O sentido construído no discurso, intimamente vinculado à relação de alteridade, decorre do confronto entre pontos de vista convocados, e que são pautados em tempos diferentes: negação da possibilidade de brincar no futuro

e a oportunidade de brincar no presente. Ressaltamos que, neste caso, tal como na análise anterior, as outras possibilidades de argumentação presentes, virtualmente no bloco semântico que relaciona ser criança e poder brincar, não poderiam ser expressas. Tais argumentações iriam de encontro ao interesse de Calvin, apresentado no discurso.

Esse entendimento pode ser sintetizado como segue:

<p>não ser criança em t1 DC não poder andar na cacunda em t1</p> <p>MAS</p> <p>ser criança em t0 DC poder andar na cacunda em t0</p>

Pontuamos a importância da questão temporal neste discurso com as marcas t0, que remete ao presente, momento da enunciação, e t1, que indica um momento posterior ao primeiro, ou seja, futuro.

4.3 ANÁLISE 3



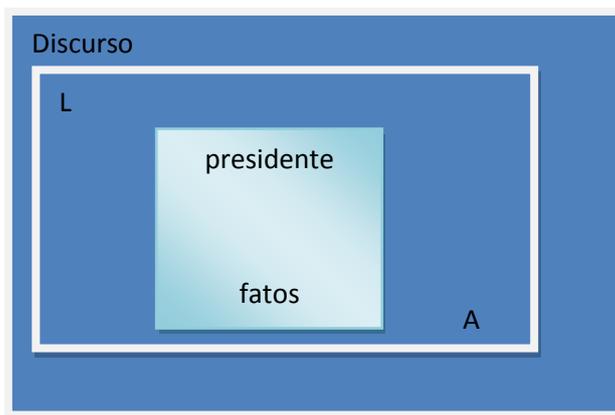
O discurso em análise, de autoria de Clóvis Rossi, foi publicado no jornal Folha de São Paulo, em 27 de outubro de 2006.

É construído um paralelo entre o que o locutor menciona como “discurso” de posse do presidente, e de “fatos” ocorridos quatro anos depois. Faz-se, aparentemente, um relato de um trecho do discurso sobre determinado tema e, logo em seguida, são apresentados o que seriam acontecimentos envolvendo o mesmo tema.

No primeiro trecho “discurso/fato”, o locutor aborda a questão da ética e da corrupção. Ele introduz o discurso do presidente da seguinte maneira: “Do discurso de posse de Luiz Inácio Lula da Silva, dia 1º de janeiro de 2003”.

Vemos que, desse modo, o locutor cria uma distância desse discurso, uma impressão de afastamento, de neutralidade ao remeter a ele como “do discurso de posse...”. Em outras palavras, o fato de apresentá-lo como reprodução de determinado trecho do discurso, como um simples recorte, sem marcas claras de sua própria enunciação, constrói a impressão de objetividade e de verdade. Entretanto, o que o locutor faz é bem mais do que isso. Ele está implicado pelo próprio fato de escolher e, assim, recortar partes do discurso que lhe interessam em termos de construção do seu ponto de vista. Vale salientar também que os trechos selecionados, mesmo que correspondentes ao que fora efetivamente produzido (algo que não nos cabe aqui analisar), extraídos de seu contexto de origem – do discurso como um todo – podem ter seu sentido alterado.

A organização do discurso, em termos enunciativos, pode ser representada pelo esquema:



Retomemos o discurso assimilado ao presidente:

“O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida brasileira.”

Segundo o excerto selecionado do discurso do presidente pelo locutor-jornalista, o combate à corrupção e a defesa da ética seriam objetivos de seu futuro governo. Notemos que os verbos são utilizados no futuro do presente, o que nos leva a pensar em uma mudança de situação, que é refletida, de certo modo, por uma afirmação do presidente, um compromisso assumido por ele. Houve problemas relacionados à corrupção no passado, a que ele se propõe modificar no futuro.

Representamos a construção do sentido pelo encadeamento:

corrupção e falta de ética em t0 DC combate à corrupção e à falta de ética em t1

Com base nessa argumentação assimilada ao presidente, o locutor cria a noção de que ele (o próprio presidente) assume o compromisso de acabar com o problema da corrupção e da falta de ética existente anteriormente à sua eleição, remetendo essa mudança para o futuro, a partir de suas ações governamentais. Esse entendimento poderia ser parafraseado por algo como: *apesar de ter havido problemas de corrupção e falta de ética no passado, isso não ocorrerá no futuro*, o que evocaria um encadeamento do tipo:

corrupção e falta de ética em t0 PT neg-corrupção e falta de ética em t2

A noção de tempo, que tem papel fundamental na compreensão do sentido neste discurso, poderia ser explicitada de acordo com o quadro:

t0 (tempo 0)		t1 (tempo 1)	t2 (tempo2)
situado no passado	Presente	primeiro momento futuro	futuro posterior em relação ao anterior
corrupção e falta de ética	Momento da enunciação do locutor presidente	combate à corrupção e à falta de ética	neg-corrupção e falta de ética

O locutor-presidente, em seu discurso, olha para o passado (t0), percebendo os problemas de corrupção e de falta de ética. A partir daí projeta para um momento futuro (t1) o combate a esses problemas e, portanto, entende-se que, posteriormente a isso, haverá um momento (t2) em que não existirá mais corrupção e a ética estará presente. A alteridade compõe esse discurso, colocando em confronto a existência de problemas com a necessidade de resolvê-los. As ações futuras do presidente são fundamentadas no passado do país.

A essa argumentação assimilada ao presidente, o locutor-jornalista contrapõe o que ele denomina de *atos quatro anos depois*:

“... o procurador-geral da República denuncia como “organização criminosa” e “quadrilha” um punhado de pessoas do governo Lula, de seu partido e de sua base de sustentação parlamentar.”

Apesar de o locutor apresentar os fatos como se eles falassem por si mesmos, temos uma mudança na questão da referência temporal, que é baseada na mudança do locutor (do presidente para o jornalista), que está situado num momento posterior ao de todos os apresentados anteriormente. Essa modificação é responsável pelo confronto entre os pontos de vista do locutor-jornalista e do locutor-presidente. Assim, os tempos 0, 1 e 2 assumem outros sentidos, como vemos no quadro:

t0 (tempo 0)	t1 (tempo 1)	t2 (tempo2)	Presente Momento da enunciação do locutor jornalista
passado 0	passado 1	passado 2	
corrupção e falta de ética	neg-combate à corrupção e à falta de ética	corrupção e falta de ética	

No trecho, o locutor evoca mais uma voz – a do procurador geral da República –, sem nomeá-lo, afirmando que ele *denuncia* integrantes do governo por atos ilícitos cometidos. Desse modo, assimila o ponto de vista que decide apresentar a um personagem de destaque no governo, o que confere a ele bastante importância. Na verdade, a importância dada ao problema é vista pela autoridade que representa aquele que fala. Não se trata de simples suspeita de corrupção e de especulações sobre o assunto, mas da corrupção vista por um integrante do governo. Esse entendimento está pautado na noção, proposta por Ducrot (1987, 2010) de autoridade polifônica, que ele distingue de um raciocínio por autoridade. Segundo esta última, o jornalista apenas daria a conhecer o discurso de outro; já de acordo com a primeira, ele apresenta a questão que lhe interessa a partir do ângulo do personagem, no caso o procurador da República.

Percebemos que, neste caso, há uma modificação importante no que diz respeito à questão temporal no discurso. Há uma visão de um enunciador que olha para o passado (t_0) e percebe os tempos 1 e 2 (futuro no discurso assimilado ao presidente) também como um passado. Entendido o trecho em estreita relação com o anterior, construímos o encadeamento:

corrupção e falta de ética em t_0 PT neg-combate à corrupção e à falta de ética em t_1

Esse encadeamento evocado pelo que o locutor chama de fatos leva à construção de outro encadeamento que evidencia a norma. Em outras palavras, como não houve o anunciado combate aos problemas, estes permanecem.

corrupção e falta de ética em t_0 DC corrupção e à falta de ética em t_2

Aparentemente, o locutor não toma posição em relação a esses pontos de vista, o que cria uma impressão de distanciamento acerca das ideias apresentadas. No entanto, é importante destacar que, especialmente pelo

tratamento atual que Ducrot e Carel (2010) dão à polifonia, podemos entender que o que o locutor faz é apresentar sua posição e, para isso, opta por recorrer a outras vozes. Há, no entanto, alguns índices mais marcados que levam o analista do discurso/leitor a identificar seu posicionamento, como veremos mais adiante.

Na continuação, temos:

“Do discurso de posse de Lula, dia 1º de janeiro de 2003:

“Crimes hediondos, massacres e linchamentos crispam o país e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos. Por isso, inicio este mandato com a firme decisão de colocar o governo federal, em parceria com os Estados, a serviço de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente. (...) Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com a diferença.”

No trecho, o presidente aborda a temática da criminalidade e a necessidade de solucionar o problema, proporcionando, assim, mais segurança à população. Novamente temos um discurso que remete para o futuro, o que abre a possibilidade de o alocutário vê-lo como uma promessa. Podemos formalizar o sentido construído pelo encadeamento:

falta de segurança em t0 DC trabalho em prol da segurança em t1

E a partir desse encadeamento, podemos construir:

falta de segurança em t0 PT segurança em t2

Logo em seguida, o locutor-jornalista apresenta novamente o que ele nomeia de *fatos* e que se opõem ao discurso.

“Dos fatos, quatro anos depois: você anda em paz nas ruas e praças “deste rincão da América?”

A partir da pergunta, ele encena um diálogo com o alocutário. Inicialmente, poderíamos entender a pergunta como uma possibilidade de duas respostas – sim ou não. Cremos que não é de fato o que acontece aqui. De acordo com o contexto linguístico no qual está inserido, o questionamento pode ser entendido como uma forma de negação que decorre do sentido produzido ao longo do discurso e que encaminha para esse raciocínio, ou seja, o locutor conduz a uma resposta negativa por parte do alocutário, indicando que a proclamada mudança não ocorreu. Assim, temos:

falta de segurança em t0 DC falta de segurança em t2

Este encadeamento tem origem na seguinte noção:

falta de segurança em t0 PT neg-trabalho em prol da segurança em t1

Seguindo o paralelismo desenvolvido anteriormente, o locutor apresenta um último contraponto entre discurso e fatos.

“Do mesmo discurso, ainda:

“A grande prioridade da política externa durante o meu governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida.”

Novamente, temos algo considerado, pelo presidente, como um problema que deve ser resolvido, o que formalizamos com o encadeamento:

falta de estabilidade política, prosperidade e união na América do Sul em t0 DC trabalho em prol da estabilidade política, prosperidade e união na América do Sul em t1

E a consequência dele:

falta de estabilidade política, prosperidade e união na América do Sul em t0 PT estabilidade política, prosperidade e união na América do Sul em t2

Em relação aos fatos, o locutor acrescenta:

“Dos fatos quatro anos depois:

“Caíram presidentes em penca, a prosperidade escapa à América do Sul e o conflito pelo gás com a Bolívia não parece ser demonstração de unidade, para não mencionar outras guerrinhas na vizinhança.”

O que percebemos, mais uma vez, é que o locutor-jornalista seleciona um outro trecho do mesmo discurso e logo após o contrapõe com o que ele considera como “fatos” que atestam a não realização do que este afirmava serem seus objetivos. Os “fatos”, entretanto, decorrem do olhar do locutor-jornalista, tendo em vista que este é o modo como ele vê a realidade. Esta não preexiste ao seu discurso, que é marcado por seu ângulo de observação. Na visão sistêmica e também na perspectiva argumentativa, há um olhar sobre a realidade, ou seja, o discurso do locutor é marcado por sua visão dos fatos.

falta de estabilidade política, prosperidade e união na América do Sul em t0 PT neg-trabalho em prol da estabilidade política, prosperidade e união na América do Sul em t1

falta de estabilidade política, prosperidade e união na América do Sul em t0 DC falta estabilidade política, prosperidade e união na América do Sul em t2

Para melhor visualizarmos a construção desse paralelo, sintetizamos as argumentações no quadro abaixo:

Do discurso do presidente Lula	Dos fatos, quatro anos depois
corrupção e falta de ética em t0 PT neg-corrupção e falta de ética em t2	corrupção e falta de ética em t0 DC corrupção e falta de ética em t2
neg-segurança em t0 PT segurança em t2	neg-segurança em t0 DC neg-segurança em t2

neg-estabilidade política, prosperidade e união na América do Sul em t0 PT estabilidade política, prosperidade e união na América do Sul em t2	neg-estabilidade política, prosperidade e união na América do Sul em t0 DC neg-estabilidade política, prosperidade e união na América do Sul em t2
---	---

O discurso como um todo nos é apresentado de forma semelhante à de um diálogo. São dois locutores (o presidente e o jornalista que evita se marcar) que falam em tempos distintos. Os discursos assimilados ao presidente e os fatos apresentados pelo jornalista expressam aspectos diferentes, estabelecendo entre si uma relação de conversão. Em outras palavras, o suporte do encadeamento (relacionado aos problemas) é mantido em todos os casos e modifica-se o aporte com a negação e a troca do conector. Essa forma de argumentação, escolhida pelo locutor, faz com que aquilo que o discurso do presidente propunha como necessidade de mudança seja mostrado como algo que não se cumpriu. As coisas continuaram do modo como estavam, o que remete o leitor à conclusão de que *não vale o que está escrito*, como afirma e resume o título do texto. Daí a necessidade de a realidade ser percebida, pelo alocutário, a partir do discurso negativo do locutor-jornalista.

Poderíamos sintetizar os discursos do presidente, por meio do encadeamento:

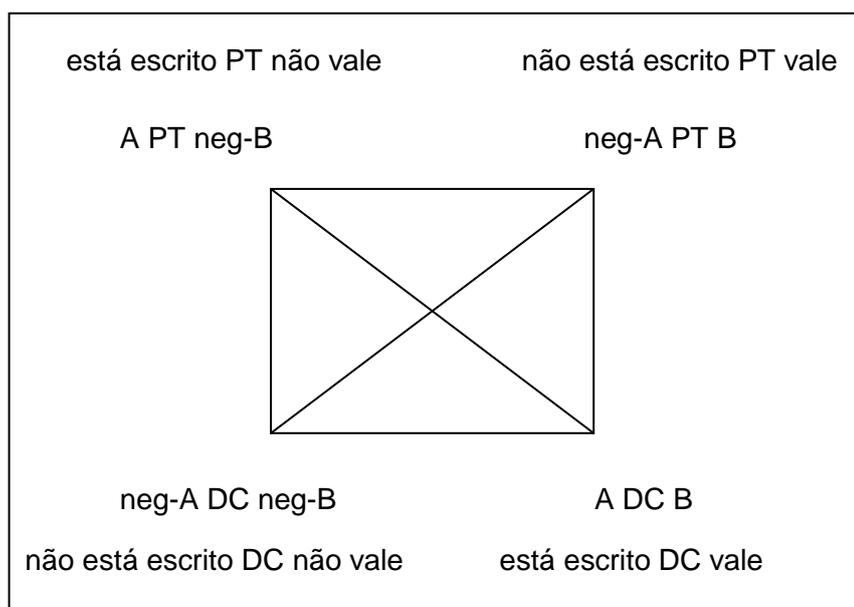
problemas em t0 PT neg-problemas em t2

Já o encadeamento que expressa o sentido construído pelo locutor-jornalista para a noção de fatos quatro anos depois pode ser:

problemas em t0 DC problemas em t2

escrito DC vale) e assume o ponto de vista oposto (está escrito PT não vale). O bloco construído pelo locutor nesse discurso é o que remete à “validade do que está escrito” ou “o que está escrito deve valer”. A alteridade intervém, neste discurso, construindo sentido pela transgressão dessa norma, que remete ao entendimento de que *apesar de estar escrito, as promessas não tiveram valor*. O que o locutor apresenta como “fatos” serve, na verdade, para construir e sustentar sua argumentação em favor desse ponto de vista.

O locutor convoca os dois enunciadores, por meio da negação. Ele estabelece uma concordância com o primeiro, mas assume o segundo. Ambos fazem parte do mesmo bloco semântico que conta ainda com dois outros enunciadores, conforme podemos visualizar no quadrado argumentativo:

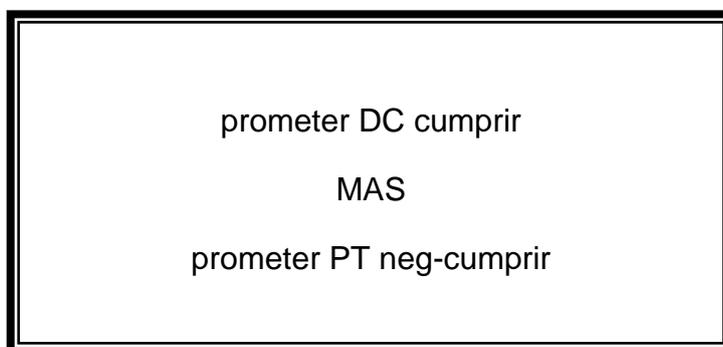


Interessante notar que a realidade é construída nesse discurso por meio de um jogo de oposições, portanto de alteridade. Em outras palavras, o discurso do presidente só é apresentado para o alocutário como *algo sem valor* por ser o contrário do que o locutor considera que sejam os *fatos quatro anos depois*. Na verdade, a posição do locutor não decorre dessa oposição, pelo contrário, é anterior a ela, ou seja, o seu ponto de vista é apenas apresentado através desse meio. Consideramos esse entendimento fundamental por ser

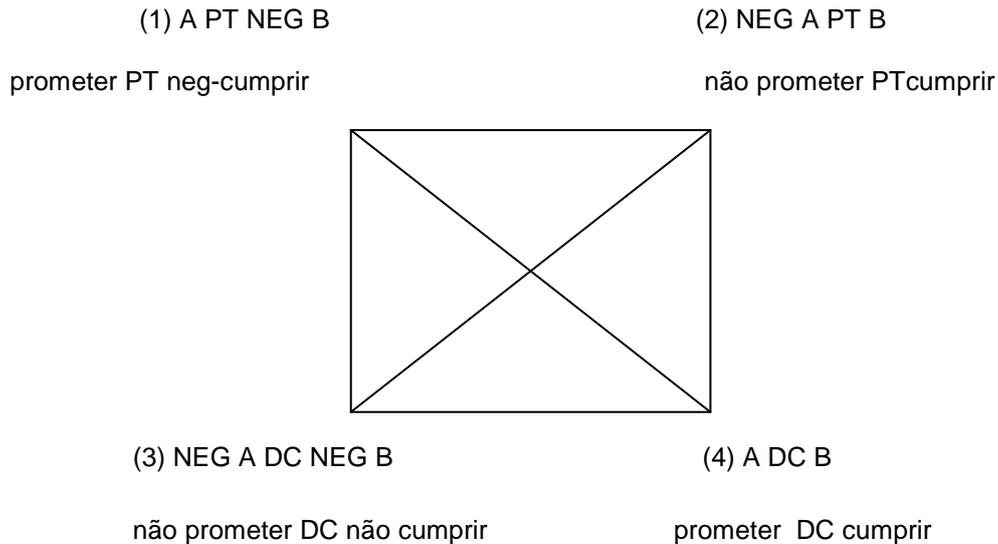
pautado na enunciação e na argumentação e, portanto, ser capaz de tornar-nos leitores mais críticos, ou, pelo menos, menos ingênuos.

Como vemos, a alteridade está presente no fato de o locutor-jornalista convocar diferentes vozes e colocá-las em confronto. Essa relação faz com que só entendamos o que ele pretende com a afirmação do título pela oposição que ele cria ao relacionar trechos do discurso do presidente com fatos quatro anos depois. É assim que o locutor constrói a imagem do presidente como alguém que não cumpriu aquilo com que se comprometeu por meio de seu discurso de posse.

Formalizando o sentido do discurso, que opõe o discurso do presidente e os fatos da realidade quatro anos depois de sua posse, tal como são vistos pelo locutor, teríamos a relação entre os encadeamentos: **problemas em t0 PT neg-problemas em t2** e **problemas em t0 DC problemas em t2**. A partir dessa relação, o locutor mostra ao leitor que o presidente não cumpriu o que havia prometido. Esse é o sentido que o locutor-jornalista confere ao discurso e que pode ser formalizado por:



Os dois encadeamentos fazem parte do bloco semântico que veicula a argumentação de que promessas devem ser cumpridas. Como vemos no quadrado argumentativo:



Com a construção desse bloco, o locutor-jornalista mostra o presidente como alguém que não resolveu os problemas do país e, portanto, não honrou suas promessas. Na verdade, o importante a ser analisado, neste discurso, é o modo como o locutor desenvolve sua crítica em relação ao que poderíamos considerar como compromissos do presidente e, ao mesmo tempo, com a situação do país. Ele faz uma opção ao construir sua argumentação como um paralelo entre o que seria o discurso de posse do presidente (e que na verdade pode ser percebido como sua visão sobre ele) e os fatos quatro anos depois (também construídos no discurso). O fato de ele assimilar o discurso relatado ao presidente e a realidade ao que poderíamos chamar de uma voz geral criam a imagem de uma argumentação sólida e verdadeira – o que possivelmente ele não teria alcançado da mesma forma por sua própria voz. Se ele assim o fizesse, se apresentaria como alguém que realizaria uma crítica individual ao presidente, portanto, menos importante. O que o locutor faz não é relatar o discurso de outros e, posteriormente, assumir uma posição, mas falar por meio dessas outras vozes.

4.4 ANÁLISE 4

Educação e cidadania

Uma característica marcante dos discursos educacionais é a presença de jargões que se disseminam entre professores e se transformam em slogans. Eles surgem como portadores de propostas inovadoras e passam a impregnar nossa fala. Frequentemente caem em desuso sem que as "mudanças radicais" se transformem em práticas pedagógicas. "A criança constrói seu próprio conhecimento" representou esse tipo de convergência mais retórica do que prática ou conceitual.

A expressão "educação para a cidadania" corre hoje o risco de tornar-se mais um desses consensos. Nesse caso, o risco de esvaziamento de sentido é bem mais grave. O ideal de educação voltada para o cultivo de valores identificados com o exercício da cidadania não é uma simples proposta de renovação didática. Trata-se de um ideal educativo e de luta que remonta a pensadores como Aristóteles. Desde então, essa luta coloca em campos opostos concepções e práticas que valorizam a educação por seu impacto na vida privada dos indivíduos e aquelas que a concebem como um "bem comum" e um valor social.

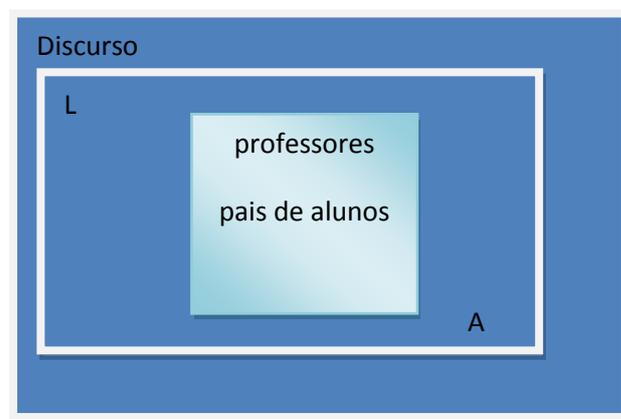
Num país em que a educação escolar foi por séculos privilégio de uma minoria, afirmar seu valor social exige mudança de concepções há muito arraigadas. Um exemplo ilustra esse ponto. Ao ouvir reclamações sobre o "baixo nível" das escolas públicas, pergunto a meus interlocutores o que consideram uma evidência desse fenômeno. A resposta é quase invariável: seus alunos não entram nos cursos mais disputados do ensino superior. Assim, mede-se a qualidade da escola pública pelo seu impacto econômico — ou pela ausência dele — na vida privada dos indivíduos.

É desejável que esses estudantes possam competir em igualdade de condições com os das escolas de elite. O que me espanta é jamais ouvir que a escolarização ampla hoje no Brasil pouco tem contribuído para a melhoria das instituições públicas, para uma cultura de respeito ao bem comum, para que os alunos tenham acesso às linguagens públicas (ciências, artes e saberes) que constituem nossa herança comum.

O ideal da cidadania nasceu com as ideias gregas de isonomia (igualdade face à lei) e isegoria (igualdade no direito à opinião). Fiel a essa tradição, nossa Constituição o vincula ao compromisso com a promoção da igualdade, formal e material. Assim, uma educação para a cidadania só pode ter como objetivo promover a igualdade, e não estabelecer distinções sociais. Se a qualidade de seu produto deve ser mensurada, o melhor parâmetro não é o êxito privado e individual em certas competências, mas a relevância social de sua ação.

O discurso, de autoria de José Sérgio Fonseca de Carvalho, foi extraído da *Revista Nova Escola*, junho/julho de 2003.

O locutor, assimilado ao sujeito empírico José Sérgio Fonseca de Carvalho, constrói, ao longo do discurso, seu ponto de vista, confrontando outras vozes, além da sua, às quais ele, em alguns momentos, se assimila, e algumas às quais ele se opõe. Poderíamos sistematizar os aspectos mais relevantes em relação à estrutura da enunciação neste discurso, por meio do esquema:



O tema central do discurso, como o próprio título anuncia, é a educação e a cidadania. O locutor, entretanto, o introduz construindo um comparativo. Aborda, no primeiro parágrafo, a questão dos jargões educacionais que impregnam a fala dos professores (grupo no qual ele se inclui, como se pode verificar em “nossa fala”), mas não se transformam em práticas pedagógicas. O sentido de jargões, temática por meio do qual o locutor introduz seu discurso, é construído no primeiro parágrafo através da polifonia presente especialmente no enunciado “*Frequentemente caem em desuso sem que as mudanças radicais se transformem em práticas pedagógicas*”.

jargões DC práticas pedagógicas

jargões PT neg-práticas pedagógicas

A negação presente em *sem que* remete a um ponto de vista positivo o qual leva ao entendimento da norma referente ao uso de jargões proposta pelo

locutor: usar jargões deve fazer com que mudanças radicais se transformem em práticas pedagógicas.

No final do parágrafo, o locutor cita um exemplo para explicitar o que afirma em termos mais teóricos (*“A criança constrói seu próprio conhecimento” representou esse tipo de convergência mais retórica do que prática ou conceitual*). Notemos que, nesse caso, o termo jargão é substituído pelo sintagma “esse tipo de convergência mais retórica do que prática ou conceitual”, que amplia seu sentido. Através da polifonia, entendemos que, na visão do locutor a convergência deveria ser mais prática e conceitual do que retórica. São dois os enunciadores convocados:

jargão DC convergência prática e conceitual

jargão PT neg-convergência prática e conceitual

Comparando o que deveria ser um jargão com que ele não é, o locutor introduz uma substituição que poder ser expressa por:

jargão PT neg-convergência prática e conceitual MAS (jargão) convergência retórica

O locutor constrói a realidade, em seu discurso, em relação a esses jargões. O ponto de vista de E1 (jargão DC convergência prática e conceitual) parece demonstrar a sua visão, o que ele apresenta como ideal, enquanto E2 (jargão PT neg-convergência prática e conceitual) representa o que de fato ocorre. Ele apresenta o tema como transgredindo a norma criada, ou seja, negando a convergência prática e conceitual. Essa negação, no entanto, não é total, o uso de “mais” retórica admite que a convergência tenha indícios de algo conceitual e prático, porém menos do que o locutor gostaria.

É no segundo parágrafo que ele introduz, efetivamente, a temática sobre a qual vai tratar ao longo de seu discurso – a educação para a cidadania -, relacionando-a com o tema do parágrafo anterior, os jargões educacionais. Interessante notar que o locutor não inicia seu discurso com o que considera que seja a educação para a cidadania, mas vai construir esse sentido com base naquilo que ela não pode ser. É o que podemos perceber no enunciado

“A expressão “educação para a cidadania” corre hoje o risco de tornar-se mais um desses consensos.”

A expressão “desses consensos” remete às noções anteriormente construídas de “jargões” e “convergência mais retórica do que prática ou conceitual”. O locutor, com a expressão “mais um” afirma que são diversos os consensos, ou seja, de que a expressão em questão será apenas mais uma dentre tantas. Juntamente com “corre o risco”, ele coloca dois pontos de vista, duas opções:

educação para a cidadania DC neg-mais um jargão

educação para a cidadania PT mais um jargão

A escolha lexical revela que a noção de educação para a cidadania como vinculada a mais um jargão é apresentada como algo negativo, que fugiria à norma proposta pelo locutor, o que é expresso justamente pelas expressões “corre o risco” e “mais um desses consensos”. É a palavra consenso que remete aqui à noção de jargão, reconstruindo-a.

No caso de “educação para a cidadania”, o uso de aspas, ao mesmo tempo em que lhe confere destaque, anuncia que a expressão integra outros discursos anteriores ao do locutor. O paralelo entre esse tema e o tratado anteriormente em termo de jargões tem continuidade com o enunciado *“Nesse caso, o risco de esvaziamento de sentido é bem mais grave.”* A polifonia presente na expressão “nesse caso” remete a outros que, na visão do locutor, são menos graves. São dois os enunciadores evocados:

expressões se tornarem consenso DC risco de esvaziamento de sentido é grave (E1)

expressão “educação para a cidadania” tornar-se consenso PT risco de esvaziamento de sentido é bastante grave (E2)

O locutor estabelece com E1 uma relação de concordância e assume o ponto de vista de E2. É esse último sentido que ele pretende dar a entender ao alocutário. Dessa forma, apresenta-se ao alocutário como alguém que se

preocupa com a educação, de modo amplo, e também com a educação para a cidadania, evitando, assim, parecer radical em sua posição.

A diferenciação entre outras perspectivas de educação e a educação para a cidadania vai se tornando mais evidente na sequência do discurso. O enunciado “*O ideal de educação voltada para o cultivo de valores identificados com o exercício da cidadania não é uma simples proposta de renovação didática*”, por sua vez, esclarece o motivo da afirmação feita no anterior, criando a seguinte ideia: *é porque o ideal de cidadania não é uma simples proposta de renovação didática que o risco de esvaziamento de sentido é bem mais grave*. Pela polifonia presente na articulação dos dois enunciados, percebe-se a presença de dois pontos de vista:

outras expressões DC simples proposta de renovação didática

educação para a cidadania PT neg-simples proposta de renovação didática

A expressão “educação para a cidadania” é substituída pelo sintagma “ideal de educação voltada para o cultivo de valores identificados com o exercício da cidadania” que propicia ao locutário uma ampliação do sentido produzido pelo primeiro termo. Assim, o locutor constrói a ideia de que não se trata de uma expressão qualquer, mas de um ideal de educação.

O enunciado seguinte (“*Trata-se de um ideal educativo e de luta que remonta a pensadores como Aristóteles*”.) apresenta uma relação com o anterior que pode ser representada por: **não X MAS Y**. Na verdade, tudo o que o locutor apresenta antes desse enunciado funciona como um modo de esclarecer o que não é a expressão educação para a cidadania, ou seja, de ancorar a perspectiva que ele deseja sustentar. O locutor cria uma oposição entre diferentes perspectivas, o que revela uma das formas de alteridade, a comparação. Em outras palavras, essa relação poder ser expressa pela articulação:

educação para a cidadania PT neg-simples proposta de renovação didática MAS (educação para a cidadania) DC ideal educativo que remonta a pensadores como Aristóteles

O articulador *mas*, implícito entre os dois enunciados, propõe uma retificação ao que o antecede, conforme Vogt (1989). Essa retificação, como podemos perceber, aparece depois de uma proposição negativa e introduz uma determinação que substitui aquela que é negada. A importância da expressão “educação para a cidadania” é destacada pelo locutor por meio da distinção entre “simples proposta de renovação didática” e “ideal educativo e de luta que remonta a pensadores como Aristóteles”. Em outras palavras, sua importância provém do fato de ela não ser uma mera proposta de renovação didática, ou seja, é construída pela diferença, que constitui a noção de alteridade.

Na sequência, o locutor inicia a construção de outra oposição, como vemos no enunciado “*Desde então, essa luta coloca em campos opostos concepções e práticas que valorizam a educação por seu impacto na vida privada dos indivíduos e aquelas que a concebem como um “bem comum” e um valor social.*” A presença de “então” remete à época de Aristóteles, anunciada no enunciado anterior. A expressão “essa luta” resgata “ideal educativo e de luta”, referindo-se à “educação para a cidadania” e é responsável por construir uma diferenciação:

educação DC ênfase na vida privada dos indivíduos

educação DC ênfase no “bem comum” e no valor social.

O locutor constrói a ideia de os dois objetivos serem “possíveis” apesar de integrarem campos opostos. Em outras palavras, as duas normas são possíveis porque o locutor percebe que há um grupo de pessoas que acreditam na primeira e outro grupo que crê na segunda. Dessa forma, ele mostra-se como alguém que não se opõe “brutalmente” às crenças de outros. Vale lembrar que os dois sentidos constituem blocos semânticos distintos, ambos criados pelo locutor nesse discurso, portanto não pertencentes a princípios externos e anteriores a ele.

No terceiro parágrafo, o locutor posiciona-se de forma mais evidente em relação aos dois pontos de vista evocados no final do parágrafo anterior. Com o trecho “*Num país em que a educação escolar foi por séculos privilégio de uma minoria, afirmar seu valor social exige mudança de concepções há muito arraigadas.*”, percebemos que, para ele, vale o segundo. É o que podemos ver no encadeamento:

**educação durante muito tempo como privilégio de minoria DC
afirmar seu valor social exige mudança de velhas concepções.**

O objetivo é, sim, afirmar seu valor social por meio da mudança de concepções. De forma sutil, ele apresenta para o alocutário que a educação para o êxito individual ocorreu no passado e hoje isso precisa ser modificado.

Na sequência, o locutor insere um exemplo que visa confirmar seu ponto de vista. *Ao ouvir reclamações sobre o "baixo nível" das escolas públicas, pergunto a meus interlocutores o que consideram uma evidência desse fenômeno. A resposta é quase invariável: seus alunos não entram nos cursos mais disputados do ensino superior.*

O que percebemos no enunciado é a introdução que o locutor faz para contar o que ele chama de exemplo da necessidade de mudança de antigas concepções. O “baixo nível” das escolas públicas aparece entre aspas, pois remete ao discurso dessas outras pessoas, às quais o locutor refere como interlocutores. O baixo nível é, assim, considerado do ponto de vista de um determinado grupo. O encadeamento que resume o trecho é o seguinte:

**alunos não entram nos cursos mais disputados do ensino superior DC
(evidência) baixo nível das escolas.**

E o locutor conclui: *Assim, mede-se a qualidade da escola pública pelo seu impacto econômico — ou pela ausência dele — na vida privada dos indivíduos.* A relação entre os enunciados pode ser formalizada pelo encadeamento:

evidência do baixo nível da escola pública é o insucesso dos alunos no vestibular DC parâmetro utilizado na avaliação é o impacto na vida privada dos indivíduos.

A presença do adjetivo *privada*, associado à palavra *vida* restringe sua abrangência, orientando o entendimento de que o âmbito social não é considerado por esses interlocutores. Ele especifica o sentido de vida, indicando como deve ser compreendido. Quando lemos o termo *privada*, no contexto no qual está inserido, resgatamos o termo social. As duas ideias são, aqui, confrontadas no discurso do locutor.

O locutor inicia o 4º parágrafo fazendo uma concessão, concordando, em parte com o ponto de vista do enunciado anterior, que é assimilado a outros personagens (pais de alunos, etc.). É o que vemos a partir do enunciado “*É desejável que esses estudantes possam competir em igualdade de condições com os das escolas de elite.*”

A opção pela expressão “é desejável” indica essa concordância e, ao mesmo tempo, revela que essa não é a posição que ele pretende defender, como percebemos na afirmação “*O que me espanta é jamais ouvir que a escolarização ampla hoje no Brasil pouco tem contribuído para a melhoria das instituições públicas, para uma cultura de respeito ao bem comum, para que os alunos tenham acesso às linguagens públicas (ciências, artes e saberes) que constituem nossa herança comum.*”

O enunciado articula-se com o anterior estabelecendo uma ligação do tipo X MAS Y. Assim, temos:

(X) estudantes de escolas públicas poderem competir em igualdade de condições com os das escolas de elite DC isso é bom MAS (Y) jamais ouvir que a escolarização ampla hoje no Brasil pouco tem contribuído para a melhoria das instituições públicas, para uma cultura de respeito ao bem comum, para que os alunos tenham acesso às linguagens públicas DC isso é ruim.

O locutor concorda com o ponto de vista que aparece antes do articulador (o qual está implícito no discurso, mas anunciado pela expressão “o que me espanta”), porém assume o ponto de vista que o segue. Esse é o sentido que ele pretende indicar ao alocutário, o que ele se faz apresentando-se como alguém que compreende outras argumentações, que é sensível a elas e não radicalmente oposto.

No último parágrafo, o locutor contextualiza o surgimento do ideal de cidadania, afirmando sua base na igualdade e apresentando-o como algo que remete a ideias gregas bastante antigas e que pautam e, mais do que isso, podem até mesmo justificar seu entendimento ainda hoje.

ideias gregas de isonomia e isegoria DC ideal de cidadania

ideal de cidadania vinculado à igualdade ontem DC ideal de cidadania vinculado à igualdade hoje

Com o enunciado “*Assim, uma educação para a cidadania só pode ter como objetivo promover a igualdade, e não estabelecer distinções sociais*”, temos uma retomada, em outras palavras, do social e do privado, o que é feito por meio dos termos “igualdade” e “distinções sociais”. Neste momento, o locutor expressa de forma mais clara seu ponto de vista, que é a defesa da educação como vinculada à cidadania. O uso de *assim*, relaciona explicitamente o trecho com o enunciado anterior, ligação que pode ser representada na construção dos encadeamentos:

ideal de cidadania como compromisso com a igualdade ontem e hoje DC educação para a cidadania deve promover a igualdade

ideal de cidadania como compromisso com a igualdade ontem e hoje DC neg-distinção social

E, finalmente, o locutor resume o seu ponto de vista em relação ao assunto com o último enunciado do discurso: “*Se a qualidade de seu produto deve ser mensurada, o melhor parâmetro não é o êxito privado e individual em certas competências, mas a relevância social de sua ação*”.

O uso de “se” expressa a incerteza do locutor em relação à necessidade de a qualidade da educação ser mensurada, revelando a polifonia da seguinte maneira:

qualidade da educação DC mensurada

qualidade da educação PT mensurada (DC neg-mensurada)

São dois blocos semânticos colocados em oposição pelo uso de “se”. Este não marca uma condição, mas evidencia que o locutor não está convencido de que essa é uma necessidade. O ponto de vista de E1 (qualidade da educação DC mensurada) é assimilado a outras pessoas (interlocutores, pais de alunos...) e o de E2 (qualidade da educação DC neg-mensurada) retrata o ponto de vista do locutor.

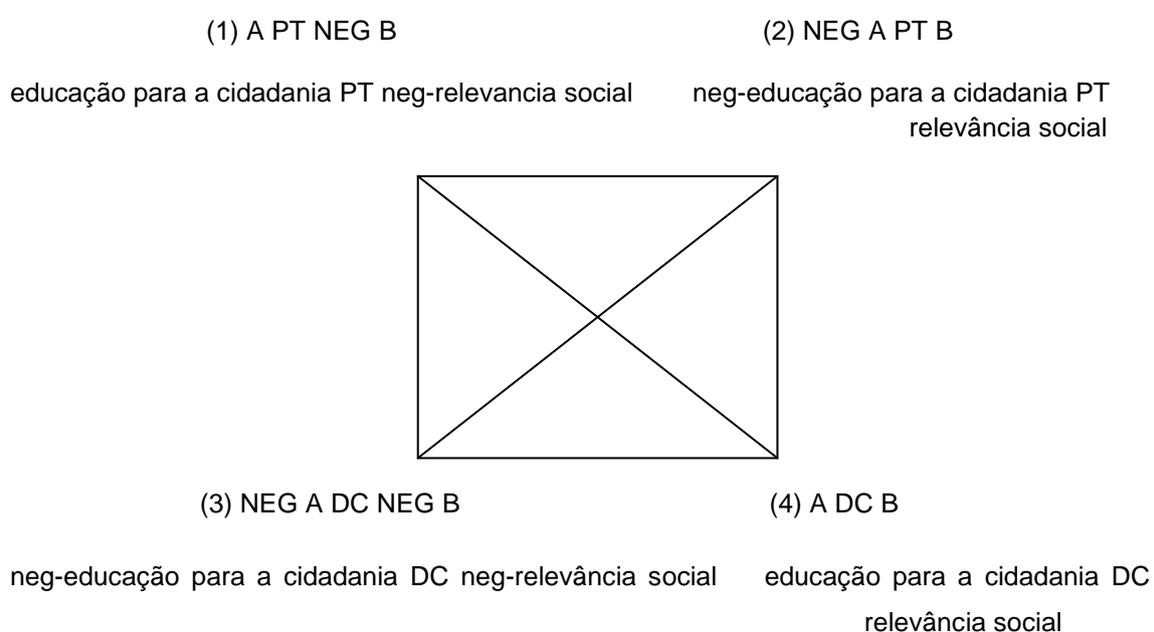
Ele se marca como um locutor que concede espaço a outras vozes, impondo a sua, por meio do confronto com aquelas. No trecho em análise ele faz mais uma concessão, sugerindo que já que alguns consideram importante medir a qualidade, então que seja pelo parâmetro mais adequado, o qual é proposto por ele. O certo, para ele, é que o parâmetro não deve ser o êxito individual, mas a relevância social de sua ação: **medir qualidade DC neg-medir o êxito pessoal MAS (medir qualidade) DC medir sua relevância social.**

Sendo assim, o modo como o locutor entende a educação é vinculada à cidadania, voltada para os valores sociais, para o desenvolvimento do bem comum, em oposição à crença de outras pessoas, como alguns pais de alunos, por exemplo, que o locutor aborda como seus interlocutores. Esse sentido global pode ser formalizado como:

<p>neg-educação para a cidadania DC neg-relevância social MAS educação para a cidadania DC relevância social</p>
--

O locutor não se opõe frontalmente àqueles que acreditam no êxito individual buscado pela educação. Entretanto, mostra que quando vinculada à noção de cidadania a educação deve priorizar o social e o coletivo. Esse sentido é construído pela oposição entre o individual e o social, entre a educação para a cidadania e outro tipo de educação, vinculado a outros valores, talvez. O locutor se apresenta como alguém que dá sua concordância aos interlocutores, considera sua argumentação como válida e importante, mas a partir dessa concessão é que consegue impor seu ponto de vista.

O bloco semântico que pauta esse entendimento pode ser formalizado como segue:



O valor da expressão *educação e cidadania* é construído por oposição ao que ele não é, ou não deveria ser do ponto de vista do locutor. Ao iniciar o discurso remetendo aos jargões, ele começa um comparativo que leva o alocutário a compreender a importância do tema que ele discute como central. Quando introduz a educação para a cidadania, ele já o faz por meio da comparação, como se vê na análise do 2º parágrafo, e é assim que continua sua argumentação ao longo de todo o discurso, essencialmente alteritário.

4.5 ANÁLISE 5

Correspondência

O brasileiro escreveu para seu amigo Fritz, na Alemanha (alemão de anedota sempre se chama Fritz), contando que sua casa tinha sido assaltada, que tinha brigado no supermercado porque não é que os safados aumentaram os preços apesar do congelamento, que por sinal ninguém mais respeita? E que estava em greve de novo, e que o guri tivera um acidente de moto porque abriram um buraco na nossa rua e não botaram nenhuma sinalização e o guri caiu dentro, veja você, e vou reclamar pra quem? Mas o guri estava bem, e a filha continuava procurando emprego, e no outro dia fora a uma festa e acabara sequestrada, uma correria, polícia atrás dando tiro, mas felizmente tudo acabara bem. E ele, como ia?

O Fritz, que morava numa cidadezinha da Baviera, mandou dizer que naquela manhã vira um esquilo no jardim, mas, fora isso, tudo continuava o mesmo.

O brasileiro escreveu para o Fritz, sentido, dizendo, pô, eu escrevo uma carta de quatro laudas contando tudo o que acontece aqui e você manda uma carta de quatro linhas? Também queremos saber da vida de vocês. Não seja preguiçoso. Escreva mais. Aproveitou para contar que a casa tinha sido assaltada de novo, que a mulher recebera uma coronhada na cabeça e que fora difícil encontrar hospital, porque metade está em greve, mas no fim a homeopatia resolvera e tudo, felizmente, acabara bem.

O Fritz respondeu que na verdade não tinha muito o que contar e que, ah sim, a Gerde dera cria, num hospital para bicho aqui perto de casa.

O brasileiro ficou brabo e escreveu que assim não dava, ou o Fritz tomava vergonha e escrevia mais ou ele ia parar com as cartas. E a amizade deles estava perigando.

O Fritz respondeu se desculpando, o fato é que estava preparando uma tese sobre Patologia Social das Economias Subdesenvolvidas para publicação, que aquilo o preocupava e tomava demais o seu tempo, e por isso ele não escrevia muito, mas em absoluto queria perder a amizade do brasileiro, etc, etc.

O brasileiro respondeu, envergonhadíssimo. Puxa, eu fico roubando o seu tempo com a nossa vidinha, atrapalhando um trabalho tão sério com bobagens, e ainda reclamo! Esse negócio de Patologia Social não tem aqui, não. Imagino como deva absorver você. Desculpa, amigo Fritz! E olha, vou ter que interromper porque estão assaltando a casa de novo.

O discurso, de autoria de Luis Fernando Verissimo, apresenta um diálogo, realizado por meio da troca de correspondências, entre “o brasileiro” e

seu amigo Fritz da Alemanha. Há um plano enunciativo referente ao locutor, que reconta os acontecimentos a um alocutário-leitor, e outro, subordinado ao primeiro, que remete ao narrador que apresenta o brasileiro enquanto locutor e o alemão enquanto alocutário, papéis que são reversíveis à medida que cada um é apresentado como responsável pela produção do discurso de suas correspondências.



Neste discurso, analisaremos, inicialmente, as correspondências entre o brasileiro e o alemão, vozes que o locutor insere em seu discurso para construir seu ponto de vista. Esse ponto de vista será focado mais adiante, no fechamento da análise.

Analisaremos este discurso por ordem de parágrafos, já que cada um deles remete a uma correspondência, e, na sequência, todas elas se interrelacionam.

1º parágrafo

O brasileiro escreveu para seu amigo Fritz, na Alemanha (alemão de anedota sempre se chama Fritz), contando que sua casa tinha sido assaltada, que tinha brigado no supermercado porque não é que os safados aumentaram os preços apesar do congelamento, que por sinal ninguém mais respeita? E que estava em greve de novo, e que o guri tivera um acidente de moto porque abriram um buraco na nossa rua e não botaram nenhuma sinalização e o guri caiu dentro, veja você, e vou reclamar pra quem? Mas o guri estava bem, e a filha continuava procurando emprego, e no outro dia fora a uma festa e acabara sequestrada, uma correria, polícia atrás dando tiro, mas felizmente tudo acabara bem. E ele, como ia?

correspondência, o brasileiro discorre sobre inúmeros episódios ocorridos consigo e com sua família. A casa fora assaltada, ele brigara no supermercado, estava em greve de novo, o filho sofrera um acidente e a filha, que continuava desempregada, fora sequestrada. Associando a leitura do trecho com o final do parágrafo, construímos o encadeamento:

casa assaltada, briga no supermercado, greve, acidente com o filho, desemprego e sequestro da filha DC sucessão de acontecimentos negativos

Em alguns trechos do parágrafo, o locutor se marca menos, dando voz ao próprio personagem. É o que percebemos no trecho a seguir:

Fragmento: *(tinha brigado no supermercado) porque não é que os safados aumentaram os preços apesar do congelamento, que por sinal ninguém mais respeita?*

A polifonia presente no trecho nos faz construir os encadeamentos:

congelamento de preços DC neg. aumento de preços

MAS

congelamento de preços PT aumento de preços

O brasileiro constrói o bloco semântico³¹ correspondente a “o congelamento impede o aumento de preços”. Assim, ele dá sua concordância ao enunciador responsável pelo primeiro encadeamento (congelamento de preços DC neg. aumento de preços), mas assume o ponto de vista do encadeamento transgressivo, com o qual o anterior se articula por meio do articulador “mas”.

O encadeamento assumido pelo personagem e anunciado por sua própria voz servirá, na verdade, de suporte para a argumentação que tem a briga no supermercado como aporte. Em outras palavras, o locutor-narrador

³¹ Não construímos todos os quadrados referentes a todos os blocos semânticos, mas apenas aqueles mais relevantes para o sentido global de cada discurso.

“deixa o personagem falar”, aproximando do leitor o motivo que o levou a brigar e apresentando o fato de uma maneira aparentemente mais “real”. Essa análise tem como base o fragmento analisado e, especialmente, o uso do articulador “apesar de”.

aumento de preços DC briga no supermercado

Algo semelhante ocorre em outro trecho do mesmo parágrafo, como observamos abaixo.

Fragmento: *(acidente de moto) porque abriram um buraco na nossa rua e não botaram nenhuma sinalização e o guri caiu dentro, veja você, e vou reclamar pra quem?*

Novamente temos dois enunciadores evocados, cujos encadeamentos são articulados pelo “mas”.

abrir buraco na rua DC botar sinalização (E1)

MAS

abrir buraco na rua PT não botar sinalização (E2)

É mais uma vez por uma transgressão à norma construída pelo locutor-brasileiro no discurso que surgem problemas para ele e sua família. O bloco semântico remete à “obrigatoriedade de sinalizar um buraco na rua”. A negação remete a essa ideia e evidencia, ao mesmo tempo, que a regra não foi cumprida por alguém, o que levou ao acidente com o filho.

buraco na rua sem sinalização DC acidente de moto

O brasileiro dialoga com o amigo e termina o relato do episódio com o questionamento “veja você, e vou reclamar pra quem?”. Dessa forma, ele convoca os enunciadores, responsáveis pelos pontos de vista:

acidente causado por falha na sinalização DC ter com quem reclamar (E1)

acidente causado por falha na sinalização PT neg-ter com quem reclamar (E2)

O locutor-brasileiro concorda com o primeiro ponto de vista, mas assume o segundo. Em outras palavras, ele se questiona sobre quem deveria ser alvo de uma reclamação justamente porque sabe que não há a quem recorrer.

Além disso, levando em conta outras formas de polifonia no parágrafo, percebemos uma continuidade em alguns dos problemas do brasileiro. É o que vemos nos trechos marcados por “de novo” e “continuava”: “*estava em greve de novo*” e a “*filha continuava procurando emprego*”.

greve em t0 DC greve em t1

filha desempregada em t0 DC filha desempregada em t1

Pela leitura desses trechos, percebemos também que ambos os assuntos já haviam sido tema de alguma conversa e /ou correspondência anterior dos dois personagens.

Além disso, vale salientar a visão do brasileiro em relação a alguns fatos que ele relata. Uma sucessão de fatos negativos ocorre, mas no final ele considera que tudo acaba bem. O uso do articulador “mas” sinaliza para essa interpretação. Analisemos o trecho em que ele fala do acidente com o filho, retomando os encadeamentos:

buraco na rua PT neg-sinalização

buraco na rua sem sinalização DC acidente de moto

acidente causado por falha na sinalização PT neg-ter com quem reclamar

Apesar de todos esses fatos negativos, o brasileiro afirma que o “guri estava bem”.

sucessão de fatos negativos DC tudo vai mal MAS (sucessão de fatos negativos) PT tudo acaba bem

Em seguida, o locutor retoma o discurso do brasileiro falando de sua filha e dos problemas ocorridos com ela: “e no outro dia fora a uma festa e acabara sequestrada, uma correria, polícia atrás dando tiro...”. A partir do trecho, podemos construir os encadeamentos:

ir a uma festa DC divertir-se MAS ir a uma festa PT ser sequestrada

sequestro da filha DC tiros da polícia

No entanto, do ponto de vista do brasileiro, tudo acaba bem. Assim, há um paralelismo com a articulação dos segmentos discutida anteriormente, o que retoma o encadeamento:

sucessão de fatos negativos DC tudo vai mal MAS (sucessão de fatos negativos) PT tudo acaba bem

2º parágrafo

O Fritz, que morava numa cidadezinha da Baviera, mandou dizer que naquela manhã vira um esquilo no jardim, mas, fora isso, tudo continuava o mesmo.

No segundo parágrafo, o narrador insere o conteúdo da correspondência do alemão. A disposição do discurso, que tem em cada parágrafo o relato de uma carta, lembra a estrutura de um diálogo. O alemão, de acordo com o locutor-narrador, não responde diretamente ao brasileiro, mas “manda dizer”, o que sugere que alguém intermedeia a “conversa” entre ele e o brasileiro.

O conteúdo da carta do alemão, assim como nos é apresentada pelo narrador, pode ser formalizado pelo encadeamento:

ver um esquilo no jardim DC acontecimento incomum

Como vemos, comparando à correspondência do brasileiro, o alemão nos é apresentado pelo locutor como alguém que tem bem pouco a contar.

3º parágrafo

O brasileiro escreveu para o Fritz, sentido, dizendo, pô, eu escrevo uma carta de quatro laudas contando tudo o que acontece aqui e você manda uma carta de quatro linhas? Também queremos saber da vida de vocês. Não seja preguiçoso. Escreva mais. Aproveitou para contar que a casa tinha sido assaltada de novo, que a mulher recebera uma coronhada na cabeça e que fora difícil encontrar hospital, porque metade está em greve, mas no fim a homeopatia resolvera e tudo, felizmente, acabara bem.

No terceiro parágrafo, o narrador relata outra correspondência do brasileiro, que se diz “sentido” com a pequena carta recebida. A reclamação do brasileiro com o amigo acaba se misturando com o discurso do narrador que aparenta destacar a voz do brasileiro. Tudo isso sem marcas explícitas (e convencionais)³², mas com marcas de oralidade.

A argumentação do brasileiro na referida carta, pode ser formalizada do seguinte modo:

contar tudo o que acontece em sua vida DC escrever carta de quatro laudas

Essa argumentação se relaciona com outra, como vemos:

escrever carta de quatro laudas DC receber carta de quatro laudas

MAS

escrever carta de quatro laudas PT receber carta de quatro linhas

O alemão é visto pelo brasileiro como alguém que não escreve muito por não querer contar tudo que acontece em sua vida.

Nesse trecho, novamente o locutor-narrador dá voz ao brasileiro que explica o fato de estar sentido.

receber carta de quatro linhas DC ficar sentido

³² Não aprofundaremos aqui a discussão sobre formas de inserção do discurso do outro, algo importante, mas foco principal de diversos outros trabalhos.

O brasileiro diz que contou tudo que acontece em sua vida, e também quer saber da vida do alemão e de sua família. Pela polifonia presente no trecho, construímos o encadeamento:

neg-contar tudo o que acontece em sua vida DC escrever carta de quatro linhas

Com a afirmação “Não seja preguiçoso. Escreva mais”, o brasileiro cria a imagem do alemão como alguém que tem preguiça para escrever e, ao mesmo tempo, que escrever mais equivale a não ser preguiçoso.

escrever carta de quatro linhas DC ser preguiçoso

escrever carta com mais de quatro linhas DC neg-ser preguiçoso

No final do parágrafo, o locutor-narrador retoma sua voz e passa a relatar o discurso do brasileiro novamente. É o que temos em “aproveitou para contar que a casa tinha sido assaltada...”.

casa assaltada, mulher ferida com coronhada, dificuldade de encontrar hospital DC sucessão de acontecimentos **incomuns**

O suporte do encadeamento, ou seja, aquele que explica a causa de não terem encontrado hospital aparece mais uma vez com a voz do próprio personagem “porque metade está em greve”, atribuindo mais verossimilhança a história.

receber uma coronhada DC procurar hospital

procurar hospital DC encontrar MAS procurar hospital PT neg. encontrar

metade dos hospitais em greve DC neg-encontrar hospital

O locutor-narrador relata, no fim do parágrafo, o ponto de vista do brasileiro sobre os fatos ocorridos, retomando outra argumentação construída anteriormente, pois apesar de todas as complicações, “a homeopatia resolvera

tudo e tudo acabara bem”. A orientação argumentativa que leva a entender que tudo vai mal é invertida mais uma vez, o que é assinalado pelo articulador “mas”, que está expresso no discurso.

sucessão de fatos negativos DC tudo vai mal MAS (sucessão de fatos negativos) PT tudo acaba bem

4º parágrafo

O Fritz respondeu que na verdade não tinha muito o que contar e que, ah sim, a Gerde dera cria, num hospital para bicho aqui perto de casa.

Novamente, a carta do alemão é bastante sucinta. Ele justifica suas correspondências bastante breves, argumentando que não tem muito o que contar e apresenta apenas um acontecimento que provavelmente valeria ser escrito.

bicho dar cria DC acontecimento incomum

um acontecimento incomum DC pouco para contar

5º parágrafo

O brasileiro ficou brabo e escreveu que assim não dava, ou o Fritz tomava vergonha e escrevia mais ou ele ia parar com as cartas. E a amizade deles estava perigando.

No quinto parágrafo, vemos que o brasileiro se mostra incomodado com o fato de o alemão continuar escrevendo pouco e ameaça parar com as cartas, sentido esse que pode ser representado pela relação entre os segmentos no encadeamento:

alemão escrever pouco DC brasileiro parar com cartas e acabar amizade

6º parágrafo

O brasileiro respondeu, envergonhadíssimo. Puxa, eu fico roubando o seu tempo com a nossa vidinha, atrapalhando um trabalho tão sério com bobagens, e ainda reclamo! Esse negócio de Patologia Social não tem aqui, não. Imagino como deva absorver você. Desculpa, amigo Fritz! E olha, vou ter que interromper porque estão assaltando a casa de novo.

O último parágrafo do discurso parece evidenciar o porquê do percurso realizado nos parágrafos anteriores pelo locutor-narrador. É com base em tudo o que foi mencionado antes que podemos construir seu sentido.

O brasileiro, constrangido, mostra compreender por que o alemão não escreve mais e por isso se desculpa com ele. É o que podemos representar com os encadeamentos:

preparar tese sobre patologia social das economias subdesenvolvidas DC ter pouco tempo para escrever

escrever pouco DC perder amizade MAS escrever pouco (por escrever tese) PT não perder amizade

Em seu relato, o brasileiro, que se diz envergonhado, elenca os motivos ordenando-os de modo a chegar naquele considerado, por ele, como mais forte – roubar o tempo do alemão com sua vidinha, atrapalhar um trabalho sério com bobagens e ainda reclamar. Há uma gradação anunciada pela ordem dos elementos e, especialmente, pelo uso de “ainda”.

roubar tempo com vidinha, atrapalhar trabalho sério e reclamar DC ficar envergonhado

O locutor-brasileiro nomeia “vidinha” e “bobagens” o conteúdo de suas cartas e o contrapõe ao que ele considera “trabalho sério”, referindo-se à tese do alemão sobre patologia social. Além disso, afirma que “esse negócio” não tem no Brasil e mostra-se compreensivo diante da argumentação do outro de que o trabalho lhe toma muito tempo.

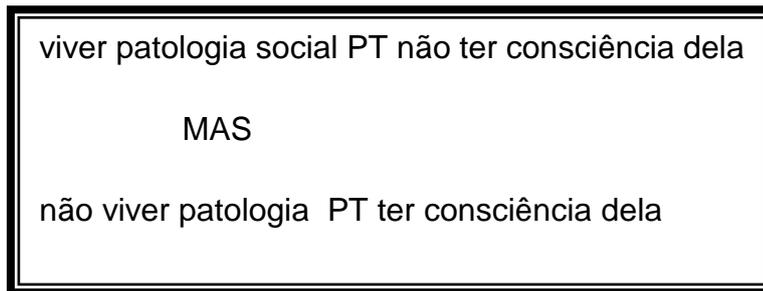
A visão do brasileiro em relação à sua vida e à do alemão é construída de modo a apresentá-lo como um indivíduo ingênuo, que não tem consciência do que ocorre a ambos. A vida do alemão é mais importante, pois ele estuda o tema das patologias sociais das economias subdesenvolvidas, o que o brasileiro demonstra não conhecer. Entretanto, o leitor pode perceber, no discurso, uma ironia que aí se apresenta em função da confrontação entre a vida no Brasil, apresentada pelo próprio brasileiro em suas cartas, e o tema estudado pelo amigo.

estudar patologia social DC importante

neg-estudar patologia social DC neg-importante

Sendo assim, podemos perceber, por meio dessa última correspondência, essa ironia que não é de responsabilidade do brasileiro, mas sim do locutor-narrador que constrói ao longo do discurso uma visão do brasileiro e do alemão. O ponto de vista absurdo é assimilado ao brasileiro que percebe sua vida como algo sem importância e a do alemão como muito importante por tratar de um tema como patologia social, algo que não existiria no Brasil. O encadeamento **neg-estudar patologia social DC neg-importante** poderia nos fazer pensar que não estudar poderia estar vinculado a viver patologia social, o que o brasileiro consideraria como sem importância.

Nesse sentido, é que o discurso evidencia complexidade em termos enunciativos e, portanto, em termos de construção de sentidos. Há o ângulo de vista do brasileiro, tal como nos é apresentado pelo narrador, que vive uma sucessão de problemas (por isso tem sempre muito a contar em suas cartas) e, mesmo assim, considera que tudo sempre acaba bem. Há a perspectiva do alemão, que tem uma vida pacata (tem sempre pouco a contar) e escreve sua tese sobre patologias sociais das economias subdesenvolvidas. Esses dois ângulos de vista opostos estão a serviço do narrador e de sua perspectiva acerca do tema de seu discurso. Essa oposição que ele cria é responsável pela ironia final e pelo confronto entre viver a patologia social, no caso do brasileiro, e não viver esses problemas, mas estudá-los. Em outras palavras, temos uma relação entre:



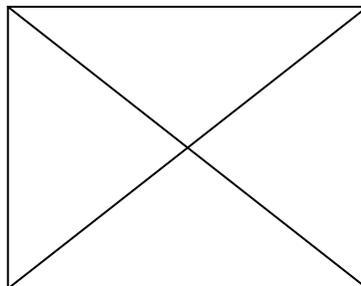
Os dois aspectos pertencem ao mesmo bloco semântico e mantêm entre si uma relação de reciprocidade, ou seja, em que suporte e aporte são negados, mantendo-se o conector. O humor criado pelo discurso parte dessa oposição que compara a vida pacata do alemão com a vida agitada do brasileiro enquanto dois personagens. O primeiro, que não vive problemas que podem ser mencionados como patologia social tem consciência de tal problema e, com o segundo ocorre o inverso.

(1) A PT NEG B

(2) NEG A PT B

viver patologia social PT neg-ter consciência

neg-ter viver patologia social PT ter consciência



(3) NEG A DC NEG B

(4) A DC B

neg-viver patologia social DC neg-ter consciência

viver patologia social DC ter consciência

Se nos referimos a tais personagens como representantes de um país desenvolvido e de outro subdesenvolvido, já extrapolaríamos, talvez, o tênue limite entre a compreensão possível a partir do que o discurso oferece e a criação de um novo discurso. Da mesma forma, embora o discurso pareça sugerir, não podemos atestar que a vida do brasileiro é objeto de estudos do alemão.

Vale assinalar também que o próprio quadro resumo do sentido do discurso apresentado logo acima se encontra nesse limite, pois não poderíamos atribuí-lo aos objetivos do escritor, sujeito empírico, Luis Fernando Verissimo, no caso. O que podemos dizer é que o locutor, enquanto ser discursivo, apresenta seu discurso de modo a nos levar a essa compreensão.

4.6 ANÁLISE 6

A incapacidade de ser verdadeiro

(ANDRADE, Carlos Drummond de. *A incapacidade de ser verdadeiro*. In: SARMENTO, Leila.

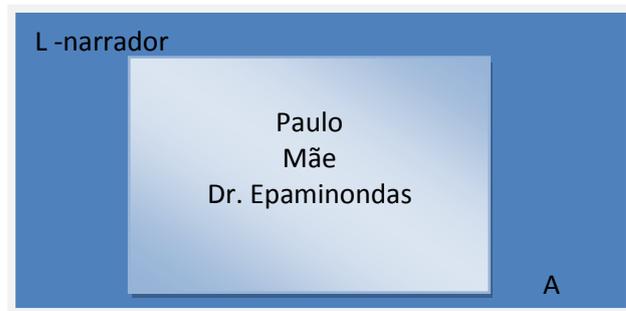
Português: leitura, produção, gramática. São Paulo: Editora Moderna, 2006.)

Paulo tinha fama de mentiroso. Um dia chegou em casa dizendo que vira no campo dois dragões-da-independência cuspiendo fogo e lendo fotonovelas. A mãe botou-o de castigo, mas na semana seguinte ele veio contando que caíra no pátio da escola um pedaço de Lua, todo cheio de buraquinhos, feito queijo, e ele provou e tinha gosto de queijo. Desta vez Paulo não só ficou sem sobremesa como foi proibido de jogar futebol durante quinze dias. Quando o menino voltou falando que todas as borboletas da Terra passaram pela chácara de Siá Elpídia e queriam formar um tapete voador para transportá-lo ao sétimo céu, a mãe decidiu levá-lo ao médico. Após o exame, o Dr. Epaminondas abanou a cabeça: - Não há nada a fazer, dona Coló. Este menino é mesmo um caso de poesia.

O discurso *A incapacidade de ser verdadeiro* foi, inicialmente, analisado à luz da ANL, pela pesquisadora Paula Dreyer Ortmann, em sua dissertação de mestrado³³, trabalho no qual a autora se propunha a investigar discursos narrativos a fim de explicitar a estruturação da sequência narrativa. No contexto de nosso trabalho, ele assume outra perspectiva. Buscamos, com base na análise de Ortmann (2010), revisitá-lo com vistas a encontrar, como inerente à constituição de discursos, o papel da alteridade, pelo jogo entre diferentes vozes discursivas.

³³ Trabalho intitulado *Por um estudo argumentativo da narrativa* (2010).

Em termos enunciativos, podemos afirmar que o sujeito empírico Carlos Drummond de Andrade, que não é foco de análise, põe em cena um locutor-narrador, que conta, para o alocutário, leitor, a história dos personagens, cujos discursos são relatados: o menino Paulo, sua mãe e o dr. Epaminondas.



O menino Paulo é apresentado, logo de início, pelo locutor-narrador como alguém que tem fama de mentiroso. O ângulo de vista que revela essa visão é assimilado à sua mãe. Ela percebe o fato de Paulo contar-lhe histórias com muita fantasia como criação de mentiras, ou seja, relaciona argumentativamente inventar histórias e mentir. Esse ponto de vista pode ser expresso como:

inventar histórias DC mentir

Essa visão que a mãe tem do comportamento do filho desencadeia, conforme nos é apresentado no discurso, as punições que ela impõe ao filho. Esse entendimento pode ser formalizado com as argumentações:

mentir DC ser punido e mentir pela segunda vez DC ser punido com mais severidade

Com relação a esses encadeamentos, é possível observarmos um paralelo entre seus suportes e aportes que revela uma modificação em termos de potencial argumentativo. A repetição da mentira é vinculada a uma maior severidade das punições. Assim, temos um bloco semântico que relaciona mentira e punição.

Ao mesmo tempo, percebemos que, juntamente com o bloco anterior, é criada a noção de que a punição por parte da mãe, em sua perspectiva, é capaz de resolver o problema apresentado pelo filho.

punir DC mudar o comportamento do filho

Apesar das punições sofridas, o discurso evidencia que Paulo continua a inventar histórias, o que na concepção da mãe remete a novas mentiras. Esse seu comportamento que transgride a norma proposta pela mãe, explicitada com o encadeamento anterior. Assim, temos a introdução do aspecto converso ao anterior:

punir PT neg-mudar o comportamento do filho

Essa sequência de mentiras, punições e novas mentiras repete-se até que a mãe opta por buscar outra alternativa para modificar o comportamento de Paulo. Dona Coló leva, então, o filho ao médico.

neg-mudar o comportamento do filho DC buscar outra alternativa

Ao examinar o menino, o médico faz seu diagnóstico e afirma “Não há nada a fazer”. Dessa forma, nega ponto de vista assimilado à mãe e que remete à formalização:

inventar histórias DC ser punido

inventar histórias PT neg-ser punido

Essa constatação deve-se ao fato de a mãe pautar suas atitudes no bloco semântico **inventar histórias DC mentir**. Já a perspectiva do dr. Epaminondas, leva-nos a uma formalização que mantém o suporte da argumentação, mas nega o aporte: **inventar histórias PT neg-mentir**. O locutor-médico assume o aspecto converso ao assumido pelo locutor-D. Coló. Dessa forma ele introduz um novo aporte, que acaba por construir uma nova relação de sentido, um novo bloco:

inventar histórias DC fazer poesia

A partir dessa argumentação, o doutor explicita o porquê de não haver uma solução para as atitudes de Paulo. O médico apresenta uma argumentação que substitui a interpretação realizada pela mãe (mentira) e propõe que para casos de poesia não há solução.

Nesse discurso fica evidenciada a possibilidade de haver perspectivas distintas acerca do mesmo fato, da mesma realidade. Enquanto a mãe percebe a atitude do filho como algo que deve ser corrigido, o médico percebe sua atitude como algo que não seja necessário modificar. No primeiro caso, inventar histórias assume uma conotação negativa, o que não aparece no segundo. Por outro lado, é possível afirmar que esse segundo sentido (o de fazer poesia) só é bem compreendido neste discurso por oposição ao primeiro (mentir). O desenrolar do discurso só é possível por essa oposição entre as duas perspectivas distintas.

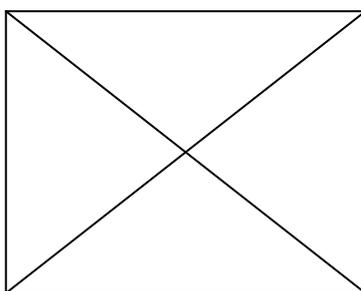
Os locutores assumem aspectos diferentes do bloco semântico que relaciona inventar histórias ao seu resultado. De acordo com a mãe, temos que inventar histórias deve levar a um resultado ruim (castigo, punição). Essa relação discursiva construída entre *inventar histórias* e *obter resultado ruim* pode ser formalizada no quadrado argumentativo abaixo:

(1) A PT NEG B

(2) NEG A PT B

inventar histórias PT neg-ter resultado ruim

neg-inventar histórias PT ter resultado ruim



(3) NEG A DC NEG B

(4) A DC B

neg-inventar histórias DC neg-ter resultado ruim

inventar histórias DC ter resultado ruim

Os quatro aspectos descrevem sentidos com nuances diferentes. O aspecto 1 (**inventar histórias DC obter resultado ruim**) corresponde à perspectiva da mentira, assimilada à mãe do menino, que percebe o inventar histórias como algo que conduz a danos. Já o aspecto 4 (**inventar histórias PT neg-obter resultado ruim**) descreve o sentido proposto pelo dr. Epaminondas e que substitui mentiras por poesia. O aspecto 2 (**neg-inventar histórias DC neg-obter resultado ruim**) permanece como uma possibilidade de argumentação e acaba por reafirmar o aspecto 1, enquanto o aspecto 3 (**neg-inventar histórias PT obter resultado ruim**), corresponde a não mentir, mas, mesmo assim, obter resultado negativo, o que no discurso em questão não haveria como ser sustentado, já que negaria a própria base na qual é ancorada a produção de sentidos.

O locutor, por meio das vozes que põe em confronto, encontra o modo de desenvolver sua narrativa. O sentido desta é produzido pela oposição proposta entre a perspectiva da mãe de Paulo e a do médico que examina. Em termos de estrutura da narrativa³⁴, foco central da análise de Ortmann (2010), poderíamos dizer que o desequilíbrio e o retorno ao equilíbrio se dão por esse jogo entre diferentes discursos.

³⁴ Análise que não é nosso objetivo neste trabalho.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Iniciamos essa discussão das análises, pautadas especialmente no viés da alteridade pela relação entre vozes discursivas, retomando as questões as quais nos propusemos responder por meio deste estudo. São elas:

- Como a alteridade produz sentidos no discurso?
- Como e com que função o locutor convoca outras vozes para integrar o seu discurso?
- Em que medida outras vozes convocadas pelo locutor para integrar o seu discurso se relacionam com o ponto de vista que ele assume?

Buscando essas respostas e pretendendo facilitar o trabalho do leitor, dividiremos nossa discussão em alguns tópicos. Vale lembrar que discutiremos os resultados alcançados pela análise do nosso corpus, comparando a organização argumentativa dos discursos no sentido de enxergar semelhanças e distinções entre eles.

5.1 O ENCONTRO COM A ALTERIDADE NO DISCURSO

Neste estudo, buscamos tratar de uma das formas de alteridade no discurso, a relação entre diferentes vozes que o locutor põe em cena para argumentar. Fundamentados nos conceitos da ANL, em sua terceira forma, a TBS, em que os autores analisam a argumentação como conjunto de encadeamentos constituídos de dois segmentos interdependentes, analisamos seis discursos, buscando perceber como diferentes vozes, entendidas como pontos de perspectiva, colaboram na construção de sentidos.

Em todos os discursos pudemos observar sua estruturação com base no confronto entre vozes discursivas, que se fizeram notar pela análise da polifonia, especialmente. Esse jogo entre pontos de vista permitiu-nos a

percepção do movimento argumentativo e, assim, da construção das argumentações que dão conta do sentido de cada discurso.

Diversos pesquisadores³⁵ que tiveram como propósito estudar o discurso pela ANL percorreram esse caminho bem antes de o trilharmos e chegaram a conclusões importantes. Dois deles, a saber, Azevedo (2003) e Freitas (2006)³⁶ se propuseram inclusive a construir uma metodologia de análise de discursos com base nessa abordagem teórica. Com trabalhos distintos, evidenciando que a ANL fornece um aparato que possibilita a descrição de entidades linguísticas de nível complexo, como o texto e o discurso, ambos chegaram a considerações fundamentais para trabalhos que seriam realizados posteriormente. Uma delas, dita de forma bastante simplificada, é que o valor semântico dos discursos pode ser descrito por meio de blocos semânticos.

De modo geral, podemos afirmar que na síntese da argumentação de cada discurso analisado em nosso trabalho, chegamos à construção do bloco que lhe confere sentido. Entretanto, ao olhar para o tema a partir da noção de alteridade, partindo do pressuposto de que ela é constitutiva da linguagem, observamos que os discursos do corpus poderiam ser representados não apenas pelo bloco semântico, mas por uma sucessão de encadeamentos que refletem o confronto entre as vozes que o integram. Em outras palavras, para construir o seu ponto de vista no discurso, o locutor recorre a outros tantos, especialmente aos que ele se opõe.

Nesse sentido, a alteridade começa a se mostrar de forma mais evidente na constituição de todo o discurso. Ela, inicialmente, possibilita a existência da língua, pois ao colocá-la em uso, há um locutor que deseja interagir com o

³⁵ Para citar alguns trabalhos:

BARBISAN, Leci Borges. A construção da argumentação no texto. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 135-147, set, 2002.

DELANOY, Cláudio Primo. **Uma definição de leitura pela Teoria dos Blocos Semânticos**. 2008. 96 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ORTMANN, Paula Dreyer. **Por um estudo argumentativo da narrativa**. 2010. 98 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

RÓRIG, Cristina. **A leitura em língua inglesa pela teoria da argumentação na língua**. 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

³⁶ Seria bastante difícil e também pouco prudente tentar resumir dois trabalhos de tamanha importância em tão poucas palavras. Ambos são importantes fontes de consulta. Ver referências.

outro. Essa relação corresponde às noções de subjetividade e de intersubjetividade na linguagem, por meio das quais temos que alguém diz “eu” diferenciando-se de um “tu”; um se constitui pelo outro. Partindo desse sentido, o valor proposto por Saussure pode ser encontrado em todos os níveis de análise linguística – da palavra ao discurso.

Em uma palavra, a troca de um fonema por outro produz oposição entre sentidos (/fala/,/bala/), já explicava Saussure ([1916] 2000) em termos fonológicos. No enunciado, visto como uso da língua, a combinação de diferentes palavras interrelacionadas, provenientes da escolha lexical feita pelo locutor, produz sentidos particulares. No caso do discurso, além dessa relação sintagmática fundamental, encontramos outra relação, a qual poderíamos assumir o risco de vincular também ao eixo do paradigma – aquela que relaciona diferentes discursos que estão explícitos no discurso ou que são por ele evocados.

Nesse contexto então, além de estar presente na constituição do signo, internamente no sistema da língua, e na sua relação exterior com outros signos, a alteridade permeia toda a linguagem. Pela enunciação, anunciada por Saussure e desenvolvida por Benveniste, temos a relação entre o sistema e o uso da língua, entre significação e sentido, entre frase e enunciado, entre texto e discurso. Por outro lado, internamente ao discurso, decorrente da enunciação, temos a relação entre palavras, enunciados e discursos.

Essa remissão a outros discursos, que é nosso centro de interesse, proposta por Bakhtin, especialmente pelo dialogismo, e vista por Authier-Revuz como a heterogeneidade constitutiva, teria muitas formas que mereceriam ser investigadas. Acreditamos que uma delas é a partir da argumentação. De que o discurso é por natureza polifônico, já tínhamos muitas evidências, mas o modo como essa confrontação de vozes colabora para a argumentação ainda precisava ser desvelado (ou, ao menos, começar a sê-lo).

Nos diferentes discursos analisados, percebemos que a argumentação do locutor (aquele com estatuto mais abrangente e que insere outras vozes em seu discurso) é pautada na construção de dois encadeamentos, que remetem a

outros locutores e/ou enunciadores. Esses dois encadeamentos são ligados por um articulador do tipo *mas* que é, vale lembrar, um constructo teórico, percebido pelo analista da linguagem na descrição semântica. De modo bem amplo, podemos dizer que seu papel, segundo Ducrot (2009), é o de ligar argumentações, comparando-as.

Ducrot (2009), no prefácio ao livro de Carlos Vogt já afirmava que tudo na língua é comparação, ou, pelo menos muita coisa – “muito mais do que se pensa atualmente”. Partículas como o *mas*, entre outras, serviriam para realizar comparações implícitas, terminando sempre por confrontar dois dados, por colocá-los na balança, seja fazendo uma concessão, seja expressando uma compensação, etc. Em nosso trabalho, podemos perceber que essa comparação também se estende à constituição do discurso como um todo, que apresenta, de uma ou outra forma, um confronto entre vozes distintas.

Para que possamos retomar essas argumentações baseadas na relação entre dois pontos de vista mais facilmente, reproduzimos suas relações no quadro que segue:

Discurso	Especificação	Argumentação
Discurso 1	publicidade sopa Sadia	neg-ser sopa de qualidade DC neg-ser sopa Sadia MAS ser sopa de qualidade DC ser sopa Sadia
Discurso 2	tira Calvin	neg-ser mais criança DC neg-andar na cacunda MAS ser criança DC andar na cacunda
Discurso 3	Não vale o que está escrito, de Clóvis Rossi	prometer DC cumprir MAS prometer PT neg-cumprir
Discurso 4	Educação para a cidadania, de José Clóvis	neg-educação para a cidadania DC neg-relevância social

	de Azevedo	MAS educação para a cidadania DC relevância social
Discurso 5	Correspondência, de Luis Fernando Verissimo	neg-viver patologia social PT ter consciência da patologia social MAS viver patologia social PT neg-ter consciência da patologia social
Discurso 6	A incapacidade de ser verdadeiro, de Carlos Drummond de Andrade	inventar histórias DC mentir MAS inventar histórias PT neg-mentir

5.2 A RELAÇÃO ENTRE ASPECTOS DO MESMO BLOCO SEMÂNTICO

Primeiramente, abordaremos o conjunto de encadeamentos evocados na construção do sentido de cada discurso, agrupando-os segundo o tipo de relação que mantiveram entre si: o de reciprocidade e o de conversão. Tratemos então dos quatro discursos pautados no primeiro: **a publicidade da sopa Sadia, a tira de Calvin, Educação e cidadania e Correspondência.**

A **publicidade da sopa Sadia** enfoca a existência de sopas que não são da marca, ressaltando sua falta de qualidade. O locutor propõe ao alocutário essa possibilidade por meio do enunciado “*Se você enxergar o fundo do prato, a sopa não é Sadia.*” Dessa forma, produz a norma que conduz ao entendimento de que a sopa da marca Sadia não permite ver o fundo do prato por sua consistência, seu conteúdo e, portanto, sua qualidade. O discurso que remete a sopas de outras marcas expressa o aspecto **neg-A DC neg-B**, enquanto o que caracteriza, do ponto de vista do vendedor do produto, a qualidade da sopa Sadia, expressa **A DC B**. Como o suporte é negado, a

norma proposta pelo locutor é negar também o aporte, o que equivale a dizer que a qualidade está vinculada apenas à marca Sadia. O locutor poderia ter optado por ressaltar diretamente essa qualidade, mas pela comparação consegue mostrar que é o consumidor que deve fazer a opção correta, já que existem outras marcas no mercado.

A relação de reciprocidade é a mesma na tira que mostra o diálogo entre Calvin e seu pai. Nessa análise, entretanto, intervém outra questão importante – a temporal. Tal como na análise anterior, a argumentação que Calvin deseja impor ao pai, no momento da enunciação, remete ao aspecto **A DC B** (ser criança DC andar na cacunda), mas ele o faz por meio da assimilação ao pai do discurso hipotético futuro que corresponde ao aspecto recíproco **neg-A DC neg-B** (neg-ser criança DC neg-andar na cacunda). O locutor Calvin, desse modo, apresenta-se como alguém que compreende a postura do pai, mas o faz mudar de ideia por meio do apontamento da possibilidade de eles não poderem brincar mais no futuro, ou seja, que constitui sua forma de argumentar. O fato de Calvin vir a deixar de ser criança no futuro, convoca o pai a brincar com ele enquanto ele ainda é criança.

No discurso **Educação e cidadania**, o locutor constrói sua visão acerca do tema comparando-o a outros temas e a outros discursos. Ele atribui valor ao conceito a partir de sua comparação com o que não é a educação para a cidadania, e sim uma educação para o êxito individual. Sua forma de argumentar apresenta-o como alguém que aceita outras opiniões, dialoga com elas, faz concessões. Entretanto, esse é o meio pelo qual ele consegue impor destaque à posição que defende. Neste caso, ele apresenta-se como concordando que possa existir algum tipo de educação que não considere a relevância social de suas ações (**neg-A DC neg-B**), mas em se tratando de uma educação voltada para a cidadania isso não é admissível, o que pode ser expresso pelo aspecto (**A DC B**).

Nesses três casos, percebemos que a argumentação leva a uma noção de opção, que chega a ser, até mesmo, categórica. Em outras palavras, há

uma oposição baseada entre dois aspectos, que podemos explicitar como algo do tipo: **é X**, ou então, **é exatamente o contrário de X**.

é X	é o oposto de X
sopa de qualidade	sopa sem qualidade
possibilidade de brincadeira	impossibilidade de brincadeira
ser educação para a cidadania	não ser educação para a cidadania

Na publicidade, o consumidor tem como escolher entre uma sopa de qualidade em comparação a outras que não o são. Na tira, o pai de Calvin (alocutário¹) resolve brincar com o filho no presente justamente por não poder mais brincar com ele no futuro. No discurso Educação para a cidadania, o leitor se depara com o que deve ser uma educação para a cidadania em confronto com modelos que dão conta apenas do plano individual. Dessa forma, o locutor não abre a possibilidade de um novo bloco, que substitua os anteriores e, ao mesmo tempo, não permite que seja evocado outro encadeamento do mesmo bloco em sua argumentação. Exemplificamos: para vender a sopa Sadia, o anunciante não poderia apresentá-la como um alimento sem qualidade, mas mesmo assim, associado à marca Sadia (**neg-A PT B**) e nem mesmo apresentar outra sopa (que não a Sadia) que tivesse qualidade (**A PT neg-Sadia**). Essa observação é válida para os outros dois discursos, com suas adequações.

No caso do discurso 5, **Correspondência**, o locutor leva o alocutário a conhecer o brasileiro e o alemão também por meio da comparação entre a vida dos dois que é, desta vez, apresentada pelo relato do conteúdo de suas cartas. São dois locutores (brasileiro e o alemão) inseridos no discurso do locutor 1 (narrador), o qual parece ter outro status. Este dá existência aos outros dois, fazendo-os falar e é a partir disso que constrói sua argumentação. O brasileiro é mostrado como alguém com uma vida agitada, repleta de problemas e que,

apesar disso, considera que vai tudo bem. Já do alemão temos a imagem de uma pessoa com a vida pacata, tranquila. Através dessa comparação, o locutor chega ao ponto mais importante que é a ironia, possível de ser criada com base nos relatos das correspondências. O brasileiro, que nos é apresentado pelo locutor como alguém que vive em meio a uma patologia social, mas não tem consciência de sua condição **(A PT neg-B)**. Já seu amigo alemão não vive tais problemas (provavelmente é isso que o locutor 1 deseja mostrar), mas os estuda **(Neg-A PT B)**, algo que na visão do brasileiro é importante. A ironia, em sua própria constituição, contém a alteridade: opõe a voz do L1 e a do brasileiro, a quem ele atribui sua responsabilidade.

Os aspectos expressos por este discurso são também recíprocos, mas sua relação aparenta ser de outra ordem. Aqui, temos uma maior proximidade em relação aos demais encadeamentos que compõem o bloco, provavelmente por se tratar de dois modos de transgressão à norma por ele proposta. Não se pode transgredir algo, sem ter proposto anteriormente uma norma. Assim, a ironia final convoca a norma **(A DC B, neg-A DC neg-B)** para produzir seus efeitos.

Os demais discursos **(Não vale o que está escrito e A incapacidade de ser verdadeiro)** têm sua argumentação baseada também no confronto, entre diferentes vozes, mas elas opõem aspectos conversos do mesmo bloco semântico.

No primeiro, temos a construção de uma oposição entre o discurso relatado do presidente no momento de sua posse e do que o locutor chama de fatos quatro anos depois. Apesar da aparente neutralidade e objetividade do discurso, os dois são, do ponto de vista enunciativo e argumentativo adotado neste trabalho, de responsabilidade do locutor-jornalista. O que ele apresenta são fragmentos do discurso do presidente, extraídos do todo, e a sua visão da realidade, o modo como ele deseja apresentar os fatos. Ao discurso do presidente, visto como uma promessa para o futuro, ele atribui o aspecto **(A DC B)**, correspondente a prometer, portanto cumprir, e aos fatos, vistos como passado, o aspecto **(A PT neg-B)**, equivalente a prometer, no entanto não

cumprir. Os compromissos assumidos pelo presidente eram mostrados como algo que deveria ser honrado, mas passam a ser apresentados como promessas que não foram cumpridas. Essa compreensão poderia até levar o locutário a uma interpretação negativa do presidente, visto como alguém que não cumpre o que fala. Esse entendimento parece secundário aqui, já que a posição defendida pelo locutor é o cumprimento do que é prometido. No discurso em questão, bem como em todos os outros analisados, uma questão se repete: há um locutor que dá voz a outros locutores e enunciadores e fala, apresenta seu ângulo de vista, por meio deles.

Em **A incapacidade de ser verdadeiro**, o sentido é construído pelo confronto entre o ponto de vista da mãe sobre seu filho e o do médico que o examina. A mãe o vê como alguém que inventa histórias, portanto, mente (**A DC B**). Devido a isso cria a norma de que ele deve ser punido. Como o menino é punido diversas vezes e não tem seu comportamento modificado, a mãe procura outra solução, levando-o ao médico. Este, por sua vez, argumenta que não há solução já que o menino é um caso de poesia. Assim, ele mostra-se concordando com inventar histórias, mas nega a idéia de mentira, (**A PT neg-B**), introduzindo um novo bloco, um novo sentido.

Nesses dois casos de relação de conversão, temos a negação do aporte da argumentação e a mudança do conector, o que Carel e Ducrot (2005) afirmam ter uma estreita relação com a negação. Ao negar que o presidente tenha cumprido suas promessas, o locutor substitui a imagem de um presidente confiável pela de um enganador. Ao negar que o menino conta mentiras, o locutor (médico) pode construir outra visão sobre ele, a de um poeta. Em outras palavras, essa forma de relação, que optamos por expressar pelo confronto entre **é X** e **não é X, mas Y** pode levar à criação de um novo bloco semântico. É o que representamos no quadro abaixo:

é X	não é X MAS Y
cumprimento de promessa	não cumprimento de promessa mas

	descumprimento
menino mentiroso	menino não mentiroso mas poeta

Nesses casos, não só se nega o que é proposto por uma das vozes, como nos casos recíprocos, mas é introduzida uma nova visão, um novo sentido para o tema do discurso. Essas relações entre os encadeamentos permitem-nos refletir sobre o papel do articulador “mas”. Nestes dois casos ele liga duas proposições em que a primeira é negada a fim de introduzir uma nova perspectiva, o que nos remeteria ao seu uso como retificador, já discutido por Vogt (1989).³⁷

São três os tipos de relações entre aspectos de um bloco semântico – a conversão, a reciprocidade e a transposição. Em nossa análise, não encontramos nenhuma relação de transposição na composição da estrutura correspondente à síntese argumentativa, o que não nos permite afirmar que essa relação não pode ser encontrada. A questão é algo que merece, a nosso ver, continuar a ser pensada mais adiante, com o prosseguimento das análises.

5.3 ALGUMAS FORMAS DE INTRODUÇÃO DO DISCURSO DO OUTRO

Não era nosso objetivo fazer um levantamento exaustivo das formas pelas quais os locutores convocam outras vozes para compor seus discursos, até porque o número de discursos analisados neste estudo é bastante reduzido. Entretanto, elas são parte importante do entendimento das relações entre vozes e sua colaboração com a construção de sentido.

³⁷ A importância desse articulador ainda tem muito a ser discutida, apesar de muitos trabalhos terem desenvolvido essa temática. Há questões importantes a esse respeito e que merecem reflexão, tais como a diferença proposta por Ducrot entre o mas articulador (com funções de retificação e de concessão) e o conector (PT). Não teria o conector também papel semelhante ao da concessão? No uso da língua portuguesa essa distinção é realizada como? Estudos que busquem essas respostas podem render diversos e importantes trabalhos.

Como as análises evidenciaram, as formas de apresentar os diferentes discursos (produzidos, hipotéticos, evocados, criados...) mostraram-se bastante variadas nos discursos analisados. O confronto entre uma sopa de qualidade e aquelas que não são de qualidade foi introduzido no primeiro discurso com o enunciado hipotético, compreendido assim, pelo uso da conjunção condicional “se”, juntamente com a negação em “Se você enxergar o fundo do prato, a sopa não é Sadia”. A polifonia aparece opondo um ponto de vista negativo e outro positivo, ambos em relação constroem uma visão da sopa Sadia, ou seja, confrontam o que ela não é com o que ela é.

Em dois discursos foi evidente a importância da questão do tempo. Na tira em que o menino Calvin cria uma passagem de tempo que é hipotética e nela ancora suas argumentações, atribuídas ao pai que, por meio da negação em “não ser mais criança, portanto não andar mais na cacunda”, apresenta o aspecto positivo que lhe é converso (ser criança, portanto poder andar). Aqui, o menino assimila ao pai o discurso negativo no futuro, o que faz com que ele assuma o ponto de vista positivo no presente. No caso do discurso Não vale o que está escrito, o locutor confronta um discurso com ações projetadas para o futuro assimilado a um personagem (o presidente) e outro “discurso” acerca do mesmo tema, porém visto como passado, o que é assimilado à outra voz, a dos “fatos”. A mudança real ou hipotética do tempo permite e até mesmo auxilia a construção de pontos de vista distintos. Além do papel do tempo, neste discurso, temos também apresentação do discurso citado que é rebatido com uma visão dos fatos posta em paralelo em relação ao tema, mas ancorada num momento posterior. A impressão de distanciamento em relação ao discurso e aos fatos torna difícil sustentar outra argumentação que contrarie esse sentido, tal como “o presidente não prometeu”, ou “os fatos não são esses”.

Na narrativa (**A incapacidade de ser verdadeiro**) encontramos algo semelhante, até certo ponto, ao que ocorre no discurso **Correspondência**. As vozes aparecem por meio de diálogos entre personagens fictícios. No segundo caso, porém, o locutor-narrador parece ter maior importância para a argumentação, algo que é perceptível pela ironia criada no último parágrafo e que constrói o sentido do discurso como um todo.

5.4 POR UMA SEMÂNTICA SINTAGMÁTICA E TAMBÉM PARADIGMÁTICA

A alteridade constitui a linguagem, sua natureza e sua razão de ser. Nas análises realizadas percebemos que ela está na essência, não apenas da relação entre locutor e alocutário, mas também no modo como o locutor constrói o tema (o ele) de seu discurso.

A Semântica Linguística trata das relações sintagmáticas produzidas no enunciado por meio da análise das relações entre palavras, entre enunciados, (encadeamentos argumentativos). A interdependência entre duas expressões (palavras, enunciados...), no eixo das combinações, é uma das formas pelas quais a alteridade integra a linguagem, tendo em vista que se baseia em seu mais importante fundamento: uma expressão se significa por meio de outra.

Na análise de discursos pelo olhar da alteridade, que ancora a teoria, percebemos relações que parecem poder ser vinculadas a outro eixo, o do paradigma. Além das relações entre elementos na linearidade do discurso, observamos a importância das relações entre elementos que estão virtualmente dispostos e que podem, ou não, ser convocados para integrar a constituição do sentido. Por meio do estudo da polifonia, deparamo-nos com vozes diferentes da do locutor, que são convocadas para compor sua argumentação. Na análise dessas vozes no âmbito do discurso, percebemos que elas são fundamentais, pois é através delas que conhecemos o tema do discurso.

Compreendendo a alteridade como um modo de entender o eu a partir do outro (único meio, no nosso modo de ver), vemos o sentido como oriundo da relação entre diferentes perspectivas que são ao mesmo tempo constituídas pela semelhança e, principalmente, pela diferença. Ao buscarmos uma imagem que desse conta de tamanha complexidade, recorreremos ao importante conceito de signo vazio, proposto por Benveniste. Por ele, temos que existem palavras na língua que possuem um espaço vazio e que só adquirem sentido no uso, como é o caso dos dêiticos (eu, aqui...). Em menor ou maior grau, todas as palavras da língua talvez possuam um vazio para que possam ser colocadas

em relação com outras³⁸, para que possam ter seu sentido modificado. Assim, menino, por exemplo, tanto pode ser relacionado a mentiroso, quanto a poeta, dependendo da perspectiva do locutor, produzindo sentidos diferentes. Há um vazio semântico em “menino” que possibilita essas e outras combinações. Da mesma forma, o “ele”, tema de discursos, admite um vazio para que tenha seu sentido produzido. A alteridade, no que tange às diferentes vozes que compõem o discurso, atua neste espaço da diferença entre X e Y e, ao mesmo tempo, dos traços que ambos possuem em comum para que possam ser comparados e ter seus sentidos produzidos. Em outros termos, **X é o que Y não é**. As diferenças os constituem, mas ambos só podem ser associados por possuírem alguma semelhança.

A polifonia, interligando vozes, provavelmente no eixo das associações, faz aparecer o caráter constitutivo da alteridade de que falava Ducrot, porque trazendo a expressão do outro, é que o eu se expressa.

Essa noção de alteridade tão complexa e importante perpassa toda a história da linguagem – de Platão, a Saussure e a Benveniste e Ducrot.

³⁸ Afirmação sempre presente nas falas da professora Dr. Leci Borges Barbisan que compreendia a alteridade antes mesmo de se debruçar sobre o tema.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um trabalho de pesquisa, especialmente no âmbito qualitativo, dificilmente pode ser visto como concluído. Apesar da obviedade dessa afirmação, ela é uma conclusão fundamental, tendo em vista que o que se apresenta por meio de um estudo é um objeto tal como ele é percebido pela perspectiva teórica adotada e pelo percurso realizado até então pelos pesquisadores. Assim, terminamos, neste momento, uma etapa que possivelmente levará a outras tantas que merecem ser realizadas. Isso porque, ao olharmos para trás, temos consciência de que o que resta são mais perguntas do que propriamente respostas.

Esse estudo teve início na constatação, cada vez mais significativa, da importância da noção de relação no estudo do discurso e também no trabalho de ensino-aprendizagem da linguagem nas escolas. A partir daí, fomos delimitando a ampla temática já que não poderíamos dar conta de todas as diferentes formas de alteridade que constituem a linguagem. Optamos, então, por analisar as formas de relação entre os discursos (do locutor e de outros locutores e enunciadore) e sua contribuição para a construção da argumentação.

Constatando, a partir do olhar de Ducrot, que as relações na linguagem estão ancoradas na perspectiva da alteridade, desde Saussure e Benveniste, tivemos como objetivo central deste estudo a compreensão deste conceito no discurso, visto como articulação entre a língua, enquanto sistema, e seu uso. Em uma perspectiva argumentativa, Oswald Ducrot propõe uma semântica linguística e sintagmática, que dê conta da descrição do sentido no discurso.

Assim sendo, desenvolvemos, a partir dos princípios ducrotianos, uma análise da alteridade no discurso, priorizando as diversas vozes que o locutor evoca para construir o seu ponto de vista. Vimos, ao longo da discussão teórica realizada, que a alteridade está subjacente às relações entre língua e fala,

frase e enunciado, significação e sentido, texto e discurso, que se constituem mutuamente. Ao ser posta no eixo do sintagma por um locutor, a língua se converte em fala, e o sentido desta só é conhecido pela confrontação, de um lado, do enunciado com sua enunciação, e, de outro, da relação entre os diferentes segmentos que o constituem.

Creemos que a alteridade em termos de relações sintagmáticas demonstra-se claramente na teoria, o que nos propomos a evidenciar aqui, especialmente nos capítulos teóricos. O que pôde ser visto é que a alteridade é uma base também para o entendimento das relações paradigmáticas no discurso. Os encadeamentos colocados em confronto pelas diferentes vozes na constituição de cada discurso levariam a uma análise também do eixo do paradigma. Essa é uma das hipóteses possíveis a partir deste estudo e que precisa ser fruto de mais reflexões.

Parece claro que a noção de alteridade está na essência e na constituição da linguagem. Ela pode ser analisada sob vários ângulos relacionados. Aquele que é o principal foco de nosso trabalho é o da relação entre vozes que o locutor convoca para construir, juntamente com a sua, o sentido que deseja impor ao seu discurso. Para tanto, partimos das noções de polifonia, encadeamento e bloco semântico.

Com este trabalho, percebemos que a alteridade está no fundamento da própria existência da linguagem. Como dizia Saussure ([1916] 2000), não haveria possibilidade de língua se não houvesse a necessidade da fala; também não teríamos a linguagem se não fosse pelo outro que nos constitui e que nos ajuda a reconhecer quem somos. A visão sistêmica do mundo e da vida, tão estudada atualmente, aparece também como o cerne da linguagem, elemento vivo e extremamente rico.

É nesse sentido que consideramos a pertinência deste estudo de temática antiga e profundamente atual, a qual possibilita reler aspectos da história da própria linguagem e entender o papel de Saussure no quadro de desenvolvimento dos estudos semânticos. A complexidade do tema e sua abrangência não nos permitiram visualizar muitos de seus aspectos. Tivemos

que fazer um pequeno recorte para que uma direção pudesse ser mostrada, apontando caminhos para novas pesquisas. O estudo das relações entre os aspectos que integram o bloco semântico, os diferentes papéis de *portanto*, de *no entanto*, e de *mas*, interligando e comparando argumentações, a construção das retomadas no discurso, a imagem que o locutor faz do alocutário... Todos esses trabalhos podem ser desenvolvidos sob o olhar da alteridade.

Esse aprofundamento do assunto em várias perspectivas dentro da linguagem merece ser realizado por revelar nuances essenciais da natureza da linguagem, que é atravessada – toda ela – pela alteridade. Algumas considerações importantes acerca do sentido argumentativo, no entanto, podem ser realizadas até aqui. Uma delas diz respeito à importância do conceito de enunciação no âmbito da ANL, o qual vem sendo amplamente estudado por Marion Carel e Oswald Ducrot hoje. Vinculada a esta consideração, temos a noção de relação entre diferentes vozes como parte fundamental do sentido do discurso. Essa afirmação já constava nos textos teóricos, porém, pensamos poder ter evidenciado como ela ocorre de fato em discursos, colaborando para a construção do ponto de vista do locutor e produzindo uma síntese da argumentação que ele propõe.

Creemos que, ao buscarmos entender a alteridade na linguagem, tal como o menino que recorreu ao pai para olhar o mar, acabamos por compreender um pouco melhor também a própria vida. Ambas, linguagem e vida, estão intimamente ligadas. A linguagem ensina a perceber o outro, valorizá-lo, na sua diferença e, a partir disso, nos permite ver melhor a nós mesmos. A vida, por sua vez, nos ensina a importância e a beleza da linguagem.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade um estudo enunciativo do sentido**. Rev. Trad. Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

AZEVEDO, Tânia Maris de. **Semântica Argumentativa: uma possibilidade para a descrição do sentido do discurso**. 2003. 135 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem** (1929). Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1992 a.

_____. Os gêneros do discurso (1952/1953). In: **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1992 b.

BARBISAN, Leci Borges. A construção da argumentação no texto. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 135-147, set, 2002.

_____; GRAEFF, Telisa Furlanetto. et.al. Perspectivas discursivo-enunciativas de abordagem do texto. In: BENTES, Anna Christina; LEITE, Marli Quadros (Orgs.) **Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010, p.171, 224.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

_____. **Problemas de linguística geral I**. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BINGEMER, Maria Clara. Documento eletrônico sem título. Disponível em: <http://alainet.org/active/9816&lang=es>.

BOUQUET, Simon. **Introdução à leitura de Saussure**. Trad. Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lucia Franco. São Paulo: Cultrix, 1997.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Trad. Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

CAREL, Marion. L'argumentation dans lê discours: argumenter n'est pas justifier. **Letras de Hoje**. v.32, n.1, p.23 -40, mar.1997.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. **La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos**. Tradução: María Marta Negroni e Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005.

_____. Atualização da polifonia. In: **Desenredo**. v.6, n.1, p.9-21, jan./jun. 2010.

DELANOY, Cláudio Primo. **Uma definição de leitura pela Teoria dos Blocos Semânticos**. 2008. 96 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**. Tradução de Álvaro Cabral. Revisão técnica de Márcia Mansor D'Alessio. Bauru, SP: EDUSC, 2007. 2v. v2 : 72-75.

DUCROT, Oswald. **Estruturalismo e Linguística**. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1971.

_____. Enunciação. In **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

_____. Estruturalismo, Enunciação e Semântica. In: **O dizer e o dito**. Tradução: Eduardo Guimarães. Campinas. SP: Pontes, 1987.

_____. A descrição semântica em linguística. In: **O dizer e o dito**. Tradução: Eduardo Guimarães. Campinas. SP: Pontes, 1987.

_____. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: **O dizer e o dito**. Tradução: Eduardo Guimarães. Campinas. SP: Pontes, 1987.

_____. **Polifonía y argumentación**. Cali: Universidad del Valle, 1990.

_____. Sentido y argumentación. In: ARNOUX, Elvira N.; NEGRONI, María Marta García. **Homenaje a Oswald Ducrot**. Buenos Aires: Eudelba, 2004.

_____. La sémantique argumentative peut-elle se réclamer de Saussure? In: **Nouveaux regards sur Saussure**, Genève, Librairie Droz S.A., 2006.

_____. Prefácio. In: VOGT, Carlos. **O intervalo semântico: Contribuição para uma teoria semântica argumentativa**. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

_____ ; SCHAEFFER, Jean-Marie. **Nuevo diccionario enciclopédico de las ciencias del lenguaje**. Madrid: Arrecife Producciones, 1998.

_____ ; CAREL, Marion. **Descrição argumentativa e descrição polifônica : o caso da negação**. In : Letras de Hoje, v.43, n1, jan./mar. 2008, p. 7-18.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. et al. **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FREITAS, Ernani César de. **A Teoria da Argumentação na Língua: blocos semânticos e a descrição do sentido no discurso**. 2006. 235f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NORMAND, Claudine. Le CLG: Una théorie de la signification? In: **La quadrature du sens: questions de linguistes**. Presses Universitaires de France, 1990.

_____. **Convite à linguística**. Trad. Cristina Campos Velho Birk. Valdir do Nascimento Flores e Leci Borges Barbisan (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2009.

ORTMANN, Paula Dreyer. **Por um estudo argumentativo da narrativa**. 2010. 98 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

PELIZZOLI, Marcelo Luiz. **Levinas: a reconstrução da subjetividade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

RÖRIG, Cristina. **A leitura em língua inglesa pela teoria da argumentação na língua**. 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Org. Charles Bally e Albert Secheaye. São Paulo: Cultrix, 2000.

_____. **Écrits de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 2002 (a).

_____. **Escritos de Linguística Geral**. Org. Simon Bouquet e Rudolf Engler. Trad. Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lucia Franco. São Paulo: Cultrix, 2002 (b).

VOGT, Carlos. De magis a mas: uma hipótese semântica. In: **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo: Hucitec, 1989.

CURRICULUM LATTES

Joseline Tatiana Both

Doutoranda em Letras (Linguística), na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Linha de pesquisa Texto, Enunciação e Discurso: teorias e aplicação. Mestre em Letras (Linguística Aplicada), março de 2007. Graduada em Letras/Espanhol pela Universidade de Santa Cruz do Sul, março de 2004. Professora de Língua Portuguesa do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul- Campus V. Aires). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: texto, discurso, argumentação, ensino.

(Texto informado pelo autor)

Última atualização em 20/03/2011

Endereço para acessar este CV:
<http://lattes.cnpq.br/2678438215398909>

Dados Pessoais

Nome Joseline Tatiana Both
Nome em citações bibliográficas BOTH, J. T.
Sexo feminino
Filiação Olívio Breno Both e Julita Both
Nascimento 13/07/1978 - Venâncio Aires/RS - Brasil

Endereço residencial Rua Henrique Vilanova, 1831
 Cidade Alta - Venancio Aires
 95800-000, RS - Brasil
 Telefone: 51 37410903
 URL da home page: jositboth@gmail.com

Endereço profissional Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
 Avenida Ipiranga, 6681
 Partenon - Porto Alegre
 90619-900, RS - Brasil
 Telefone: 51 33203676

Endereço eletrônico e-mail para contato : jositboth@gmail.com
 e-mail alternativo : bparte@masbnet.com.br

Formação Acadêmica/Titulação

- 2007** Doutorado em Linguística e Letras.
 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, Brasil
 Título: Por uma abordagem enunciativa da leitura na escola
 Orientador: Leci Borges Barbisan
 Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- 2005 - 2007** Mestrado em Linguística e Letras.
 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, Brasil
 Título: Por uma abordagem enunciativa da leitura no livro didático, Ano de obtenção:

2007

Orientador: Leci Borges Barbisan 
 Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
 Áreas do conhecimento : Linguística

1997 - 2004 Graduação em Letras/Espanhol.
 Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, Santa Cruz Do Sul, Brasil

Formação complementar

- 2007 - 2007** Curso de curta duração em Gêneros de discurso/Textos como objetos de ensino.
 Universidade Católica de Pelotas, UCPEL, Pelotas, Brasil
- 2005 - 2005** Extensão universitária em Subsídios Linguísticos p/ form. de Prof. de Letras.
 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, Brasil
- 2004 - 2004** Curso de curta duração em A Teoria e a Prática no Cotidiano Escolar.
 6ª Coordenadoria Regional de Educação, 6ª CRE, Brasil
- 2003 - 2003** Curso de curta duração em Formação Pedagógica.
 6ª Coordenadoria Regional de Educação, COORDENADORIA, Brasil
- 2002 - 2002** Curso de curta duração em Formação Pedagógica.
 6ª Coordenadoria Regional de Educação, COORDENADORIA, Brasil
- 2001 - 2001** Curso de curta duração em Formação Continuada.
 6ª Coordenadoria Regional de Educação, COORDENADORIA, Brasil
- 1999 - 1999** Curso de curta duração em Língua Portuguesa.
 Secretaria Municipal de Educação, SME, Brasil

Atuação profissional

1. Instituto Federal Sul-Rio-Grandense - IFSUL

Vínculo institucional

2010 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: professora LP , Carga horária: 40, Regime: Dedicção Exclusiva

2. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Vínculo institucional

- 2007 - Atual** Vínculo: bolsista , Enquadramento funcional: bolsista , Carga horária: 40, Regime: Dedicção Exclusiva
- 2005 - 2007** Vínculo: bolsista , Enquadramento funcional: Bolsista , Carga horária: 40, Regime: Dedicção Exclusiva

Atividades

03/2007 - Atual Projetos de pesquisa, Programa de Pós-Graduação em Letras

*Participação em projetos:
 Subsídios teóricos sobre texto e ensino*

03/2006 - 12/2006 Projetos de pesquisa, Faculdade de Letras, Programa de Pós Graduação Em Letras

*Participação em projetos:
 O papel argumentativo da adjetivação no discurso*

03/2006 - Atual Pesquisa e Desenvolvimento, Faculdade de Letras, Programa de Pós Graduação Em Letras

Linhas de Pesquisa:

Texto, Enunciação e Discurso: Teorias e Aplicação

3. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS

Vínculo institucional

2010 - 2010 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: professora LP e LE , Carga horária: 40, Regime: Dedicção Exclusiva

4. Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

Vínculo institucional

2007 - 2007 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: professor, Regime: Parcial
Outras informações:
Curso de Redação para Vestibular

2007 - 2007 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: professor, Regime: Parcial
Outras informações:
Curso de Português instrumental

2007 - 2007 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: professor, Regime: Parcial
Outras informações:
Curso de Português Instrumental

2004 - 2004 Vínculo: professor (curso) , Enquadramento funcional: professor , Carga horária: 12, Regime: Parcial

Atividades

07/2007 - 07/2007 Graduação, Português Instrumental

Disciplinas Ministradas:

Português Instrumental

07/2007 - 11/2007 Ensino médio

Especificação:

Redação para vestibular

08/2004 - 10/2004 Outro

Especificação:

Língua Portuguesa para estrangeiros

5. Escola Estadual de Educação Básica Cônego Albino Juchem - EEEBCAJ

Vínculo institucional

2007 - 2007 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: professor , Carga horária: 40, Regime: Integral

2004 - 2005 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: professor , Carga horária: 40, Regime: Integral

Atividades**1997 - 03/2005** Ensino fundamental*Especificação:
Língua Portuguesa***6. Escola Estadual de Ensino Fundamental Brígida o Nascimento - EEEFBN****Vínculo
institucional****1997 - 2004** Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professor de séries iniciais e finais , Carga horária: 40, Regime: Integral**Linhas de pesquisa**

Texto, Enunciação e Discurso: Teorias e Aplicação

1. Objetivos: Estudo de diferentes teorias do texto e do discurso, com vistas a aplicações.

Projetos**2007 - Atual** Subsídios teóricos sobre texto e ensino

Situação: Em Andamento Natureza: Pesquisa
 Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico (4); Doutorado (2);
 Integrantes: Joseline Tatiana Both; Leci Borges Barbisan (Responsável); Rejane Flor Machado; Cláudio Primo Delanoy; Cristina Rörig; Noemi Luciane dos Santos
 Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-
 CNPq

2006 - Atual O papel argumentativo da adjetivação no discurso

Descrição: Considerando que, por meio desta pesquisa, buscaremos analisar a argumentação produzida pela adjetivação em histórias em quadrinhos e tiras, seguiremos os conceitos teóricos da Teoria dos Blocos Semânticos, centrada na Semântica Argumentativa. Para o desenvolvimento do trabalho, é necessário explicitarmos noções de gênero textual, histórias em quadrinhos, tiras, argumentação e adjetivação.

Situação: Em Andamento Natureza: Pesquisa
 Alunos envolvidos: Graduação (0); Especialização (0); Mestrado acadêmico (0);
 Mestrado profissionalizante (0); Doutorado (0);
 Integrantes: Joseline Tatiana Both; Leci Borges Barbisan (Responsável)
 Financiador(es):

Revisor de periódico**1. Revel -****Vínculo****2009 - Atual** Regime: Parcial
Outras informações:
parecerista ad hoc**Áreas de atuação**

1. Língua Portuguesa
2. Educação

Idiomas

Inglês Compreende Bem , Fala Pouco, Escreve Pouco, Lê Razoavelmente

Espanhol Compreende Bem , Fala Bem, Escreve Bem, Lê Bem

Francês Compreende Razoavelmente , Lê Razoavelmente

Produção em C, T& A

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

- 1 RORIG, C., BOTH, J. T.
 - . Propostas de trabalho com textos em livros didáticos: uma abordagem enunciativa. Revista Virtual de Estudos da Linguagem. , v.9, p.316 - 330, 2011.
Palavras-chave: Língua, Texto, Ensino, enunciação
Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Meio digital, Home page:
[http://www.revel.inf.br/site2007/_pdf/20/artigos/revel_16_propostas_de_trabalho_com_textos_em_livros_didaticos.pdf]
- 2 BOTH, J. T., RORIG, C.
 - . Resenha de : A socioconstrução do texto escrito: uma perspectiva logitudinal.. Revista Virtual de Estudos da Linguagem. , v.7, p.1 - 8, 2009.
Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Meio digital, Home page:
[http://www.revel.inf.br/site2007/_pdf/15/resenhas/revel_13_resenha_de_a_socioconstrucao_do_texto_escrito.pdf]
- 3 BOTH, J. T.
 - . A construção de sentidos na produção escrita de crianças. Letrônica. , v.1, p.114 - 132, 2008.
Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Meio digital, Home page:
[<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica>]
- 4 BOTH, J. T.
 - . Por uma abordagem enunciativa da leitura no Ensino Fundamental: o livro didático. Letras de Hoje. , v.43, p.57 - 62, 2008.
Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Impresso, Home page:
[<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale>]
- 5 ★ BOTH, J. T., RAMOS, F. B.
 - . Histórias de leitura: a leitura de professoras da região do Vale do Rio Pardo. Signos (Lajeado). , v.1, p.53 - 66, 2006.
Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Impresso

Capítulos de livros publicados

1. RORIG, C., BOTH, J. T.
 - Um olhar enunciativo sobre textos de livros didáticos In: Teorias de linguagem e práticas de sala de aula ed.Porto Alegre : Editora Uniritter, 2010, p. 109-122.
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital

Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)

1. ★ BOTH, J. T., ANDERSEN, Elenice Maria Larroza, Rocha, V.S.
 - O Estudo da Adjativação pelos Livros Didáticos e pela Teoria da Argumentação na Língua In: VII Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul, 2006, Pelotas.
Anais do VII Celsul. Pelotas: UFPel, 2006.
Palavras-chave: Livros Didáticos, Teoria da Argumentação, Língua
Áreas do conhecimento : Linguística
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários
De 18 a 20/10

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo)

1. BOTH, J. T.
Propostas de trabalho com textos de livros didáticos: uma análise enunciativa In: IV Colóquio Nacional Leitura e Cognição., 2009, Santa Cruz do Sul.
IV Colóquio Nacional Leitura e Cognição. IPR, 2009. p.48 - 48
Referências adicionais : Brasil/Português.
2. BOTH, J. T.
Texto e gramática - algumas reflexões In: II Seminário Integrado Nacional das Linguagens, 2009, Porto Alegre.
II Seminário Integrado Nacional das Linguagens- Linguagens: manifestação do social/ Caderno de resumos. , 2009. p.43 - 44
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
3. BOTH, J. T.
A leitura no livro didático de Ensino Fundamental - uma abordagem argumentativa In: XV ALFAL, 2008, Montevideo.
XV Alfal. , 2008. p.237 - 237
Referências adicionais : Uruguai/Português. Meio de divulgação: Impresso
4. BOTH, J. T.
A construção do sentido do texto pela linguagem- algumas reflexões para o ensino In: V SENALE (Seminário Nacional sobre linguagem e ensino), 2007, Pelotas.
Teorias linguísticas e ensino: possibilidades e limites. Pelotas: Educat, 2007. p.146 - 146
Palavras-chave: Leitura, argumentação, Ensino
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
5. BOTH, J. T., Rocha, V.S., RYPL, M.
Por um avizão argumentativa da linguagem In: VII Econtro do Celsul, 2006, Pelotas.
VII Econtro do Celsul. , 2006.
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
6. ★ BOTH, J. T., RAMOS, F. B.
Práticas de Leitura: a leitura de professoras da região do Vale do Rio Pardo In: X Seminário de Iniciação Científica e IX Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2004, Santa Cruz do Sul.
X Seminário de Iniciação Científica. , 2004.
Palavras-chave: história, Leitura, professora
Áreas do conhecimento : Letras,História,Literatura Brasileira
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital
7. ★ BOTH, J. T., RAMOS, F. B.
Práticas de Leitura: a leitura de professoras da região do Vale do rio Pardo In: 14 Congresso de Leitura do Brasil, 2003, Campinas.
Que tristes são as coisas consideradas sem ênfase. Campinas: ALB, 2003.
Palavras-chave: história, Leitura, professora
Áreas do conhecimento : Letras,Literatura Brasileira,História
Setores de atividade : Educação
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo expandido)

1. BOTH, J. T.
O texto como construção de sentidos - reflexões para o ensino In: III Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação da PUCRS, 2008, Porto Alegre.
III Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação da PUCRS. , 2008.
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital, Home page:
[<http://www.pucrs.br/edipucrs/online/IIImostra/Letras/62990%20-%20JOSELINE%20TATIANA%20BOTH.pdf>]
2. BOTH, J. T., BARBISAN, Leci Borges
O texto como construção de sentidos- reflexões para o ensino In: III Mostra de Pesquisa Da Pós Graduação da PUCRS, 2008, Porto Alegre.
III Mostra de Pesquisa Da Pós Graduação da PUCRS. , 2008.
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital

Apresentação de Trabalho

1. BOTH, J. T., RORIG, C.
Redações escolares: uma compreensão enunciativa do sentido, 2010.
(Comunicação, Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Brasil/Português; Local: UCPEL; Cidade: Pelotas; Evento: VI SENALE; Inst.promotora/financiadora: UCPEL
2. BOTH, J. T.
Redações escolares: uma compreensão enunciativa do sentido, 2010.
(Comunicação, Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso; Local: UCPEL; Cidade: Pelotas; Evento: VI SENALE; Inst.promotora/financiadora: UCPEL
3. BOTH, J. T.
A produção de sentidos no gênero redação: implicações para o ensino, 2009.
(Comunicação, Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Brasil/Português; Local: UCS; Cidade: Caxias do Sul; Evento: V Simpósio Internacional de estudos de Gêneros Textuais - V SIGET; Inst.promotora/financiadora: Centro de Ciências Humanas e Pró-Reitoria de Extensão - UCS
4. BOTH, J. T.
Aquisição da argumentação: aspectos do movimento argumentativo no discurso infantil, 2009. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Brasil/Português; Local: PUCRS; Cidade: Porto Alegre; Evento: II Colóquio de Linguística e Literatura; Inst.promotora/financiadora: FALE- PUCRS
5. BOTH, J. T.
O que é texto e discurso?, 2009. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Brasil/Português; Local: PUCRS; Cidade: Porto Alegre; Evento: O que é?; Inst.promotora/financiadora: FALE - PUCRS
6. BOTH, J. T.
Preparando-se em línguas para o vestibular, 2009. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Brasil/Português; Local: PUCRS; Cidade: Porto Alegre; Evento: IV Preparando-se em línguas para o vestibular; Inst.promotora/financiadora: FALE - PUCRS
7. BOTH, J. T., RORIG, C.
Propostas de trabalho com textos em livros didáticos: uma análise enunciativa., 2009.
(Comunicação, Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Brasil/Português; Local: UNISC; Cidade: Santa Cruz do Sul; Evento: IV Colóquio Nacional Leitura e Cognição; Inst.promotora/financiadora: UNISC
8. BOTH, J. T.
Texto e gramática: algumas reflexões, 2009. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Brasil/Português; Local: FAPA; Cidade: Porto Alegre; Evento: II Seminário Integrado Nacional das Linguagens; Inst.promotora/financiadora: FAPA
9. BOTH, J. T.
A leitura no livro didático de Ensino Fundamental - uma abordagem argumentativa, 2008.
(Comunicação, Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Brasil/Português; Local: Universidad de la República; Cidade: Montevideo, Uruguay; Evento: XV Congresso Internacional de la Asociación de Linguística y Filología de America Latina - XV ALFAL; Inst.promotora/financiadora: ALFAL
10. BOTH, J. T., RORIG, C.
Como é a prova de Língua Portuguesa da PUCRS?, 2008. (Outra, Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Brasil/Português; Local: PUCRS; Cidade: Porto Alegre; Evento: IV Preparando-se em Línguas e Literaturas para o Vestibular; Inst.promotora/financiadora: PUCRS
11. BOTH, J. T., Carvalho, Queiti
Explorando textos em sala de aula, 2008. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Brasil/Português; Local: Santa Maria; Cidade: Santa Maria; Evento: 3a Jornada de Alfabetização "Conhecimentos e experiências no caminho do aprender"; Inst.promotora/financiadora: ALETRA e Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria
12. BOTH, J. T., RORIG, C.
Minicurso: Estudos do Texto e do Discurso, 2008. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Brasil/Português; Local: PUCRS; Cidade: Porto Alegre; Evento: I Colóquio

Linguística e Literatura; Inst.promotora/financiadora: PUCRS

13. BOTH, J. T.
O texto como construção de sentido - um olhar enunciativo, 2008. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Brasil/Português; Local: PUCRS; Cidade: Porto Alegre; Evento: I Colóquio Linguística e Literatura; Inst.promotora/financiadora: PUCRS
14. BOTH, J. T.
O texto como construção de sentidos- reflexões para o ensino, 2008. (Outra,Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Brasil/Português; Local: PUCRS; Cidade: Porto Alegre; Evento: III Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação da PUCRS; Inst.promotora/financiadora: PUCRS
15. BOTH, J. T.
O que é? - Texto e Discurso, 2008. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Brasil/Português; Local: PUCRS; Cidade: Porto Alegre; Evento: Projeto O que é?; Inst.promotora/financiadora: PUCRS
16. BOTH, J. T.
Subsídios teóricos e práticos sobre texto e ensino, 2008. (Outra,Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Brasil/Português; Local: PUCRS; Cidade: Porto Alegre; Evento: Curso para professores: Subsídios Teóricos e Práticos sobre Texto e Ensino; Inst.promotora/financiadora: PUCRS
17. BOTH, J. T., RORIG, C.
Um olhar enunciativo sobre textos de livros didáticos para professores da Educação Básica, 2008. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Brasil/Português; Local: UNIRITTER; Cidade: Porto Alegre; Evento: III Colóquio Ensino de Língua e Literatura e I Colóquio Ensino de Língua Inglesa; Inst.promotora/financiadora: UNIRITTER
18. BOTH, J. T., RORIG, C.
Um olhar sobre o uso da linguagem a partir de Saussure, 2008. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Brasil/Português; Local: UFRGS; Cidade: Porto Alegre; Evento: VIII Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul - CELSUL; Inst.promotora/financiadora: UFRGS
19. BOTH, J. T.
A construção do sentido do texto pela linguagem - algumas reflexões para o ensino, 2007. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Brasil/Português; Local: Universidade Católica de Pelotas; Cidade: Pelotas; Evento: V SENALE; Inst.promotora/financiadora: Universidade Católica de Pelotas
20. ★ ANDERSEN, Elenice Maria Larroza, BOTH, J. T., Rocha, V.S.
O Estudo da Adjetivação pelos Livros Didáticos e pela Teoria da Argumentação na Língua, 2006. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
Palavras-chave: Livros Didáticos, Teoria da Argumentação, Língua
Áreas do conhecimento : Linguística
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários
De 18 a 20/10; Local: UCPEL; Cidade: Pelotas - RS; Inst.promotora/financiadora: VII CELSUL
21. BOTH, J. T.
O Papel Argumentativo da Adjetivação no Discurso, 2006. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
Palavras-chave: Papel Argumentativo, Adjetivação, Discurso
Áreas do conhecimento : Letras,História,Literatura Brasileira
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso; Local: PUCRS; Cidade: Porto Alegre; Evento: VI Semana de Letras; Inst.promotora/financiadora: Faculdade de Letras - PUCRS
22. BOTH, J. T.
Subsídios Teóricos e Práticos Sobre Texto e Ensino, 2006. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
Palavras-chave: Texto, Ensino
Áreas do conhecimento : Letras,História,Literatura Brasileira
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso; Local: PUCRS; Cidade: Porto Alegre; Evento: VI Semana de Letras; Inst.promotora/financiadora: Faculdade de Letras -

PUCRS

23. BOTH, J. T.
O Papel Argumentativo da Adjetivação no Discurso, 2005. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)
Palavras-chave: Papel Argumentativo, Adjetivação, Discurso
Áreas do conhecimento : Letras, História, Literatura Brasileira
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários
De 5 a 7/12; Local: PUCRS; Cidade: Porto Alegre; Evento: XXIII Seminário de Crítica Literária;
Inst.promotora/financiadora: Faculdade de Letras - PUCRS
24. BOTH, J. T.
Práticas de leitura: A leitura de professoras da região do Vale do Rio Pardo, 2004.
 (Comunicação, Apresentação de Trabalho)
Palavras-chave: Práticas de Leitura, Professoras, Região, Vale do Rio Pardo
Áreas do conhecimento : Letras, História, Literatura Brasileira
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
De 25 a 29/10; Local: UNISC; Cidade: Santa Cruz do Sul; Evento: X Seminário de Iniciação Científica e IX Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão na Universidade de Santa Cruz do Sul;
Inst.promotora/financiadora: UNISC
25. BOTH, J. T.
Práticas de Leitura: A leitura de professoras da região do Vale do Rio Pardo, 2003.
 (Comunicação, Apresentação de Trabalho)
Palavras-chave: Práticas de Leitura, Professoras, Região, Vale do Rio Pardo
Áreas do conhecimento : Letras, História, Literatura Brasileira
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
De 02 a 05/12; Local: UFRGS; Cidade: Porto Alegre; Evento: X Semana de Letras;
Inst.promotora/financiadora: Departamento de Linguística, Filologia e Teoria Literária do Instituto de Letras da UFRGS
26. BOTH, J. T.
Práticas de Leitura: A leitura de professoras da região do Vale do Rio Pardo, 2003.
 (Comunicação, Apresentação de Trabalho)
Palavras-chave: Práticas de Leitura, Professoras, Região, Vale do Rio Pardo
Áreas do conhecimento : Letras, História, Literatura Brasileira
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso; Local: UNICAMP; Cidade: Campinas - SP; Evento: 14º Congresso de Leitura do Brasil; Inst.promotora/financiadora: UNICAMP

Produção Técnica

Trabalhos técnicos

1. BOTH, J. T.
Revista De Estudos da Linguagem, 2009
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital
2. BOTH, J. T.
Concurso Público Da Prefeitura Municipal de Vera Cruz, 2008
Referências adicionais : Brasil/Português.

Demais produções técnicas

1. BOTH, J. T., RORIG, C.
Estudos do texto e do discurso, 2008. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
Referências adicionais : Brasil/Português. 2 horas.
2. BOTH, J. T., Carvalho, Queiti
Explorando textos em sala de aula, 2008. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
Referências adicionais : Brasil/Português. 9 horas.
3. BOTH, J. T.
Subsídios teóricos e práticos sobre texto e ensino, 2008. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
Referências adicionais : Brasil/Português. 6 horas.

Eventos

Participação em eventos

1. **IV Colóquio Nacional de Leitura e cognição**, 2009. (Outra)
2. Apresentação Oral no(a) **III Colóquio de Língua e Literatura - UNIRITTER**, 2008. (Outra)
Um olhar enunciativo sobre textos de livros didáticos.
3. **I Colóquio Linguística e Literatura**, 2008. (Seminário)
4. **Processos contitativos do texto**, 2008. (Outra)
5. **Gêneros do discurso/texto como objetos de ensino de línguas**, 2008. (Outra)
6. Apresentação Oral no(a) **V SENALE**, 2007. (Seminário)
A construção do sentido do texto pela linguagem: algumas reflexões sobre o ensino.
7. **8th International Congress of ISAPL**, 2007. (Congresso)
8. Apresentação Oral no(a) **VII Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul**, 2006. (Encontro)
O estudo da adjetivação pelos livros didáticos e pela Teoria da Argumentação na Língua.
9. **XXIII Seminário Brasileiro de Crítica Literária**, 2005. (Seminário)
XXIII Seminário Brasileiro de Crítica Literária.
Palavras-chave: Crítica Literária
Áreas do conhecimento : Letras, História, Literatura Brasileira
10. **I Seminário Nacional de Ensino de Línguas e Literatura**, 2004. (Seminário)
I Seminário Nacional de Ensino de Línguas e Literatura .
Palavras-chave: Ensino, Línguas, Literatura
Áreas do conhecimento : Letras, História, Literatura Brasileira
11. **IV Fórum Nacional de Educação / VII Seminário Regional de Educação Básica**, 2004. (Outra)
IV Fórum Nacional de Educação / VII Seminário Regional de Educação Básica.
Palavras-chave: Educação, Educação Básica
Áreas do conhecimento : Letras, História, Literatura Brasileira
12. **IV Seminário sobre Leituras do Professor, 14º Congresso de Leitura do Brasil**, 2003. (Seminário)
IV Seminário sobre Leituras do Professor, 14º Congresso de Leitura do Brasil.
Palavras-chave: Leituras, Professor
Áreas do conhecimento : Letras, História, Literatura Brasileira
13. **XI Seminário Estadual de Língua Portuguesa e Literatura Rio-Grandense e VII Fórum de Educação**, 2003. (Seminário)
XI Seminário Estadual de Língua Portuguesa e Literatura Rio-Grandense e VII Fórum de Educação.
Palavras-chave: Língua Portuguesa, Literatura, Rio-Grandense
Áreas do conhecimento : Letras, História, Literatura Brasileira
14. **Seminário Estadual de Educação Popular - Construção Social do Conhecimento, Desenvolvimento e Inclusão**, 2002. (Seminário)
Seminário Estadual de Educação Popular - Construção Social do Conhecimento, Desenvolvimento e Inclusão.
Palavras-chave: Educação Popular, Construção Social, Conhecimento, Desenvolvimento, Inclusão
Áreas do conhecimento : Letras, História, Literatura Brasileira
15. **II Simpósio Nacional de Educação e V Fórum Estadual de Educação**, 2001. (Simpósio)
II Simpósio Nacional de Educação e V Fórum Estadual de Educação.
Áreas do conhecimento : Letras, História, Literatura Brasileira
16. **I Simpósio Nacional de Educação e IV Fórum Estadual de Educação**, 1999. (Simpósio)
I Simpósio Nacional de Educação e IV Fórum Estadual de Educação.
Palavras-chave: Educação
Áreas do conhecimento: Letras, História, Literatura Brasileira

17. **II Semana Acadêmica de Letras**, 1999. (Outra)
 II Semana Acadêmica de Letras.
Palavras-chave: Letras
Áreas do conhecimento: Letras, História, Literatura Brasileira
18. **Seminário Nacional de Alfabetização e Educação Infantil**, 1999. (Seminário)
 Seminário Nacional de Alfabetização e Educação Infantil.
Palavras-chave: Alfabetização, Educação Infantil
Áreas do conhecimento: Letras, História, Literatura Brasileira

Organização de evento

1. BOTH, J. T.
3a Jornada de Alfabetização "Conhecimentos e experiências no caminho do aprender, 2008.
 (Outro, Organização de evento)
Referências adicionais: Brasil/Português.

Bancas

Participação em banca de comissões julgadoras

Outra

1. **Avaliação de redações de vestibular -UNISC**, 2010
 Universidade de Santa Cruz do Sul
Referências adicionais: Brasil/Português.
2. **Avaliação de redação _ Concurso Vestibular UFRGS**, 2009
 Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Referências adicionais: Brasil/Português.
3. **Avaliação de redação - Concurso Vestibular UNISC**, 2009
 Universidade de Santa Cruz do Sul
Referências adicionais: Brasil/Português.
4. **Avaliação de redação - Concurso Vestibular UFRGS**, 2008
 Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Referências adicionais: Brasil/Português.
5. **Avaliação de redação - Concurso vestibular UNISC**, 2008
 Universidade de Santa Cruz do Sul
Referências adicionais: Brasil/Português.
6. **Avaliação de redação - Concurso Vestibular UFRGS**, 2007
 Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Referências adicionais: Brasil/Português.
7. **Avaliação de redação - Concurso Vestibular Unisc**, 2007
 Universidade de Santa Cruz do Sul
Referências adicionais: Brasil/Português.
8. **Avaliação de redação - Concurso Vestibular UFRGS**, 2006
 Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Referências adicionais: Brasil/Português.

Totais de produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódico	5
Capítulos de livros publicados	1
Trabalhos publicados em anais de eventos	10
Apresentações de Trabalhos (Comunicação)	18
Apresentações de Trabalhos (Conferência ou palestra)	5

Apresentações de Trabalhos (Outra)	3
------------------------------------	----------

Produção Técnica

Trabalhos técnicos (parecer)	1
Trabalhos técnicos (outra)	1
Curso de curta duração ministrado (outro)	3

Eventos

Participações em eventos (congresso)	1
Participações em eventos (seminário)	8
Participações em eventos (simpósio)	2
Participações em eventos (encontro)	1
Participações em eventos (outra)	6
Organização de evento (outro)	1
Participação em banca de comissões julgadoras (outra)	8

Outras informações relevantes

- 1 Aprovação em concurso para professor na área do Texto e do Discurso na UNIVATES. Aprovação em concurso público para professor de Língua Portuguesa e Língua Espanhola no IFRS. Aprovação em concurso público para professor de Língua Portuguesa no IFSul.

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 20/03/2011 às 19:17:47.